

ROSANA MARA BRITTES

**A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DE UM SABER
EMANCIPATÓRIO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR**

CURITIBA

2007

ROSANA MARA BRITTES

**A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DE UM SABER
EMANCIPATÓRIO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre. Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

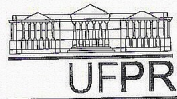
Orientadora: Dr^a. Maria Cecília Marins de Oliveira

CURITIBA

2007

Catálogo na publicação
Sirlei R.Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

B862 Brittes, Rosana Mara
A atuação do ministério público na construção de um
saber emancipatório no campo da saúde do trabalhador /
Rosana Mara Brittes. – Curitiba, 2007.
131f.
Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação , Univer-
sidade Federal do Paraná.
1. Habermas, Jürgen. 2. Ministério Público –Paraná.
3. Trabalhadores – saúde. 4. Direito – filosofia. I. Título.
CDD 331.25
CDU 331.45(816.2)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **ROSANA MARA BRITTES** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados: DR^a MARIA CECÍLIA MARINS DE OLIVEIRA, DR. EDSON LUIZ PETERS e DR^a VERA REGINA BELTRÃO MARQUES argüíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **"A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DE UM SABER EMANCIPATÓRIO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR"**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a MARIA CECÍLIA MARINS DE OLIVEIRA		Aprovada
DR. EDSON LUIZ PETERS		Aprovado
DR ^a VERA REGINA BELTRÃO MARQUES		Aprovada

Curitiba, 29 de agosto de 2007

Profª Drª Tânia Maria Baibich-Faria
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

**“Dos rios se diz que são violentos
Mas ninguém diz violentas
As margens que o rodeiam”
Bertold Brecht**

Ao meu esposo Sergio, que incentivou, com muito amor, carinho e cumplicidade cada passo desta caminhada, acompanhando todos os momentos difíceis de reflexão e auxiliando-me a adentrar nesta nova etapa de vida.

Aos meus filhos Bernardo e Marcela, que suportaram minha ausência durante todo o período de estudo e de trabalho, compreendendo de forma silenciosa e amorosa o esforço de sua mãe neste percurso.

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Maria Cecília Marins de Oliveira, inicialmente como professora pelos brilhantes ensinamentos sobre a história da educação e, também pela sua competência, dedicação e disponibilidade para esclarecer todas as dúvidas surgidas neste trajeto, bem como pela ética e coragem ao assumir a orientação deste trabalho e, finalmente, por ter acreditado em mim em todos os momentos deste estudo.

À Professora Dra. Vera Beltrão Marques, pelos ensinamentos sobre a saúde do trabalhador, dentro de uma perspectiva crítica e reflexiva.

Ao Professor Dr. Gelson Tesser, por auxiliar a compreender a racionalidade comunicativa, nas suas brilhantes aulas, no início de minha caminhada e que me auxiliou a compreender a ética e o direito dentro da racionalidade comunicativa.

Às Professoras Dra. Marta Pinheiro, Dra. Sonia Buck e Dra. Cristina Frutuoso Teixeira, pelas orientações metodológicas, imprescindíveis na construção deste estudo.

À Professora Dra. Tânia Baibich que de forma muito alegre e expressiva em suas aulas me auxiliou a compreender a construção dos saberes e a dimensão do ensino superior.

Ao Professor Dr. Ricardo Marcelo da Fonseca por possibilitar minha presença nos seminários da disciplina História do Direito, valiosa para a realização deste estudo.

À Marilene Brum Lemos colega, amiga e referência como pesquisadora, que de forma competente forneceu muitas orientações enriquecendo sem dúvida o conteúdo deste estudo, abandonando seus momentos pessoais para ler e reler este trabalho e escutar minhas angústias, partilhando das minhas dificuldades, das minhas descobertas e comemorando o término da pesquisa.

Ao Dr. João Zaions Junior, meu chefe e amigo, que nestes treze anos de convivência atuando na defesa dos trabalhadores, com sua sabedoria e postura ética muito contribuiu com o meu processo de formação como operadora jurídica, incentivando a realização deste estudo desde o início.

À Astrid, Bialle, Roberto, Roselene, Thelma, e todos os demais colegas de trabalho por participarem das minhas descobertas, facilitando a troca de

informações, fornecendo documentos e incentivando, desde o início esta caminhada.

À Ana Letícia, Elaine, Franciele, Ivana, Maria Isabel e Rita, e todos os demais colegas do setor jurídico que tiveram paciência durante todo este percurso, debatendo sobre o tema, por vezes ficando sobrecarregados de afazeres para que eu pudesse freqüentar as aulas e cumprir minhas obrigações acadêmicas, auxiliando-me na formatação, elaboração de gráficos, correção e, por fim incentivando igualmente o meu trabalho.

As colegas do mestrado Alessandra, Aline, Cristhiane, Elisa, Gina e Keith, cúmplices desde o começo desta caminhada, partilhando as descobertas da pesquisa, as incansáveis leituras dos textos, os novos saberes apreendidos nas aulas, a alegria da minha maternidade advinda no decorrer deste trajeto, me fizeram crer, em todos os sentidos, que realmente “quando o homem sonha a obra nasce.”

Aos amigos Armenes de Jesus Ramos Junior, por tudo o que vivenciamos juntos na área da saúde do trabalhador e, pelo incentivo para adentrar na vida acadêmica, e Katia R.S Gabriel, pelos brilhantes ensinamentos de vida diária, pelo apoio na chegada da minha filha Marcela, no início do mestrado, e pelo incentivo em cada etapa deste estudo.

Aos meus pais (*in memorian*) que corajosamente criaram, educaram e transmitiram amor seus filhos e assim como aos meus irmãos pela eterna amizade, em especial à Noemi, fiel companheira e cúmplice de todos os momentos já vividos.

A todos os trabalhadores que foram atendidos nesta Promotoria, que sem dúvida possibilitaram este aprendizado enriquecendo com suas vivências o conteúdo deste estudo.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	viii
LISTA DE GRAFICOS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
 INTRODUÇÃO.....	 01
1 O CONSENSO HABERMASIANO: UMA FILOSOFIA CRÍTICA E PRÁTICA PARA A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS.....	05
1.1 JURGEN HABERMAS.....	05
1.2 O PARADIGMA LANÇADO POR HABERMAS: O AGIR COMUNICATIVO.....	06
1.3 A LINGUAGEM NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS.....	10
2 O PENSAMENTO FILOSÓFICO NOS CURSOS DE DIREITO.....	16
2.1 A FORMAÇÃO DO OPERADOR DE DIREITO E SUA CULTURA JURÍDICA NO IMPÉRIO.....	16
2.2 A FORMAÇÃO DO OPERADOR DE DIREITO E SUA CULTURA JURÍDICA: DA REPÚBLICA AO MUNDO GLOBALIZADO.....	27
3 ORIGENS E ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	32
3.1 A ORIGEM DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL.....	32
3.2 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ: A PROMOTORIA DE DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR (1998 a 2005) NA CONSTRUÇÃO DE UM SABER EMANCIPATÓRIO.....	45
3.3 O PROCESSO COMUNICATIVO DA PROMOTORIA	50
3.3.1 Atuação extrajudicial da Promotoria	50
3.3.2 Atuação em procedimentos administrativos e judiciais.....	55
3.3.3 Atuação da Promotoria nas ações coletivas.....	64
3.3.4 Atos de fala da Promotoria nas demandas judiciais.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXOS.....	91
ANEXO 1.....	92
ANEXO 2	95
ANEXO 3.....	96
ANEXO 4.....	97
ANEXO 5.....	98
ANEXO 6	99
ANEXO 7.....	102
ANEXO 8.... ..	104
ANEXO 9	106
ANEXO 10.....	119
ANEXO 11.....	122
ANEXO 12.....	124
ANEXO 13.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAT – Comunicação de Acidente de trabalho
CEMAST – Centro Metropolitano de Apoio à Saúde do Trabalhador
CF – Constituição Federal
CAOP – Centro de Apoio Operacional
CIST – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
CONAMP – Confederação Nacional do Ministério Público
CPC – Código de Processo Civil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
FETRACONSPAR – Federação dos Trabalhadores na Construção do Paraná
FIST – Fórum Interinstitucional de Saúde do Trabalhador
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS – Instituto nacional do Seguro Social
MEC – Ministério da Educação
MP – Ministério Público
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PGJ – Procuradoria Geral de Justiça
SAT – Serviço de Acolhimento ao Trabalhador
SESA – Secretaria Municipal de Saúde
SUS – Sistema Único de Saúde
TAPR – Tribunal de Alçada do Paraná
TJPR – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Origem dos encaminhamentos do trabalhador, 2004.....	58
Gráfico 2 - Origem de encaminhamento do trabalhador, 2005	59
Gráfico 3 - Situação laboral do trabalhador entrevistado, 2005.....	60
Gráfico 4 - Situação laboral do trabalhador entrevistado, 2004.....	61
Gráfico 5 - Procedimentos administrativos instaurados na Promotoria entre 1990-2006.....	63
Gráfico 6 - Procedimentos ajuizados entre 1990 – 2006.....	64
Gráfico 7 – Inquéritos civis instaurados na promotoria entre 1997-2006.....	66
Gráfico 8 – Resultado dos procedimentos coletivos instaurados na Promotoria entre 1997-2006.....	69

RESUMO

O presente estudo possui como objetivo averiguar a contribuição da Teoria da Ação Comunicativa do filósofo e sociólogo Jürgen Habermas estabelecendo suas práticas dentro da teoria discursiva do Direito. Com base na revisão de literatura, propôs-se avaliar as práticas comunicativas realizadas pela Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador desde o início de sua atuação até os dias atuais. Seguindo as bases filosóficas da racionalidade comunicativa tem-se que o direito como categoria que estrutura a sociedade e que reflete a opinião dos atores sociais da comunidade jurídica. Tendo em vista que se pretendeu trabalhar com profissionais que são os atores dialógicos no direito, optou-se por realizar um estudo da formação dos bacharéis no Brasil, como foram criados os primeiros curso de direito, evidenciando qual o papel que este profissional ocupa dentro da sociedade, ainda nos dias atuais. Relatou-se a história do Ministério Público no Brasil e no Paraná, em especial da Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador o qual é o objeto do presente. A partir destes pressupostos verificou-se que a Promotoria vem atuando como ator dialógico, contribuindo para uma produção de um saber emancipatório no campo da saúde do trabalhador.

palavras-chave: Teoria da ação comunicativa. Teoria discursiva do direito. Ensino jurídico. Ministério Público. Promotoria De Defesa Da Saúde Do Trabalhador.

ABSTRACT

The present study has an objective to checking up on the contribution of the Theory of the Communicate Action, created and developed for the German philosopher and sociologist Jürgen Habermas, establishing practices inside the theory of law. With this base, on revision by literature, proposed appraise the communicative's practice realized by the "Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador" since beginning your atuation by the actually days. Succeed the basis philosophicals to the racionallity communicative have been a law with category, which structure the society and reflect the opinion of the social actors of the legal community. In this way this work intended labour with professionals are dialogic actors in law, decided to realized one study about the formation of the graduate students in Brazil, how being created the firstly course of the law, making evident which action this professonal occupied inside of the society in this actually days. Described the history of the Prosecuting Counsel in Brazil and in Paraná, in special of the "Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador", the objective of this present study have being acting out coming whit this elements, checked out the actuation of the Prosecutor which act as a dialogic actor contributing for a one emancipate knowledge, in the health area of the worman.

Words Key: Theory of the communicate action; Theory of the speach of law; Juridical instruction; Prosecuting coussel.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, movimentos filosóficos foram produzidos em períodos distintos, compreendidos na filosofia como paradigmas. A compreensão da superação de um paradigma por outro, no presente estudo, é essencial para compreender a ética das relações jurídicas e como ocorre a produção de conhecimentos jurídicos.

De Hobbes até o século XIX, primou-se o paradigma do ser, sendo este, o fundamento para todo o conhecimento. Do ponto de vista valorativo, a compreensão foi que o conhecimento passava do real para o racional, sendo as teorias epistemológicas empiristas (positivismo) as que mais se destacaram.

No direito, o referido paradigma assumiu o centro de todas as ações, constituindo-se a chave mediadora das relações sociais, e a função do jurista centrou-se, exclusivamente, nas descobertas de regras de conduta, embora, já estivessem firmadas como regras de condutas universais.

No paradigma do sujeito, iniciado no século XIX, o conhecimento passou a ser entendido como produto da razão, precedendo, inclusive a experiência. A razão foi tratada como um elemento universal, puro e abstrato, defendido por Kant. Aí a denominação razão Kantiana. Tratou-se de um idealismo, que superestimou o sujeito, sem considerar que o mesmo sofre os efeitos do real na formação de suas idéias.

Existem muitas correntes acerca da teoria da ação, entretanto, as investigações de HABERMAS merecem ser evidenciadas, pois propõem a superação do paradigma do sujeito, pela compreensão do fato de as sociedades modernas terem se tornado tão complexas a ponto de “(...) essas duas figuras de pensamento - a de uma sociedade centrada no Estado e da sociedade composta de indivíduos - não poderem mais ser utilizadas indistintamente”. (1997, p.19).

Diante de tal consideração, a proposta de superação dos limites, impostos ao conhecimento humano, se torna possível pelo paradigma do agir comunicativo, capaz de impulsionar a construção de uma ética universalista, a qual tem por escopo a busca de uma solução consensual para os conflitos morais, em que o sujeito é compreendido como interlocutor. A teoria da ação comunicativa tem como ponto central a linguagem e o entendimento para o consenso.

Desta forma, no agir comunicativo, o direito não é compreendido como um conjunto de normas estáticas; o jurista não é um mero intérprete e observador das normas.

[...] neste sistema não há mais lugar para as opiniões prescritivas e racionais das teorias contratualistas, nem para a idéia de que o direito em geral constitui uma categoria central da teoria da sociedade. (SIEBENEICHLER, 1989, p.173).

Na teoria do agir comunicativo, o papel do jurista não é o de um mero prescritor do direito, devendo tornar-se um sujeito que participa como cidadão na construção deste direito, que passa a ser compreendido como um elemento de estabilização das expectativas de comportamentos e como elemento de solução de conflitos, apoiado no código binário lícito e ilícito. Numa perspectiva mais ampla, o sistema jurídico deve abranger todas as comunicações orientadas pelo direito. (HABERMAS, 1977, p. 73)

Esta compreensão desconsidera o operador jurídico como um simples aplicador da lei positiva ao caso concreto. *Habermas* reconhece que a prática das decisões nos tribunais é uma forma de produção do direito, na medida em que estas representam o 'agir orientado' para o passado, recomendando acima de tudo que a jurisprudência volte seu olhar para os problemas do presente e futuro. O direito, assim compreendido, ultrapassa a barreira de mero estabilizador de conflitos, constituindo-se em verdadeira forma de produção de saberes ou de conhecimentos.

A partir desta perspectiva filosófica, o presente estudo, cujo tema é a centralidade da comunicação e da linguagem como modelo de compreensão da sociedade moderna, tem por objetivo, analisar a resolutividade e eficácia das ações desenvolvidas pela Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador do Ministério Público do Estado do Paraná.

Tomando por base a metodologia como um caminho a ser percorrido pelo pensamento, aliado à prática para apreensão da realidade, este estudo prioriza a pesquisa qualitativa, para abordar as questões mais particulares. De acordo com MINAYO (1998, p. 16) este tipo de pesquisa preocupa-se com um aspecto da realidade que não pode ser quantificado, compreendendo a apreensão de um universo de "(...) significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes", pertencentes a um espaço mais complexo e abrangente das relações, dos processos e fenômenos que não se reduzem simplesmente a operações de variáveis. É importante ressaltar que a diferença entre o qualitativo e o quantitativo

não se apresenta na análise da forma da apresentação dos fenômenos, e, sim com o seu conteúdo, e sua aproximação com a totalidade. Portanto, inexiste uma oposição entre ambas. Ao se complementarem, acabam por abranger a dinâmica da realidade que se quer apreender, excluindo-se a dicotomia existente em outras abordagens mais tradicionais. Depreende-se, pois que os recursos metodológicos empregados neste estudo valeram-se das estratégias qualitativas e quantitativas que foram empregadas para reflexão e análise dos dados descritivos e informativos, como também daqueles quantificados.

Além da leitura operacional para composição do quadro teórico, que abrange o aspecto histórico, o mesmo se utiliza da técnica de coleta de dados do tipo documental e a observação participante. Acredita-se que o contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obtenção das informações sobre a realidade, é uma importante técnica, não só pela captação da diversidade dos fenômenos, mas por poder estar modificando-os e sendo modificado pelo contexto.

Sua autenticidade encontra-se na escassez de informações acerca da atuação do Ministério Público no Estado do Paraná, mais especificamente no que se refere à Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador e pelo caráter científico e filosófico que o norteia. As considerações aqui realizadas podem se tornar um elemento a mais na formação dos educadores, juristas e cidadãos brasileiros.

O trabalho está estruturado em três capítulos, sendo que o primeiro versa sobre a Teoria do Agir Comunicativo e sua influência na produção de conhecimentos jurídicos, procurando demonstrar como a teoria do discurso, através da prática da argumentação, possibilita a interferência em procedimentos deliberativos, especificamente na área da saúde do trabalhador.

No segundo capítulo é realizada uma descrição, seguida de análise da formação do operador do direito no Brasil, com a apresentação da estruturação curricular destes cursos, e, da forma como os primeiros operadores do direito se estabeleceram no país. Apresenta uma interface com as políticas governamentais e a interferência direta dessas políticas na criação dos cursos jurídicos; na formação dos “bacharéis” e, por consequência, na produção do direito, na medida em que são estes os profissionais a operarem a positividade jurídica em saúde do trabalhador.

O terceiro capítulo dedica-se à apresentação da Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador, do Ministério Público do Estado do Paraná, com reflexões acerca da sua origem e estruturação e a indicação dos atores jurídicos que tiveram

relevância nesta formação. Também procura verificar a atuação educativa deste órgão junto aos trabalhadores, sindicatos, e outras instituições, através de participações em seminários e debates, que tiveram relevância para o direito social e apresentaram resultados significativos para os trabalhadores. A demonstração dos meios de atuação da Promotoria é realizada em quatro momentos distintos considerando a diversidade e conteúdo dos atos de comunicação. Outrossim, a forma de analisar os dados obtidos também é diferenciada, considerando que em determinados momentos a análise é essencialmente qualitativa, e em outros, depende de análise quantitativa.

A análise do conjunto dos capítulos que compõem este trabalho, possibilitou a apresentação das considerações finais. A utilização da teoria do discurso pela prática da argumentação realizada pelos operadores jurídicos revelou-se um instrumento válido para o estudo das questões de interesse da saúde coletiva, mais especificamente da saúde do trabalhador, possibilitando melhor entendimento das relações entre as áreas da saúde e da justiça.

1 O CONSENSO HABERMASIANO - UMA FILOSOFIA CRÍTICA E PRÁTICA PARA A ACONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS

1.1 JÜRGEN HABERMAS

O pensador alemão *Jürgen Habermas* é conhecido como o expoente da segunda geração da Escola de Frankfurt ¹, cuja denominação primeira foi Instituto de Pesquisa Social, em 1922. A denominação Escola de Frankfurt, ressalta Mattos (1993, p.12) só veio posteriormente, em 1923. De início “cogitou-se o nome Instituto para o Marxismo, mas optou-se por Instituto de Pesquisa Social”, devido aos seus colaboradores que, embora fossem de inspiração marxista, não seguiam à risca os pensamentos marxianos, considerando, ainda, que o “anticomunismo” predominava nos meios acadêmicos. Neste sentido Freitag (2004, p. 09) admite:

[...] esse termo surgiu posteriormente aos trabalhos mais significativos de *Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamim e Habermas*, sugerindo uma unidade geográfica que já então no período do pós-guerra, não existia mais, referindo-se inclusive a uma produção desenvolvida em sua maior parte, fora de Frankfurt.

Habermas nasceu em *Düsseldorf*, em 18 de junho de 1929, e terminou os estudos de segundo grau em 1949, dedicando-se em seguida ao estudo de filosofia, psicologia, economia e literatura alemã nas Universidades de *Bonn* e Zurique (1945) e *Göttingen* (1949). Participou da pesquisa “Estudante e Política”, desenvolvida pelo Instituto, que tinha por objetivo avaliar a orientação dos estudantes da Alemanha ocidental, no período de 1950, e mais tarde, em 1952, foi convidado por *Theodor W. Adorno* para fazer parte do ‘*Institut für Sozialforschung*’.

Em *Bonn*, em 1954, concluiu o doutorado sendo o tema de sua tese, a filosofia do pensador alemão *Schelling*, intitulada “Mudança Estrutural da esfera Pública”. A orientação inicial foi de *Horkheimer* e, depois *Wolfgang Abendroth*, apresentando sua defesa na *Phillips-Universität, Marburg*.

No Instituto de Pesquisa Social, em *Frankfurt* foi colaborador, de 1955 a 1959, e, posteriormente, a convite de *Hans Gadamer*, passou a ser professor de filosofia em *Heidelberg* (1961 e 1964). Entre 1964 a 1971, sucedeu *Horkheimer* na cátedra de filosofia e sociologia, na Universidade de *Frankfurt*, dedicando-se à filosofia e

¹ *Habermas* participou da segunda fase da Escola, no pós-guerra, quando a Escola retomou seus trabalhos.

sociologia, e, em 1971, assumiu a direção do Instituto *Max Planck*, onde, junto com outros pesquisadores, preocupou-se, principalmente, com a realidade da sociedade capitalista avançada, como descrita no prefácio da sua obra '*A crise de legitimação no capitalismo tardio*'. Os estudos sobre a teoria da comunicação na sociedade, resultaram na obra '*Teoria da Ação Comunicativa*', publicada em 1981, ano em que deixou o Instituto *Max Planck*, e retornou à vida acadêmica, em *Frankfurt* em 1982, exercendo a cátedra de filosofia, aposentando-se, em 1994.

Neste percurso intelectual, *Habermas* publicou vasta obra, sendo as mais destacadas: '*Estudante e Política*' (1961); '*Evolução estrutural da Vida Pública*' (1962); '*Lógica das Ciências Sociais*' (1967); '*Técnica e Ciência como Ideologia*'; '*Conhecimento e Interesse*'; '*Teoria da Ação Comunicativa*' (1981); '*Consciência Moral e Agir Comunicativo*' (1983); '*Teoria da Ação Comunicativa: Complementos e Estudos Prévios*' (1984); '*O Discurso Filosófico da modernidade*' (1985); '*Pensamento Pós-metafísico*' (1988); '*Passado Como Futuro*' (1990); '*Direito e Democracia*'; '*O Futuro da Natureza Humana*'. Atualmente, *Habermas* é o único pensador da Escola de *Frankfurt* que ainda permanece com vida.

1.2 PARADIGMA LANÇADO POR HABERMAS: O AGIR COMUNICATIVO

Nos anos 70, *Habermas* foi convidado a fazer parte do 'Instituto para a Investigação das Condições de Vida no Mundo Técnico-científico', sendo, que neste momento, resultou a obra '*Teoria da Ação Comunicativa*', de onde derivou a Teoria do Discurso. Mas, foi a partir da Teoria Crítica da Escola de *Frankfurt*, que surgiu a proposta para "uma reflexão radical coletiva, democrática e uma renegociação política onde todos devem pensar" (FREITAG, 2004, p.151).

Na elaboração da '*Teoria da Ação Comunicativa*', observou-se o completo abandono da razão kantiana (razão prática) e sua substituição pela razão comunicativa.

Por esta razão eu resolvi encetar um caminho diferente, lançando mão da teoria do agir comunicativo: substituo a razão prática pela razão comunicativa. E tal mudança vai muito além da troca de etiquetas (...). (HABERMAS, 1997, v.1, p. 19).

(...) Então, a razão comunicativa distingue-se da razão prática por não estar adstrita a nenhum ator singular nem a um macrosujeito sociopolítico. (HABERMAS, v.1.,1997, p. 20).

Dessa maneira, é possível admitir que não se tratou, apenas, de uma proposta de substituição de uma sociedade fundamentada nos costumes e tradições por uma sociedade dita moderna, ancorada na razão, mas uma proposta de mudança do paradigma do ser, do sujeito, para o paradigma da comunicação.

O paradigma do ser compreende o sujeito como alguém que pode conhecer os objetos, ou seja, uma interação entre o sujeito e objeto, mas que se dá a partir de uma relação isolada entre ambos, em que o ser é o ator capaz de definir as linhas de mudança do mundo. Por outro lado, o paradigma da comunicação vai além, com a proposta do sujeito enquanto ator dialógico, alguém que é capaz de interagir buscando seu conhecimento através da comunicação. Esta mudança de paradigmas é explicada por Siebeneichler (1989, pp. 61-62), afirmando:

O que define cada um destes paradigmas é a sua relação com o sujeito cognoscente. No paradigma da filosofia da soconsciência, que serviu de moldura a *Descartes, Spinoza, Leibniz, Kant, Schelling e Hegel*, o sujeito é interpretado basicamente dotado de capacidade de assumir um duplo enfoque com relação ao mundo dos objetos possíveis: o do conhecimento de objetos e a dominação. No paradigma da comunicação proposto por ele o sujeito cognoscente não é mais definido exclusivamente como sendo aquele que se relaciona com objetos para conhecê-los ou para agir através deles e dominá-los. Mas como aquele que durante seu processo de desenvolvimento histórico, é obrigado a entender-se junto com outros sujeitos sobre o que pode significar o fato de conhecer objetos, ou ainda dominar objetos ou coisas.

Desta forma, pode-se argumentar que foi a partir da substituição da razão instrumental kantiana pela razão dialógica que se estruturou a base da teoria de *Habermas*, fundamentada à luz da reconstrução de Kant e apoiada numa intuição hegeliana. Siebeneichler (1989. p. 142) comenta que Hegel condenou a moral do dever e a moral da felicidade “[...] ao condenar os dois tipos principais de fundamentação da moral e da felicidade, sublinhara que todas estas éticas giram em torno do bem comum, da sociedade, da justiça e da felicidade”).

A teoria habermasiana embora tenha como base a crítica a Kant e Hegel, ainda se apresenta imbuída da ética kantiana, tendo em vista a proposta de Kant por uma ética racional, sem conteúdos normativos, em que prevalece uma lei moral, universal e determinante do agir de acordo com o imperativo da. A teoria proposta por Habermas fornece elementos suficientes no sentido de contribuir para a compreensão da sociedade contemporânea, uma “(...) vez que se propõe a superar

o ceticismo de valores, esclarecer o ponto de vista moral e o núcleo universal de nossas instituições morais”. (SIEBENEICHLER, 1989, p.143).

O agir comunicativo

[...] pode ser compreendido como um processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo ele é iniciador, que domina as situações por meio de ações imputáveis; ao mesmo tempo ele é o produto das tradições nas quais se encontra, dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria. (HABERMAS, 2003, p.166).

Ainda é considerado como:

[...] constitui o entendimento racional a ser estabelecido entre participantes de um processo de comunicação que se dá sempre através da linguagem, os quais podem estar voltados, de modo geral, para a compreensão de fatos do mundo objetivo, de normas e de instituições sociais ou da própria noção de subjetividade. (SIEBENEICHLER, 1989, p. 66).

A razão prática ou instrumental, conforme Habermas (2003) é diferente da razão comunicativa, na medida em que esta última, embora possuindo um conteúdo normativo, sugere que o indivíduo atue de modo autônomo para expandir seus conhecimentos. A razão instrumental evidencia um conhecimento parcial sobre o objeto, pois o sujeito estará sozinho em sua relação sobre o que pretende conhecer. Através do agir comunicativo, os sujeitos participam de uma situação de fala, direcionada ao consenso. Todavia importa saber, se esta situação de fala ou relação dialógica é legítima e válida. A partir do interesse manifestado, os participantes devem partir para o diálogo buscando um acordo que, deve estar livre de imposições e guiado por convicções comuns. “O ato de fala de um só terá êxito se o outro aceitar a oferta nele contida, tomando posição afirmativamente [...]”. (HABERMAS, 2003, p. 165).

Neste percurso, cada agente possui um plano de ação que, ao mesmo tempo, configura-se em um plano de fala. O ser humano é guiado por um sistema de valores que constrói socialmente. Este sistema de valores que indicará o que pode ser objeto da relação dialógica e, por assim dizendo, do consenso final. Observe-se que a linguagem no pensamento habermasiano não pode ser estática, mesmo porque o agir está vinculado ao diálogo.

Se, de outro modo, os agentes ou atores estiverem empreendendo seus discursos para o “(...) sucesso, isto é para as conseqüências de seu agir” (Habermas 2003, p. 164), utilizando-se de instrumentos tais como ameaça ou sedução, estarão agindo estrategicamente. Neste caso, o agir não está orientado para o consenso e sim para o sucesso. Habermas (2003, p. 165) explica que “o modelo estratégico da

ação pode se satisfazer com a descrição de estruturas do agir imediatamente orientado para o sucesso, ao passo que o modelo do agir orientado para o entendimento mútuo tem que especificar condições para um acordo alcançado comunicativamente”.

Assim, os atos comunicativos produzem relações interpessoais, intencionadas ao entendimento mútuo. Somente o assentimento das partes, envolvidas no discurso prático, é que vai conferir a validade à norma.

Para o autor, no diálogo surgem três pretensões de validade, quais sejam: da verdade, correção e sinceridade, que são entendidos como “o enunciado formulado é verdadeiro”, o enunciado é “relativamente correto a um contexto normativo existente” ou a fala “é visada do modo como é proferida”.

Com isso, obriga-se a desvendar outra categoria de Habermas que é o mundo da vida, ou seja, o espaço onde se desenvolve a relação dialógica.

O mundo da vida constitui, pois, o contexto da situação de ação; ao mesmo tempo, ele fornece os recursos para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação de ação”. (HABERMAS, 2003, p.167).

Para se compreender melhor, destaca-se que a sociedade pode ser dividida em três espaços, quais sejam o mundo de mercado, mundo de governo e mundo da vida.

Cada um destes espaços é determinado por leis próprias. Assim, a mundo de mercado é direcionado pelo capital, pelo lucro; o mundo do governo é direcionado pelo poder, pela burocracia, e enfim, o mundo de vida que é o cenário onde ocorrem as relações interpessoais.

Em Freitag (2005, p. 37) “A racionalidade comunicativa somente pode se efetivar num dado contexto social, manifestando-se na prática quotidiana, sob a forma da ação comunicativa”.

Esse contexto social, para Habermas (2003, p. 167) é denominado mundo da vida, sendo por ele detalhado como “(...) o contexto da situação da ação”. Ao mesmo tempo ele fornece os recursos para os processos de interpretação, com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência do entendimento mútuo que surgiu em cada situação da ação.

O mundo da vida é, pois o local onde ocorrem as relações dialógicas, no momento histórico e no espaço social, onde o diálogo está sendo desenvolvido. É

neste contexto que os atores irão expor suas experiências e expectativas através do meio lingüístico.

Habermas (1997, v 1., p. 92), situa que entre o mundo da vida e os sistemas funcionais há a esfera pública e a sociedade civil. A esfera pública é a rede de comunicação de conteúdos e de tomada de posição. Por outro lado a sociedade civil é formada por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas que sustentam as estruturas de comunicação da esfera pública e do mundo da vida. (HABERMAS, 1997, v1, p. 99).

O entendimento da teoria do Agir Comunicativo possibilita incorporar os conceitos dentro do mundo das relações jurídicas, do mundo do direito, em que Habermas vislumbra a problemática da integração da sociedade moderna.

1.3 A LINGUAGEM NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS.

Na obra “Direito e Democracia: entre a Facticidade e a Validade” Habermas (1997, v1, p.113) “[...] revela que a teoria do direito não mais é privilégio de filósofos, e que uma “teoria crítica da sociedade não pode limitar-se a uma descrição da relação entre norma e realidade [...] da perspectiva do observador”.

Por isso, o direito funciona como um transformador lingüístico, traduzindo a linguagem estratégica dos sistemas para a linguagem comunicativa do mundo da vida e vice-versa, o que possibilita que as reivindicações do mundo da vida, expressas comunicativamente, como a proteção da esfera privada contra as disfunções ocasionadas pelos sistemas sociais ou a preservação do meio ambiente, possam ser promulgadas na forma de leis. Os agentes envolvidos com os sistemas sociais têm que levar em consideração as normas para realizar a escolha racional da melhor estratégia de ação a partir da lógica própria de cada sistema.

Inicialmente, é importante especificar o que Habermas (1997, v1, p. 11) entende por direito: “[...] o moderno direito normatizado, é o que se apresenta como a pretensão à fundamentação sistemática, à interpretação obrigatória e à imposição”, ou seja, uma instituição que através da coercitividade pretende garantir a liberdade dos cidadãos.

Nesse sentido a validade das normas está imediatamente ligada à sua possibilidade de coerção, ou pela “[...] adequação a procedimentos juridicamente

válidos e que, por isso, são reconhecidos como Direito, e suas normas passam a ter caráter vinculante”. (MOREIRA, 2004,121).

Partindo da teoria do agir comunicativo, Habermas apresenta uma reflexão acerca da validade e facticidade do Direito, enquanto instituição que, como fonte de integração “[...] reunifica e harmoniza o mundo vivido com o sistema político e econômico, ameaçados de dissociação e de colonização indesejada do primeiro pelos dois últimos”. (FREITAG, 2005, p.194). O direito ‘rechts’ serve de fator integrador para as comunidades jurídicas, em determinado momento histórico.

A nova teoria do Direito torna obrigatório o desencantamento do direito, que é a positivação do direito. De Hobbes até Hegel, o direito ocupou um papel significativo na sociedade, destinando-se a mediar todas as relações sociais, sendo uma sociedade essencialmente positivada. (HABERMAS, 1994, p. 66).

Para Habermas (1997, p. 67), o direito moderno é um direito essencialmente de propriedade daqueles que possuem conhecimento das ciências jurídicas, como é exemplificado por *Windscheidt* (“Direito é um poder de vontade ou dominação da vontade conferido pela ordem jurídica”) e *Kelsen*, que determina que o direito subjetivo é um interesse protegido assegurado objetiva e juridicamente. *Kelsen*, distingue o direito da moral, no qual criam-se direitos subjetivos, que devem ser submetidos a deveres, criando-se aí a necessidade da positivação. (HABERMAS, 1997, v.1, pp. 116-118).

O direito moderno prioriza como características a positividade, a legalidade e o formalismo. A positividade é resultado da vontade do legislador, que detém a soberania popular. Assim, “o legislador, usando do meio de organização que é o direito, ordena situações sociais “(Moreira, 2004. p. 37), motivo pelo qual a positividade orienta a codificação. Já, a legalidade propõe-se a fornecer segurança.

Na teoria discursiva do direito há um rompimento com a razão prática estabelecida por Kant, pois a razão comunicativa não é informativa para a ação. Conforme revela Habermas (1997 p. 19), “[...] eu resolvi encetar um caminho diferente, lançando mão da teoria do agir comunicativo: substituo a razão prática pela comunicativa. E tal mudança vai além de uma simples troca de etiquetas”.

Na perspectiva do agir comunicativo, conforme Habermas (1997 p. 97) a validade do direito está justamente ligado a duas situações, quais sejam a validade social e a sua legitimidade. A validade social é percebida pelo modo pelo qual consegue se impor perante os jurisdicionados e a legitimidade não depende desta

necessidade de imposição, pois, “[...] ao contrário, tanto a validade social, como a obediência fática, variam de acordo com a fé dos membros da comunidade de direito na legitimidade e esta fé, por sua vez apóia-se na suposição da legitimidade [...]”. (HABERMAS, 1997 p.97).

Por consequência, com esta suposição de legitimidade que o ordenamento jurídico apresenta é que se pretende garantir a validade social, pois, conforme Moreira (2004 p. 122) “Quando o Direito positivo não se assenta sobre bases legítimas, fica à mercê do puro arbítrio”.

Há duas possibilidades de um membro de uma comunidade jurídica perceber o direito e pautar suas ações diante de uma mesma norma. Por um lado, é possível atuar voltado para o sucesso, de forma objetiva, pois a norma jurídica será um obstáculo para o êxito na medida em que a possibilidade da transgressão da norma tenha uma consequência jurídica, ou seja, uma sanção preestabelecida. Já o ator que busca o entendimento, pautando suas ações dentro da racionalidade comunicativa, passa a ter a norma jurídica como uma garantia da sua vontade livre.

Há que se compreender que nem sempre quando o direito se impõe através do processo legislativo ele pode ser considerado legítimo. O processo legislativo pode ser legítimo na medida em que emana dos cidadãos, no exercício da democracia. Neste momento, verifica-se mais uma vez, que a legitimidade deriva da legalidade.

Moreira (2004.p.161) explica que a legalidade deriva da legalidade À medida que a legalidade é, ao mesmo tempo, criação e reflexo da produção discursiva da opinião e vontade dos membros de uma comunidade jurídica. Portanto, a legalidade vem a ser a instância que se constitui como síntese entre os direitos que cada cidadão tem de se atribuir e sua autonomia política

Para Habermas a tensão entre a facticidade e a validade das normas ocorre no sistema de direitos que só pode ser legítimo se os jurisdicionados puderem dar seu assentimento como atores dos discursos racionais. Em outras palavras, os atores serão ao mesmo tempo sujeitos de direitos e produtores deste direito. Resgatando o princípio Kantiano das liberdades subjetivas, Habermas propõe a existência de um código jurídico centrado em direitos subjetivos que “imunizam os sujeitos jurídicos contra a imputação da liberdade comunicativa”. (HABERMAS, 1997, p. 142).

Para Kant, a moral – ética e direito não devem ser submissas à religião, e nem à tradição, devido à mudança de comunidade para comunidade. Na razão prática o direito natural é visto como a única ordem política e social, em que a observância à lei é incondicionada: “Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer como princípio de uma legislação universal” (Kant, 2004 p. 43). Seguir a lei é um dever, já que esta é anterior à ação. Assim, a lei deve estabelecer o princípio do respeito à dignidade da pessoa humana, para que esta máxima se torne universal e necessária.

Para Habermas não há uma ligação direta do direito e a moral, pois pressupõe um direito autônomo, que se realizará dentro do próprio direito. Assim, as normas jurídicas devem ser seguidas caso o administrado possua o discernimento de que quer realizar o direito e não absorvê-lo como uma coerção.

O direito coercitivo não pode obrigar os seus destinatários a isso; deve ser lhes facultado renunciar ou não, conforme o caso, ao exercício da sua liberdade comunicativa e à tomada de posição em relação à pretensão de legitimidade do direito, ou seja, deve se permitir que abandonem, num caso concreto, o enfoque de ator que calcula as vantagens e que decide arbitrariamente. Normas jurídicas devem poder ser seguidas com discernimento. (HABERMAS, 1997, p. 158).

Isto justifica a afirmação de que o princípio do norteia o discurso habermasiano um direito não regulador da moral, pois “o princípio da democracia resulta da interligação que existe entre o princípio do discurso e a forma jurídica” (Habermas, 1997, p.158), assumindo um núcleo ou um norteador de um sistema de direitos. Não se abdica de um sistema de direitos. Pelo contrário, prima-se pela existência de um código que contenha os direitos que os cidadãos devem cumprir, resgatando a denominada regulamentação legítima. Objetivando estabelecer um rol de direitos para a convivência legítima, Habermas estabelece alguns direitos/princípios, já delineados na razão comunicativa. Estes princípios configuram-se como direitos fundamentais que irão viabilizar o processo de legitimação de direitos.

O sistema de direitos não é mais concebido dentro da esfera da moral (vontade autônoma) e sim dentro da esfera da razão comunicativa que “começa com a aplicação do princípio do discurso ao direito a liberdades subjetivas de ação em geral (...)”. (HABERMAS, 1997 p. 158). Por isso se diz que o centro do sistema de direitos é o “(...) princípio da democracia, e como consequência, esse sistema deve conter os direitos que os cidadãos são obrigados a atribuir-se reciprocamente, caso

queiram regular legitimamente a sua convivência com os meios de direito positivo”. (HABERMAS, 1997, p. 159).

Dentro da razão comunicativa, estes princípios absorvidos pelo discurso são direitos fundamentais que devem ser atribuídos reciprocamente pelos cidadãos, que pretendem utilizar-se do direito positivo para “regular legitimamente a convivência”. Tais direitos básicos são assim expressos por Habermas (1997, tomo 1.p.159-160):

1. Direitos fundamentais que resultam da configuração politicamente autônoma do direito à maior medida possível de iguais liberdades subjetivas de ação;
2. Direitos fundamentais que resultam da configuração politicamente autônoma do status de um membro numa associação voluntária de parceiros do direito;
3. Direitos fundamentais que resultam imediatamente da possibilidade de postulação judicial de direitos e da configuração politicamente autônoma da proteção jurídica individual;
4. Direitos fundamentais à participação, em igualdade de chances, em processos de formação da opinião e da vontade, nos quais os civis exercitam sua autonomia política e através dos quais eles criam direito legítimo;
5. Direitos fundamentais às condições de vida garantidas social, técnica e ecologicamente, na medida em que isso for necessário para um aproveitamento, em igualdade de chances, dos direitos elencados de (1) até (4).

Todos estes direitos surgem com a finalidade de verificar se o ordenamento jurídico é ou não legítimo, possibilitando que os indivíduos se reconheçam como destinatários da ordem jurídica. Os atores ao mesmo tempo em que são destinatários desta ordem jurídica são atores e autores desta. Os direitos inseridos nos itens 4 e 5 representam de imediato essa condição de atores e destinatários da ordem jurídica.

Tais princípios não representam apenas um rol, visto não assegurem a formação discursiva do agir. Observe-se que no item 1 há a consagração representando a todos o direito de iguais liberdades subjetivas de ação. Cumpre lembrar que a máxima da racionalidade comunicativa se perfaz quando admitimos que todo falante é livre e autônomo para levantar pretensões.

Ainda no item 2, tem-se mais uma vez a aplicação do princípio do discurso que sustenta possibilidade autônoma de que a todos é dado o direito à proteção de permanecer como membro integrante de uma associação, mantendo seu posicionamento íntegro. No item 3, resultam os direitos fundamentais que especificam a possibilidade de postulação judicial de direitos. Este item é essência à teoria discursiva, pois nesta todos devem ter acesso a participar no discurso de forma igualitária, vislumbrando-se aí o livre acesso ao judiciário, ao direito de defesa,

enfim, direitos imprescindíveis para a emancipação e autonomia política, especificada no item 4. O item 4, esboça a formalização do princípio do discurso. A participação, em igualdade, em processos de formação de opinião e vontade, é essencial às condições de uso da linguagem orientada para o entendimento.

Ao estabelecer os direitos básicos que fundamentem os demais direitos Habermas pretende a reconstrução teórico-filosófica da racionalidade jurídica, sob a percepção da razão comunicativa.

(...) o que consiste o diferencial da Teoria Discurso do Direito, isto é, o afastamento de uma esfera privilegiada de normativismo jurídico, em outras palavras a negação da concepção de existência de um modelo para o ordenamento jurídico "... assim a Teoria Discursiva do Direito não privilegia um *direito formal* (Estado Liberal) tampouco o *direito material* (Estado Social), pois não se atém a padrões estabelecidos, mas à constituição de uma *liberdade comunicativa* que assegura o perpetuar-se da criação do ato jurídico como *processo constituinte permanente*. (MOREIRA, 2004 b, p. 188)

No novo paradigma o direito formal só tem espaço quando estabelece condições necessárias pelas quais os indivíduos ao relacionar-se entre si pretendem solucionar seus problemas (HABERMAS, 1997. v2, p. 190).

Conforme Moreira (2004a, p.189), a normatividade jurídica nada mais é que o resultado do consenso a uma prescrição a "posteriori", diferente da razão prática que é a "priori". Evidente que a teoria Discursiva do Direito não ignora a existência da normatividade, mas para "Habermas, é prescritiva, pois normatiza condutas após uma formulação consensual daquilo que é passível de universalização. Isto porque, para Habermas, o normativismo proveniente da razão prática, sem sua gênese, transfere-se para os dispositivos legais". (MOREIRA, 2004b, p.189).

2 O PENSAMENTO FILOSÓFICO NOS CURSOS DE DIREITO

2.1 A FORMAÇÃO DO OPERADOR DE DIREITO E SUA CULTURA JURÍDICA NO IMPÉRIO

As observações de Wolkmer (1996, p. 07) demonstram que não se pode tratar o direito de forma isolada em relação aos demais fenômenos sociais. O mesmo é um reflexo de uma grande estrutura, dissolvida por determinado modo de produção de riqueza e por relações de forças societárias, nas suas representações ideológicas, práticas discursivas hegemônicas, manifestações organizadas de poder e conflitos, entre vários atores sociais. Desta forma, e considerando que a educação é parte integrante da história da sociedade brasileira, é possível admitir que a evolução do conhecimento científico, no Brasil, coincide com a história dessas instituições.

A retrospectiva histórica desse movimento indica que a educação no Brasil ganhou significado a partir da mudança da sede do governo de Portugal para o Brasil, em 1808. Resultante de um acordo com a Inglaterra, culminou com a vinda da Família Real e de todo um aparato logístico, determinando mudanças significativas no cenário mercantil do país, que até aquele momento vivia sob os efeitos de uma economia primitiva, essencialmente agrícola; um aparato legislativo composto de Ordenações; um sistema de ensino estruturado nos ditames da Corte e uma estrutura social composta por relações de submissão (da colônia em relação à metrópole; dos colonizadores brancos em relação a maioria negra ou mestiça; das relações familiares).

De acordo com Ribeiro (2001, p. 39), a abertura dos portos ao comércio com as nações amigas, em 1808, foi o primeiro passo para a 'emancipação' da colônia. A expansão do comércio na capital do reino se intensificou após a assinatura dos tratados com a Grã-Bretanha, de Amizade e Aliança e de Comércio e Navegação, em 1810, e pela elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. Tais medidas foram o resultado de uma conjugação de interesses internos e externos à sociedade brasileira, ao responder pelos interesses dos senhores de escravos e de terras, à boa parte da camada média que surgia com a mineração e à

burguesia, em processo de dominação nas sociedades industriais, principalmente na Inglaterra.

Ainda, no mesmo ano, outras medidas de grande vulto, foram tomadas pelo Príncipe-Regente, como a revogação da proibição das manufaturas no Brasil; a criação do Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência e Ordens; a Casa de Suplicação do Brasil; a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e o Banco do Brasil.

Também foi necessário um novo aparelho administrativo e militar, no sentido de garantir o expansionismo português. Para Faoro (1991, p. 249) a Corte aglutinou no Rio de Janeiro “(...) a camada funcionária e faminta de empregos , sob o patrocínio do estado-maior de domínio, reunindo exploradores e explorados no mesmo solo”, gerando um considerável aumento populacional, dobrando o quantitativo de habitantes do Rio de Janeiro, em apenas uma década. (CUNHA, 1980, pp. 64-68).

O aparelho repressivo foi ampliado, através da criação de vários Ministérios como o dos Negócios, da Marinha e Ultramar e de Negócios Estrangeiros, bem como a Intendência Geral da Polícia, que tinha as funções de um Ministério. A administração da justiça sofreu ampliação, com a criação de novos cargos de juizes e cartorários.

No campo intelectual foi criada a Imprensa Régia, em 1808, com a circulação do primeiro jornal, A gazeta do Rio; a Biblioteca Nacional, em 1810, franqueada ao público em 1914, o Jardim Botânico, em 1810.

Na área educacional, a Corte portuguesa criou vários cursos, que eram identificados pelo caráter pragmático, laico e estatal, e sendo mantidos pelos governos imperiais mesmo após a “independência política”, em 1822.

De acordo com Kuenzer (*In FERRETTI et. al*, 1999, p. 122), em 1909, foram criadas 19 escolas de artes e ofícios, em diferentes unidades da federação, direcionadas à formação profissional. Estas escolas foram as precursoras das escolas técnicas federais e estaduais e possuíam um caráter moralista de repressão, pois antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial, ainda inexistente, tinham a finalidade de “educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua”. Desta forma, admite-se que a primeira iniciativa pública de formação profissional no Brasil, se deu exclusivamente no sentido de formar pelo trabalho. A partir daquele momento, várias foram as

alternativas que se desenvolveram no sentido da formação da classe trabalhadora abrangendo os cursos rurais e de formação profissional. Possibilitavam a sucessão para os cursos ginasiais, com formação exclusiva para o mundo do trabalho, a exemplo dos cursos normal, técnico comercial e técnico agrícola, que se direcionavam ao atendimento da demanda do setor secundário e terciário e não fornecia condições de acesso a um possível ensino superior.

Os cursos que representaram a inauguração do ensino superior, no Brasil, não foram criados sob a forma de universidade, mas como cursos isolados (aulas e cadeiras). Possuíam como caráter imediatista, o de suprir a necessidade de técnicos para garantir a sobrevivência da Corte na Colônia. No entanto, quando da institucionalização dos mesmos como cursos de formação superior, o que se concretizou de fato foi o direcionamento para uma formação acadêmica e intelectualizada, desvinculada das atividades instrumentais.

Como exemplo pode-se citar a criação da Academia Real da Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810), no Rio de Janeiro, para formação de oficiais e engenheiros civis e militares; o curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, na Bahia, e o de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro, para a formação de médicos e cirurgiões militares.

As observações de Ribeiro (2001, p.41) demonstram que, a estes cursos que se iniciaram de forma simples, como aulas e cadeiras, se acrescentaram os de medicina, em 1809, dando origem à Academia Médico-cirúrgica, do Rio de Janeiro. Também foram criados outros cursos para formação de técnicos, na Bahia, como o de Economia (1808), Agricultura (1812), Desenho Técnico (1818) e Química (1817) e, no Rio de Janeiro, o Laboratório de Química (1812) e o Curso de Agricultura (1814). Os Cursos de Engenharia, com o objetivo de proteção bélica, eram oferecidos na Academia Real Militar e, somente em 1874, com a necessidade da construção das estradas de ferro, é que o curso tomou novos rumos.

Foram estes cursos que após sofrerem uma série de reorganizações, fragmentações e aglutinações, constituíram as instituições de ensino superior até a República, juntamente com os cursos jurídicos, criados em 1927 ², pois foram

² De acordo com Lacombe (1969, pp. 361-362) os Cursos de Direito só foram criados neste período pelo seu pequeno grau de importância, pois a formação de juristas não era urgente como a necessidade de técnicos. Os bacharéis de direito que construíram o pensamento jurídico do império eram oriundos de Coimbra.

poucas as iniciativas concretas dos governos imperiais no campo do ensino superior. Deve-se lembrar, ainda, que a trajetória da formação educacional para a elite brasileira, em que a realização do curso primário era seguida pelo secundário propedêutico e completada pelo ensino superior, que também era dividido em ramos profissionais, se deu de forma diferenciada do restante da população, cujo acesso era restrito ao ensino primário, e, por sorte, ao ginasial.

O retorno de D. João VI a Portugal, em 1821, contribuiu para o desenvolvimento do processo de emancipação política, unindo a classe dominante colonial, e propiciando a independência do Brasil, proclamada por D. Pedro I, em 1822. De acordo com Sodré, (*apud* Ribeiro 2001, p. 44) a aliança que existia, até aquele momento, com a classe dominante portuguesa, passou a ser realizada com a burguesia européia. A liberdade do comércio e a manutenção do regime monárquico, além de propiciar condições para a legitimação do aparato liberal, revelou-se no projeto de Constituição, consolidado em 1824, quando foi outorgada a primeira Constituição Brasileira, inspirada na Constituição Francesa. No tocante à educação, o Art.179 determinava a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos, além da criação de Colégios e Universidades.

Como se pôde observar, o Brasil no início do século XIX, foi dominado por uma burguesia agrícola, uma sociedade colonial, como bem exemplifica Florestan Fernandes (1987, p.150), moldada durante um século, onde sequer havia confirmação da ordem social competitiva. A influência do mercado mundial foi demorada e sofreu fortes resistências da burguesia agrária. A sociedade escravocrata e senhorial não fornecia grandes margens à competitividade. Sodré (1998, pp. 80-81), ao se reportar ao Brasil daquele período, demonstra que o país, que até aquele momento tinha vivido com um mercado agrícola, passou a ser alvo de diversos acordos de comércio internacional, determinados pela Inglaterra, entre eles, a promessa do término do tráfico de escravos. Para Nogueira, citado por Wolkmer (2005, p. 79) o liberalismo brasileiro caracterizou-se por ser “(...) ‘conservador, elitista antidemocrático e antipopular’ matizado por práticas autoritárias, formalistas, ornamentais e ilusórias”.

Sob a ótica da burocratização e da manutenção do poder econômico local, as idéias liberais foram absorvidas pela elite brasileira. Se é verdadeira a afirmação de que o liberalismo foi o pensamento filosófico predominante, no Brasil, no século XIX,

também é plausível admitir que não se tratou do mesmo pensamento liberal dominante no cenário europeu, no mesmo período.

Os ideais do pensamento liberal se originaram da contestação pela burguesia ao regime monárquico. Sob os ideais do iluminismo, o liberalismo burguês defendia a liberdade individual como pilar da sociedade, sendo ela a “essência da democracia liberal”. (PRADO JUNIOR, 1995 pp.16-17). Tem como outros princípios os direitos individuais e civis, especialmente o direito à propriedade, à vida, à liberdade, sendo que o consenso dos cidadãos forma o governo, priorizando o Estado de Direito. Todavia, consistiu em uma justificativa da burguesia brasileira em ascensão para a circulação de suas riquezas, iniciativa privada e defesa da propriedade, sem o controle do estado.

Diante de tais considerações, é possível admitir que a implementação política do país, requereu também uma emancipação intelectual, que se justificou com a criação dos Cursos Jurídicos, no Brasil, um em São Paulo e outro em Olinda, através da Lei nº 05, sancionada por D. Pedro I, em 11 de agosto de 1827. Ao que se verifica pelo artigo 11, da referida lei, a pretensão não era a formação de bacharéis em direito, mas formar indivíduos com aptidão para ocupar cargos políticos.

A estrutura curricular apontava para a total ausência da preocupação metodológica, pois não indicou “qualquer disciplina que estudasse técnicas de interpretação ou hermenêutica jurídica”. (BASTOS, 1998, pp. 42-43).

Os *lentes* (professores) priorizavam o princípio da autoridade no raciocínio jurídico, tal como em Coimbra. Além do mais, os profissionais da lei apresentavam uma postura acrítica em relação às necessidades das camadas populares, pois

(...) valendo-se de um intelectualismo alienígena, inspirados em princípios advindos da cultura inglesa, francesa ou alemã, ocultavam, sob o manto da neutralidade e da moderação política, a institucionalidade de um espaço marcado por privilégios econômicos e profundas desigualdades sociais. (WOLKMER, 2005, p. 99).

Segundo Cunha (1980, pp. 62-63) estes cursos se destinaram “[...] a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos; como subproduto, formar profissionais liberais”, sendo o curso que mais representou a produção dos bens simbólicos para as classes dominantes, pois “[...] os bacharéis tinham na atividade cotidiana de elaborar, discutir e interpretar as leis que

legitimavam as relações de dominação mantidas e dissimuladas pelo aparato jurídico”.

Se, para Wolkmer (2005, p. 80) a criação dos cursos jurídicos no Brasil

[...] refletiu a exigência de uma elite, sucessora da dominação colonizadora, que buscava concretizar a independência política cultural, recompondo, ideologicamente a estrutura de poder e preparando nova camada administrativa, setor que assumiria a responsabilidade de gerenciar o país.

Para Adorno (1988, p. 236), os Cursos Jurídicos tinham por intuito a coesão das elites que formavam os negócios do Estado e a preocupação em substituir a tradicional burocracia herdada da administração joanina e não, exatamente, para formação de juristas que produzissem a ideologia jurídica e política do Estado Nacional emergente.

Já para Bastos (1998, p. 02), a origem dos cursos está vinculada de forma significativa às exigências de consolidação do Estado Imperial, refletindo as contradições e expectativas das elites brasileiras, comprometidas com o processo de independência. Em estudo dos debates parlamentares que deram supostamente a origem para a criação dos cursos jurídicos, sua posição é a de que tais debates não se destinavam apenas à escolha do local onde estariam situados os cursos,

(...) mas às contradições teóricas de uma jovem nação que se debatia entre as pressões e prioridades da institucionalização política e as necessidades de afirmação de uma incipiente sociedade civil, sujeita às diretrizes institucionais ainda marcadas pelos contornos e confrontos nacionais” (BASTOS, 1998, p. 02)

Nota-se de passagem, que esses dois cursos tinham o mesmo currículo, as mesmas disciplinas, no entanto, produziram profissionais com ideais distintos. Ainda, deve se considerar que ambos tinham por objetivo servir a elite dominante que era a agrária escravocrata.

Nos debates sobre a criação dos cursos jurídicos ³, que iniciaram em 27 de agosto de 1823, na Câmara dos Deputados, muitos gravitavam em torno da localização dos mesmos.⁴ Os argumentos favoráveis à criação do Curso, em São

³ As evidências apontadas por Neder (1992) demonstram que todas as discussões parlamentares para criação dos cursos jurídicos no Brasil apresentaram constantes referências à Coimbra. A proposta de estatuto intitulada Estatutos do Visconde da Cachoeira (cópia que só ficou pronta em 1825), era, quase que literalmente, cópia dos estatutos do curso de direito de Coimbra, oriundos da reforma universitária empreendida pela administração do Marques de Pombal, em 1772.

⁴ A idéia da localização de um curso jurídico no Rio de Janeiro foi suplantada por um conjunto de argumentos estratégicos, no tocante a construção da nação brasileira, devido à clareza da necessidade de uma direção no processo de ideologização através da educação, pela formação de

Paulo, que mais obtiveram destaque, relacionavam-se ao clima, à proximidade com o sul, sudeste e centro-oeste do país, e as facilidades comerciais, (ADORNO, 1988, p. 85). Mas, o certo, é que as elites civis, conservadoras e liberais, venceram a disputa pela localização dos cursos, não tanto pelas justificativas ambientais ou mesmo de caráter prático, mas pelo seu engajamento pela independência. Ao traçar parâmetros políticos para o tema, a história da instalação dos cursos jurídicos no Brasil, é

(...) basicamente a história das conciliações que se deram entre as elites imperiais e determinadas frações das elites civis; e, em segundo lugar, a fração derrotada das elites civis sempre esteve numa posição optativa entre a sua proposta e as propostas oficiais da elite imperial ou as da fração que tinha acesso direto ao Estado (BASTOS, 1988, p. 07).

Partindo do pressuposto de que o ensino tinha por objetivo formar cidadãos que pudessem produzir conhecimentos, é de se dizer que os bacharéis não cumpriram este papel, já que os mesmos deveriam produzir bens simbólicos para o consumo de uma classe dominante. E, no caso dos bacharéis, esta atividade consistia em produzir leis, reformular ideologias “*dissimuladas pelo aparato jurídico*”. (CUNHA, 1990, 63).

Apesar de reprodutores do pensamento da elite, a partir do projeto de ‘promoção da unidade moral do organismo político brasileiro’ (Bevilacqua, 1977 *apud* Neder, 1992) e da origem comum de ambos, Coimbra, a distinção de formação apresentada entre os bacharéis de Olinda e São Paulo, se tornou cada vez mais evidente. Os bacharéis de São Paulo privilegiaram o bacharelismo liberal e representaram a oligarquia agrária paulista. As observações de Adorno (1988, 95) demonstram ter sido neste espaço o surgimento dos primeiros debates entre o liberalismo e democracia, bem como as disputas “entre liberais moderados e radicais”, evocando-se ainda debates acerca do abolicionismo republicano. Todavia é um abolicionismo de fachada, pois a defesa das elites era mais importante que a defesa dos “desiguais”. E ainda, ressalta que uma característica marcante destes bacharéis foi “o periodismo”, consistente em uma imprensa que traduzia o pensamento dos jovens republicanos.

Os bacharéis, formados em Olinda, também foram fortemente influenciados pela ideologia liberal, ocupando-se da transmissão do pensamento científico de

uma consciência nacional. Também era uma prevenção contra os movimentos separatistas. (Neder, 1992).

doutrinadores estrangeiros. Entretanto, tratavam “[...] o fenômeno jurídico a partir de uma pluralidade temática, reforçada por leituras naturalistas, biólogos, cientificistas.” (NEDER 2006). Estes bacharéis, tão ocupados com a teoria, tinham menor vinculação com a oligarquia rural, e apresentavam um perfil de oposição à nova elite econômica que se formava, em São Paulo.

Este foi o personagem que ocupou os cargos mais importantes da vida pública do século XIX. No perfil ideológico destes atores, se destacou uma característica bastante peculiar, qual seja o cultivo da erudição lingüística, com um formalismo retórico, que se estende até os dias atuais.

Na verdade, o perfil do bacharel jurista se constrói numa tradição pontilhada pela adesão ao conhecimento ornamental e ao cultivo pela erudição lingüística. Essa postura, treinada no mais acabado formalismo retórico, soube reproduzir a primazia da segurança, da ordem e das liberdades individuais sobre qualquer outro princípio. (WOLKMER, 2005, p.100)

As práticas sociais que auxiliaram na construção do perfil do bacharel fizeram deste, no dizer de Adorno (1988), o principal ator da inteligência brasileira. O mesmo ocupava os cargos da justiça e do executivo, e, diante da formação política adquirida nos dois Cursos de Direito existentes no Brasil, também detinham os cargos do legislativo, a contar com a capacidade de fazer e entender o arcabouço legislativo. Considerações semelhantes são explicitamente verificadas, em Wolkmer (2005, p. 99),

No cenário instituído por uma cultura marcada pelo individualismo político e pelo formalismo legalista, projeta-se à singularidade de um agente profissional imbuído de compor os quadros políticos burocráticos do Império e de grande parte da República. Com a criação dos primeiros cursos jurídicos, o aparecimento do bacharel em Direito acabou impondo-se como uma constante na vida política brasileira. Tratava-se não só da composição de cargos a serviço de uma administração estatal em expansão, mas, sobretudo, representava um ideal de vida com reais possibilidades de segurança social e ascensão a um status social superior.

Por outro lado Edmundo Coelho (1999), apresenta um retrato do mercado de trabalho e da prática da advocacia, no Brasil, durante o século XIX e início do XX. Considerando a ausência de codificação, os bacharéis seguiam a linha praxista, possuindo uma pobreza franciscana da produção doutrinal. O exercício da profissão não era exclusivo dos catedráticos, mas de outros praticantes da advocacia. O governo concedia licença para advogar para aqueles que tinham diploma.

[...]Vê-se era legalmente permitido à própria parte representar-se a si mesma. Mas se desejasse contratar serviços legais sua escolha não ficava limitada a um

advogado formado, pois havia ainda os solicitadores, os advogados provisionados e os rúbulas. (COELHO, 1999, p. 91).

Nesta mesma perspectiva, Coelho (1999), ainda evidencia que era possível um 'prático' comprar os trabalhos e a assinatura de um bacharel que não fosse de muito sucesso e de origem humilde⁵, sendo permitido aos interessados menos abastados a optar pelo serviço de um rúbula, já que este prestava os seus serviços com menos custos. Por outro lado o 'procurador judicial' fornecia ao interessado certa confiança, pois este profissional não pertencia à elite contra a qual estava litigando.

Avaliando a esta atuação dos práticos do direito dentro do pensamento da racionalidade comunicativa, podemos concluir que o técnico estaria mais próximo dos cidadãos o que possibilitava uma capacidade maior de diálogo, e enfrentamento dos problemas por estes vivenciados. Ao contrário os operadores jurídicos oriundos da elite, não tinham ciência dos problemas sociais enfrentados pelos cidadãos de menor renda, dificultando a comunicação entre as duas classes.

Também existia uma certa dependência do judiciário em relação ao executivo, ressaltando ainda mais a fragilidade da profissão

Seja como for, creio que o pragmatismo dos nossos políticos e estadistas do século passado não era compatível com construções abstratas. Ao conceito jurídico de estado preferiram suas formas concretas, às estruturas organizacionais do governo. Mas, faltando-se-lhe a noção de interesse coletivo e sem um correspondente conceito de sociedade civil (o que daria sentido ao de finalidade do Estado), a representação dos "homens bons", apenas reagia, sem projeto arquitetônico, e eventuais deslizamentos do terreno que ameaçavam uma rústica edificação governamental. (COELHO, 1999, p. 61).

Dessa maneira, é possível afirmar que a formação dos novos bacharéis teve por objetivo a manutenção das relações de dominação existentes no país, além da manutenção do gerenciamento da suposta inteligência brasileira, sendo notória a influência do pensamento liberal na formação da cultura jurídica durante todo o século XIX.

De fato o liberalismo brasileiro foi, durante longo tempo, quase um privilégio de uma categoria de homens: o bacharel, que se converteu em político profissional e procurou ascender ao poder por intermédio do partido. Bacharel que fez da política vocação, lutou pelo êxito das causas e que se apaixonou e transformou a política em atividade ética, em verdadeira cruzada civilizatória. (ADORNO, 1988, p. 75).

⁵ Gilberto Freyre na obra *Sobrados e Mocambos* faz uma referência a estes bacharéis de origem humilde e que conseguiam chegar aos bancos das faculdades de direito, especialmente no capítulo "A ascensão do bacharel e do mulato".

Neste contexto, evidente que esta “cruzada civilizatória” deve ser vista com ressalvas, pois os produtores deste novo pensamento ético pertenciam às elites, dominantes e por isto, a produção de um pensamento sobre a distribuição da justiça seria sempre de modo parcial.

Durante todo o Império, incluindo D. Pedro I e D. Pedro II, pouco se fez pela educação brasileira de uma maneira geral. No tocante à educação geral, o Ato Adicional à Constituição, em 1834, definiu que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário, fazendo surgir a primeira Escola Normal no país, em Niterói, em 1835. No Rio de Janeiro, em 1837, no local em que funcionava o Seminário de São Joaquim, foi criado o Colégio Pedro II, com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário. Entretanto, o mesmo não conseguiu se organizar até o fim do Império para atingir tal objetivo, apesar de conquistar alto prestígio em termos de formação em preparação para o ensino superior.

A passagem do modelo agrário exportador para o agrário-comercial exportador, que teve início no Brasil, em torno de 1850, devido aos interesses do capitalismo internacional, exigiu das cidades novas formas de organização para o trabalho urbano, aumentando substancialmente a classe trabalhadora, no país, e atraindo um expressivo número de pessoas da dita “classe média”, para o Rio de Janeiro, a capital do país, desde 1763, e de intelectuais com formação superior cursada no exterior.

Segundo Ribeiro (2001, pp. 54-55), houve algumas realizações importantes no que concerne à educação no país, a contar com a criação da Inspeção Geral da Instrução Primária, do Município da Corte, em 1854, com a atribuição de fiscalizar e orientar o ensino público e particular. A inspeção fiscalizava o exercício da liberdade do ensino e o sistema de preparação do professor primário e ainda controlava a reformulação dos Estatutos do Colégio Dom Pedro II para os exames preparatórios, e, em 1855, reorganizava o Conservatório de Música e reformulava o Conservatório de Aula de Comércio da Corte.

Os cursos superiores, por sua vez, continuavam funcionando como cursos isolados, com estreita preocupação profissionalizante e forte desvinculação entre teoria e prática, sendo os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda que atendiam maior clientela. Mesmo com a existência dos cursos médicos, no Rio e na Bahia, a Escola Politécnica no Rio, os cursos militares no Rio Grande do Sul, em Fortaleza e

no Rio de Janeiro, entre outros, observou-se um despreparo dos alunos, devido à deficiências da formação anterior, demonstrando que o controle do governo sobre o ensino superior era apenas uma maneira de garantir a formação da elite dominante e participante do poder.

Quanto aos cursos jurídicos, eram “[...] frequentes as queixas quanto ao mau preparo dos alunos, ao critério ‘liberal’ de aprovação e à falta de assiduidade dos professores [...]”. (RIBEIRO, 2001, p. 56). Contraditoriamente, a pesquisa científica e os estudos filosóficos, quase inexistentes, eram desenvolvidos por aqueles cuja formação jurídica havia sido realizada, em Coimbra, sob influência francesa.

Várias foram as reformas e regulamentos que trataram do ensino, no Brasil, neste período, e, apesar de uma conhecida afeição pessoal pela tarefa educativa do Imperador D. Pedro II, pouco foi feito em sua gestão para que se criasse, de fato, um sistema educacional. Já quase no final do século surgiu o ensino secundário feminino, como uma iniciativa de caráter particular, entretanto, sem a menor obrigação de preparação para o ensino superior.

Deve-se ressaltar que as iniciativas particulares, quase todas norte-americanas, norteadas filosoficamente pelo positivismo, tornaram-se bastante expressivas, neste final de período, e influenciaram sobremaneira o ensino, no Brasil.

Quanto aos cursos jurídicos, poucas foram as mudanças em sua estrutura, até a República, apresentando pequenas modificações curriculares, através de decretos parlamentares, como o Decreto Regulamentar, de 07 de novembro de 1831, o Decreto nº 1.134, de 30 de março de 1853, que transformou os cursos jurídicos, em faculdades, o Decreto nº 1.386, de 28 de abril de 1854 e o Decreto nº 3.454, de 26 de abril de 1865. Em 1879, com o decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879, ocorreu a separação das ciências sociais das ciências jurídicas, com a chamada Reforma Leoncio de Carvalho. O Decreto nº 9360, de 17 de janeiro de 1985, surgiu com a não obrigatoriedade do estudo do direito eclesiástico para estudantes que não fossem adeptos à religião católica.

Apesar da edição desta legislação, a base curricular dos Cursos de Direito permaneceu orientada pela lei de 11 de agosto de 1827, formando profissionais conservadores com supostos ideais liberais.

Segundo BITTAR (2001, p. 68), durante a República federalista o ensino jurídico prevaleceu com a mesma tendência centralizadora. Em 1º de fevereiro de

1896, foi editado o Decreto nº 2.226 que aprovou o Estatuto das Faculdades de Direito da República. Outros Cursos de Direito foram criados, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Ceará. Este pensamento é reiterado por Flávio Galdino (*In*: OAB, 1997, p. 161).

O ensino livre propiciou a criação de muitas escolas de Direito e o conseqüente aumento do número de matrículas e de bacharéis, mas não alterou a mentalidade reinante no ensino jurídico, mantidas as deficiências do Império.

Para Coelho (1999, p. 54), as profissões teriam sido em países com pouco Estado “[...] parte integrante do governo ou, o que significa a mesma coisa, do processo de formação do Estado”.

2.2 A FORMAÇÃO DO OPERADOR DE DIREITO E SUA CULTURA JURÍDICA: DA REPÚBLICA AO MUNDO GLOBALIZADO

No século XIX, o operador jurídico foi um personagem importante e imprescindível na sociedade brasileira, pois foi naquele momento que se consolidou a codificação civil e penal. Como já visto, a ascensão do bacharel durante o Império traduziu a dominação das elites patriarcais e a necessidade de se formar o aparato da burocracia.

(...) na República Velha, o bacharel se desloca de político para burocrata, espelhando as possibilidades e contradições do liberalismo brasileiro, com sua perspectiva autoritária e excludente, justificada pela urgência do projeto de construção de uma civilização brasileira. (SILVA, 2005 p.8).

Na mudança do século XIX para o século XX, o perfil dos operadores jurídicos passou por transformações singulares. Com a industrialização do país, as mudanças no cenário nacional começaram a se tornar evidentes, sendo que as elites rurais formadas pelos senhores de engenho deslocaram-se para a cafeicultura e, no aspecto político, a República estabeleceu-se trazendo consigo os ideais positivistas.

No campo educacional, uma das transformações ocorridas nos Cursos de Direito, foi a criação em 1920, embora já autorizada desde 1915, da denominada Universidade do Rio de Janeiro, com a agregação de várias escolas existentes sem apresentarem grandes modificações em sua forma isolada de funcionamento.

Para Venâncio Filho (1982, p. 311), a evolução do ensino jurídico de 1930 a 1945, apresentou resultados pouco animadores. “Enquanto no campo econômico e social as transformações eram bem significativas, no setor educacional nenhum

esforço se realizava, inclusive em matéria de ensino superior, os cursos jurídicos mantinham-se na mesma linha estacionária”.

A reforma educacional promovida por Francisco Campos, que institucionalizou as universidades, no Brasil, direcionava-se nitidamente às demandas do mercado, conforme se pode verificar em Bastos (1998, p. 207) ao afirmar que a reforma teve por escopo “[...] acomodar o ensino jurídico às demandas e às necessidades do capitalismo e da sociedade comercial brasileira”.

Acontecimentos paradoxais, mas interligados entre si foram a criação de novos Cursos de Direito, que Venancio Filho (1982, p. 312) denomina “inchação do ensino superior ou política de cogumelagem” e a intensa codificação, necessária para atender as transformações que vinham ocorrendo no campo econômico-social. Este processo de codificação teve como marco a entrada em vigor do Código Civil de 1916, cujo perfil conservador, regulou as relações de direito privado, reproduzindo o momento histórico da época e estabelecendo disputas políticas e pessoais, em que se envolveram juristas, políticos e intelectuais. (SILVA, 2005. p.4).

O período que vai dos anos 1920 até os anos 1940 foi marcado pela crise do sistema oligárquico, traçado nos moldes tradicionais, com a transferência do poder dos governos estaduais para o âmbito nacional, no qual a prioridade centrava-se na educação de massa, diante do processo acelerado de industrialização e urbanização. (MENDONÇA, p. 136).

Somente em 1961, se iniciou um processo de introdução de mudanças nos currículos dos Cursos de Direito, sob o controle do Conselho Federal de Educação, estabelecendo-se um currículo mínimo para o funcionamento dos Cursos. Para Bastos (1998, p. 284) este currículo

[...] não observou as demandas [...] dos setores empresariais do Brasil emergente e, pelo seu significativo papel na nossa história, aquele especial momento político [...] O Currículo jurídico de 1962 insistiu na sobrevivência da tradicional fórmula de se evitar que o ensino jurídico contribuísse para o processo de mudança social, exprimindo-se apenas, como articulação didática do conhecimento oficializado.

O movimento expansionista das faculdades proliferou-se e entre a década de 1960 e 1970, aumentou, consideravelmente, o número de Cursos de Direito no país, de 64 para 121, justificando a tendência para o tecnicismo, que exigia um grande número de profissionais formados, com pouca ou nenhuma importância quanto ao aspecto qualitativo do ensino jurídico. (MARTINEZ, PORTAL DO ENSINO JURÍDICO-WEB, s/d).

Segundo Barreto, citado por Martinez (PORTAL DO ENSINO JURÍDICO-WEB, s/d), em 1972, através da Resolução nº 3, do Conselho Federal de Educação, estabeleceu-se uma nova grade curricular para os Cursos de Direito, cuja

[...] mentalidade tecnicista, peculiar ao poder burocrático e sempre pronta a transformar em leis a vontade burocrática, descaracterizou a ordem jurídica e infiltrou-se no ensino do direito. A reforma do ensino jurídico realizada em 1972 tinha como pressuposto a necessidade de substituir o bacharel tradicional, verborrágico, com muitas citações, por um advogado prático, voltado para o desenvolvimento. Ao examinarmos o currículo mínimo, exigido pelo Conselho Federal de Educação, constatamos a preocupação em concentrar o ensino nas disciplinas chamadas profissionalizantes.

Tal grade curricular incluía disciplinas formativas como Economia, Sociologia e Introdução ao Estudo do Direito; disciplinas profissionalizantes; disciplinas optativas, como a de Direito Romano, e as disciplinas obrigatórias: Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Comercial, Direito Penal, Direito Processual Penal, entre outras. A prática forense constava como estágio supervisionado, além da Educação Física e Estudo de Problemas Brasileiros, possibilitando que as Faculdades criassem “habilitações específicas”, conforme necessidades peculiares.

De um lado a referida resolução apresentou uma proposta para a prática do direito e, por outro, uma flexibilidade curricular, que forneceu as faculdades as condições para optar pelas disciplinas que pretendiam disponibilizar “ [...] tendo em vista as demandas locais do mercado de trabalho locais e, muito embora fosse resultante de um Estado autoritário, não impôs um modelo ou proposta autoritária ou conservadora para o ensino jurídico.” (CURI, 2001, p. 170).

Para Bastos (1998, p. 293), “ [...] os propósitos do currículo de 1972 foram inovadores, mas o quadro político autoritário, a ausência de mecanismos abertos e transparentes de decisão inviabilizaram a sua aplicação e eficácia”.

Nova tentativa de elaboração de um currículo mínimo foi realizada, em 1980, por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que reuniu representantes do Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas não logrou êxito.

Em 1991, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) designou uma Comissão de Especialistas, em Ensino Jurídico, para realizar um diagnóstico da situação dos Cursos Jurídicos, que foi apresentado na XIV Conferência Nacional da OAB, em Vitória, com o título de “Ensino Jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas”.

A referida Comissão enviou um questionário que tinha por objetivo avaliar mudanças no sistema jurídico brasileiro, encaminhando para especialistas do direito que já haviam realizado estudos acadêmicos acerca do ensino jurídico. Mais tarde esses especialistas foram indicados pelo MEC para elaborar uma proposta para o ensino jurídico brasileiro. (CURY, 2001, p.172).

Muitos debates foram realizados para se chegar à edição da Portaria nº 1.886/94 do MEC, que revogou a resolução nº 03/72-CFE, estabelecendo diretrizes mínimas para os Cursos de Direito no Brasil. Para estabelecer tais diretrizes realizaram-se três debates regionais, que culminou em um Seminário Nacional dos Cursos Jurídicos.

Esses debates objetivavam realizar um diagnóstico sobre os Cursos Jurídicos e propiciar uma reflexão sobre a sua qualidade. Toda comunidade jurídica do País foi chamada para participar deste debate, reunindo instituições de ensino, OAB, Associações de Magistrados, Ministério Público, sindicatos, e outras congregações de classe, culminando no Seminário Nacional dos Cursos Jurídicos, em Brasília, realizado, em dezembro de 1993.

No relatório, apresentado, havia um marcante interesse por parte dos especialistas em assinalar a preocupação, na época, de se ter no Brasil um ensino crítico com caráter profissionalizante, que fosse capaz de proporcionar uma sólida formação técnico-jurídica e sócio-política, especificando a necessidade de que

A reflexão teórico-doutrinária do Direito deve também ser direcionada para a construção de um saber crítico que possa contribuir para a transformação e a ordenação da sociedade. É necessário proporcionar ao acadêmico embasamento humanístico, com ênfase em disciplinas como Filosofia Geral, Filosofia do Direito, Sociologia Jurídica e outras matérias fundamentais interdisciplinares, a exemplo de Sociologia Geral, Teoria Geral do Direito, Português e Linguagem Jurídica, fundamentos da Ética Geral e Profissional. (MEC/SESU/ dezembro de 1993).

Este relatório foi a pedra fundamental para a elaboração da Portaria 1886/94/MEC, que atualmente fixa o currículo mínimo para o ensino jurídico e estabelece as novas diretrizes.

O relatório MEC/SESU/1993 referia-se ainda, em cinco tópicos, à necessidade da elevação da qualidade do ensino jurídico, cumprindo ressaltar dois deles pela sua importância indicativa da necessidade de um novo paradigma para o ensino jurídico: o tópico relativo ao incentivo à organização nos Cursos Jurídicos de um ensino crítico que tenha por intuito facilitar a informação “[...] sobre as situações

sociais e políticas, onde o direito deve atuar, e aquele em que é recomendado o estímulo à elaboração de um projeto pedagógico democrático em que as experiências do saber empírico sobre o direito sejam consideradas com reserva estratégica para construção do saber científico sobre o direito real". (CURY, 2001, p.175).

A qualificação do docente, outro tópico abordado no relatório, era fundamental para o sucesso da nova estrutura curricular. Como recomendação têm-se a exigência mínima do Curso de Especialização na falta de Curso de Pós- Graduação Stricto Sensu, bem como a frequência a curso de formação pedagógica a todos os professores, oferecidos ou não pela instituição, inclusive aos portadores de título de mestre ou doutor.

Atualmente, se confrontam duas situações ambíguas. Por um lado, a existência de uma resolução que estabelece os Cursos Jurídicos a partir de uma lógica crítica e reflexiva, elaborada por especialistas, que entretanto não dá conta das exigências do mercado. Se no século XIX existiam os provisionados que comandavam a prática jurídica nos tribunais, hoje predomina o fenômeno da proliferação dos cursos privados.

Evidente, que não basta ser um Bacharel em Direito, pois o mesmo deve prestar o exame da OAB se pretender exercer a prática da advocacia. Os cursos privados que se proliferam a cada dia, com o fito de formar os novos ocupantes dos cargos jurídicos, têm o aval ou a parceria das grandes corporações, a exemplo de algumas escolas superiores, que ministram cursos preparatórios para concursos de Juiz ou Promotor de Justiça. Ainda existem os cursos independentes conhecidos como 'cursos preparatórios' que estão se tornando "necessários" para quem pretende ocupar um cargo público ou mesmo fazer o exame da OAB.

3 ORIGENS E ATUAÇÃO EDUCATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.1 A ORIGEM DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL

A origem do Ministério Público como instituição, está associada aos procuradores do Rei, na França, coincidindo também com a criação dos tribunais regulares ao final do século XIII e início do século XIV. O Ministério Público aparece no mundo jurídico através da Ordenança, datada de 23 de março de 1303, de Felipe IV, Rei da França. Esta legislação organizava as competências do Ministério Público e decorreu, justamente, da necessidade do Rei em possuir um agente que legitimasse legalmente seus interesses e promovesse ações penais, quando do próprio interesse ou na defesa do regime monárquico. (MAZZILI, 2005.p.21)

A expressão Ministério Público advém de como os agentes assinavam suas correspondências, referindo-se ao seu próprio Ministério. Em uma de suas intervenções, Mazzili (2005, p. 27) demonstra que a expressão *Parquet*, como são denominados os membros da Instituição, remonta à época em que os procuradores do Rei se sentavam abaixo do assoalho, ocupado pelos magistrados. Por outro lado o termo "ministério" é oriundo do vocábulo latino *ministerium*, que significa ofício, cargo ou função.

As referências de Silva (1981, p. 5) indicam que no reinado de D. João I, (1385/1422), em Portugal, através do Regulamento da Casa de Suplicação, já havia a definição das funções, de fiscalizar o cumprimento da Lei e os deveres, de formular a acusação criminal nos processos das causas penais da Casa de Suplicação dos *Procuradores do Rei*, aparecendo pela primeira vez, com a denominação *Procuradores de Justiça* da Casa de Suplicação.

No Brasil, o Agente Ministerial era efetivamente confundido com o Procurador do Rei. Entretanto, em 1751, criou-se o Tribunal de Relação, no Rio de Janeiro, local que veio a se tornar a Sede do Brasil Colônia, em 1763. O referido Tribunal transformou-se em Casa de Suplicação, em 1808, e tinha por função julgar os recursos oriundos do Tribunal de Relação da antiga sede da Colônia em Salvador. Também foram criados os cargos de Promotor de Justiça e o de Procurador dos Feitos da Coroa e Fazenda, sendo considerados um importante passo para a independência daquela instituição, cujo caráter deveria ser o de defesa da sociedade, como adiante se poderá verificar.

A instituição Ministério Público surgiu apenas com a Proclamação da Independência, em 1822, como um órgão do Poder Executivo, com o objetivo de auxiliar o Rei. É relevante destacar que foi exatamente neste momento, historicamente caracterizado pela escravatura e por diferenças sociais extremas, que surgiram os primeiros operadores jurídicos, e, por consequência, o Promotor de Justiça.

Atente-se que, quando da Proclamação da Independência, a acusação penal era destinada ao cargo de Procurador da Coroa e Soberania Nacional e somente com a promulgação do Código Criminal do Império, em 1832, é que o Promotor de Justiça foi efetivado como representante da sociedade, titular da ação penal. (COSTA MACHADO, 1989, p. 17-18).

Com a Independência do país, vários profissionais foram requisitados para preencher os cargos públicos criados, entre eles, os Magistrados, oriundos de Coimbra e os Advogados e Promotores de Justiça, que obtiveram a formação acadêmica no Brasil. Destaca-se que tal formação, foi fortemente influenciada pelo individualismo político e pelo formalismo legalista. (WOLKMER, 2005, p. 98).

Este processo que se seguiu até a Proclamação da República contribuiu para a formação de um profissional que privilegiava o procedimento e a linguagem técnica, sem atentar para as práticas democráticas daquele momento histórico, ressaltando a notória desvinculação

(...) de atitudes mais comprometidas com a vida cotidiana e com uma sociedade em constante transformação. A postura técnica e casuística fecha-se frente ao dinamismo dos fatos e resiste ao direcionamento criativo, não conseguindo mais responder a novas e emergentes necessidades. (WOLKMER, 2005, 103)

Como se pôde verificar, a formação do profissional do direito, entre eles, do Promotor de Justiça, foi direcionada à defesa da legalidade, levando-o ao distanciamento das lutas populares, conflitos e mudanças da sociedade, o que pode ser observado nas Constituições de 1824 e de 1891 ⁶, em que esta representação correspondia claramente aos interesses das elites agrárias. Veja-se que a Constituição de 1824, no artigo 48, restringiu a atuação do Procurador da Coroa à

⁶ **CAPÍTULO V SEÇÃO III Do Poder Judiciário.**

Art. 57, § 2.º - O Presidente da República designará, dentre os membros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, cujas atribuições se definirão em lei.

acusação criminal ⁷. Observe-se que o Promotor de Justiça era nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, ou seja, o Governador nomeava os membros do Ministério Público na Corte e o Presidente nas Províncias.

Em muitos casos, a carreira de Promotor sucedia à carreira da Magistratura

“Uma carreira típica para um político cuja família não possuía influência bastante para levá-lo à Câmara começava pela magistratura... Logo após a formatura, o candidato tentava conseguir uma nomeação de promotor ou juiz municipal em localidade eleitoralmente promissora ou pelo menos em município rico” (Nepomuceno, 1999, p.VII)

A Lei nº. 261, de 3 de dezembro de 1841, cujo objetivo era reformar o Código de Processo Criminal, em seu artigo 22, determinava que a nomeação dos Promotores de Justiça fosse realizada pelo Imperador, pelos Presidentes das Províncias, e na ausência destes, pelos Juizes de Direito. Esta lei especificava que a nomeação destes profissionais deveria recair em bacharéis formados e idôneos, ressaltando o caráter de subordinação aos serviços do Império, sem qualquer ligação à defesa da sociedade.

A Constituição de 1891, embora considerasse em sua exposição de motivos, o Ministério Público como instituição necessária em toda a organização democrática, manteve a nomeação de seus membros vinculada ao Poder Executivo. O Art. 24, alínea “c” daquela Constituição, estabelecia, entre outras funções, a de “cumprir ordens do governo da República relativa ao exercício de suas funções” e também de “promover o bem dos direitos e interesses da União”.

O Ministério Público era o representante legal do Poder Executivo que, por sua vez, era representado pela elite latifundiária, razão porque seria difícil que o mesmo não estivesse ligado diretamente à defesa dos interesses do latifúndio.

No cenário jurídico brasileiro, a Constituição de 1934, apresentou as tendências do novo constitucionalismo internacional, especialmente por influência da Constituição Mexicana, de 1917, e da Constituição de *Weimar*. Semelhante às referidas Cartas, como são comumente conhecidas, a Constituição brasileira caracterizou-se pela proteção dos direitos fundamentais, em que estão inclusos os direitos sociais e trabalhistas. Isto ocorreu devido à ausência de preocupações pelos direitos fundamentais por parte do Estado. Tal linha de pensamento se expandiu não

⁷ **Art. 48** – No Juízo dos crimes cuja acusação não pertence à Câmara dos Deputados, accusará o Procurador da Coroa, e Soberania Nacional.

só para o Brasil, mas também para outros corpos constitucionais, como o da Espanha.

Os movimentos grevistas iniciados em 1917, foram influenciados pelos movimentos internacionais, vindo a paralisar diversos setores da indústria brasileira. As reivindicações básicas eram: a redução da jornada de trabalho, equiparação dos salários entre os trabalhadores do sexo masculino e feminino, melhores condições de vida, aumento de salários e extinção do trabalho infantil. Em seguida, outros dois movimentos sociais, quais sejam, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a Revolução de 1930 ensejaram novas mudanças de ordem social, política e econômica no país.

A Constituição de 1934, trouxe em seu bojo, uma série de direitos trabalhistas que foram “concedidos” aos trabalhadores, num jogo paternalístico e manipulador, para acalmar os diversos conflitos populares da época. Para exemplificar, a criação da Justiça do Trabalho, que deveria ser aparelho utilizado em defesa dos trabalhadores, obedecia a proibição ao direito de greve, explicitamente descrita, interferindo diretamente no curso do movimento sindical.

Segundo Wolkmer (2005, p.112), a referida Constituição foi o resultado de uma manobra política, para se impor um Estado oligárquico-patrimonialista com uma imagem de modernização, tendo em vista a inserção de novos institutos jurídicos. No dizer de Lucas, citado por Wolkmer (2005, p.113), a Constituição de 1934 constituiu-se em “(...) uma reforma da fachada, renovação integral da pintura embora a estrutura do prédio permanecesse inabalável”.

Em relação ao Ministério Público, observou-se que a Constituição de 1934 propiciou uma série de inovações, entre elas, a instituição de concurso público para o ingresso. O Chefe, nomeado pelo Presidente da República, seria o Procurador-Geral da República. É válido acrescentar que a função de Procurador Geral da República destinava-se apenas aos “juristas de reputação ilibada”, e não ao membro do Ministério Público.

Há que se dizer que esta foi a primeira Constituição que inseriu o Ministério Público em seu texto, especificamente no Capítulo VI, seção I, intitulada “Dos órgãos de cooperação nas atividades governamentais”. As demais Cartas limitaram-se a vinculá-lo ao Poder Executivo, sem nenhuma outra consideração sobre a Instituição.

A Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, retirou do Ministério Público o caráter de Instituição e as garantias como a estabilidade e a paridade de vencimentos, vinculando-as diretamente ao poder executivo ⁸. Outras duas leis ordinárias, no mesmo período, foram importantes para inseri-lo no cenário jurídico, como por exemplo, o Código de 1939, que criou o Fiscal da Lei, que atuaria na defesa do interesse público. Naquela época, os interesses públicos relevantes que exigiam a atuação do Promotor de Justiça eram a família, a propriedade, o casamento, a filiação, entre outros valores centrais da ordem burguesa.

O Código Penal de 1941 ⁹, reformado em 1984, consolidou a posição do Ministério Público como o titular da ação penal, com poder de requisitar inquéritos policiais.

Em 1946, a Constituição Federal nos artigos 125 a 128¹⁰, desvinculou o Ministério Público de órgãos do executivo ou judiciário, tornando-o um órgão independente.

Todavia, a Constituição Federal de 1967 retrocedeu e subordinou o Ministério Público novamente ao Poder Judiciário, quando o inseriu no Capítulo que regulava o poder judiciário ¹¹. Por outro lado, ao integrar-se novamente ao Poder Judiciário, a

⁸ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 99 – O Ministério Público Federal terá por Chefe o Procurador-Geral da República, que funcionará junto ao Supremo Tribunal Federal, e será de livre nomeação e demissão do Presidente da República, devendo recair a escolha em pessoa que reúna os requisitos exigidos para Ministro do Supremo Tribunal Federal.

⁹ **Art. 100** - A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declare privativa do ofendido.
^{§ 1º} - A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo quando a lei exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.

¹⁰ III Do Ministério Público

Art. 125 – A lei organizará o Ministério Público da União, junto a Justiça Comum, a Militar, a Eleitoral e a do Trabalho.

Art. 126 – O Ministério Público federal tem por Chefe o Procurador-Geral da República. O Procurador, nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos indicados no artigo 99, é demissível *ad nutum*.

Parágrafo único – A União será representada em Juízo pelos Procuradores da República, podendo a lei cometer esse encargo, nas Comarcas do interior, ao Ministério Público local.

Art. 127 – Os membros do Ministério público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais da carreira mediante concurso. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou mediante processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos a não ser mediante representação motivada do Chefe do Ministério Público, com fundamento em conveniência do serviço.

Art. 128 – Nos Estados, o Ministério Público será também organizado em carreira, observados os preceitos do artigo anterior e mais o princípio de promoção de entrância a entrância.

¹¹ Do Poder Judiciário

SEÇÃO IX Do Ministério Público

Art. 137 – A lei organizará o Ministério Público da União junto aos Juízes e Tribunais Federais.

instituição deu importante passo na conquista de sua autonomia e independência, já que o artigo 139 determinava equiparação das mesmas garantias aplicadas aos magistrados, previstas nos artigos 108 e 136. As exigências de concurso público e a inamovibilidade já se faziam presentes como garantias aos Promotores de Justiça. Neste período foi editada a primeira Lei Orgânica do Ministério Público, que organizou a carreira dos Promotores de Justiça.

A Constituição Federal de 1969, ou Emenda Constitucional nº. 1 de 17 de outubro de 1969, retirou as mesmas condições de aposentadoria e vencimentos atribuídos aos juízes, subordinando o Ministério Público ao Poder Executivo.¹²

Art. 138 – O Ministério Público Federal tem por Chefe o Procurador-Geral da República, o qual será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos indicados no art. 113, § 1.º

§ 1.º - Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais de carreira, mediante concurso público de provas e títulos. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária, ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos, a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço.

§ 2.º - A União será representada em Juízo pelos Procuradores da República, podendo a lei cometer esse encargo, nas Comarcas do interior, ao Ministério Público local.

Art. 139 – O Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por lei estadual, observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo anterior.

Parágrafo único – Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 108, § 1.º, e art. 136, § 4.º.

¹² SEÇÃO VII Do Ministério Público

Art. 94 – A lei organizará o Ministério Público da União junto aos Juízes e Tribunais federais.

Art. 95 – O Ministério Público federal tem por Chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1.º - Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais de carreira, mediante concurso público de provas e títulos; após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa, nem removidos a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço.

§ 2.º - Nas Comarcas do interior, a União poderá ser representada pelo Ministério Público estadual.

Art. 96 – O Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por lei estadual, observado o disposto no § 1.º do artigo anterior.

A Emenda nº. 7, de 1977¹³, alterou o artigo 96 da Constituição de 1969, possibilitando a organização em carreira,- pelas leis estaduais, aos integrantes dos Ministérios Públicos. Frente a tal possibilidade, surgiu a Lei Complementar nº. 40 de 14/12/1981 que traçou um novo perfil ao Ministério Público, sendo definido no seu artigo 1º como uma “(...) instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, e responsável, perante o Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das Leis”. Esta mesma lei determinava, como uma das funções do Ministério Público, “[...] a de promover a Ação Civil Pública, nos termos da Lei” (art. 3º, III), o que foi regulamentado somente em 1985”. (BRASIL, Lei Complementar nº40, 1981)

Com efeito, anterior ao aprofundamento teórico acerca das mudanças que esta instituição assumiu posteriormente, torna-se necessário esclarecer que o direito brasileiro foi totalmente influenciado pelo Direito Privado, e que

As diretrizes que alimentaram o Direito Público, na década de 60 foram geradas pelas cartas constitucionais centralizadoras e arbitrárias e antidemocráticas (1967 e 1969), cuja peculiaridade foi reproduzir a aliança conservadora burguesa agrária/industrial com parcerias emergentes de uma tecnocracia civil e militar. (WOLKMER, 2005, p.114)

Em 1985, com a edição da Lei de Ação Civil Pública, (Lei 7.347 de 24 de julho de 1985) foram pré-estabelecidas as legítimas funções da Instituição. Esta legislação é considerada como uma Lei de transição à Constituição Federal de 1988, na medida em que conferiu legitimidade ao Ministério Público para a propositura de ações civis públicas, em defesa dos interesses difusos e coletivos, como aqueles relacionados à defesa do meio ambiente¹⁴, patrimônio histórico e paisagístico, consumidor, portador de necessidades especiais, direitos

¹³ **Seção VII Do Ministério Público**

Art. 94 – A lei organizará o Ministério Público da União junto aos juízes e Tribunais Federais.

Art. 95 – O Ministério Público federal tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1.º - Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais de carreira, mediante concurso público de provas e títulos; após dois anos não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa, nem removidos a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço.

§ 2.º - Nas Comarcas do interior, a União poderá ser representada pelo Ministério Público estadual.

Art. 96 – O Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por lei estadual.

Parágrafo único – Lei complementar, de iniciativa do Presidente da República, estabelecerá normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público estadual, observado o disposto no § 1.º do artigo anterior.

constitucionais do cidadão, entre outros. Ou seja, o Ministério Público passou a se apresentar com uma nova roupagem, deixando de ser apenas o denominado fiscal da lei (*custus legis*) ou autor da ação penal pública. Alguns autores referem que a Lei 6938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, foi um [...] marco jurídico inicial na normatização de interesses difusos e coletivos no Brasil [...] em especial a legitimidade do MP para a proposição de ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente (art. 14§ 1º)". (ARANTES, 1999, p.3).

Este novo delineamento do Ministério Público, que passou a ser o de defensor da sociedade, tanto em interesses coletivos como em interesses difusos, como órgão-agente que propõe a ação, requer diligências, produz provas, entre outras atividades, propiciou o questionamento acerca da capacitação de seus agentes, inclusive pelos próprios integrantes da referida instituição pública, pela urgente necessidade de adequação profissional. A 'nova lei' passou a exigir uma postura crítica de defesa e envolvimento com os problemas das camadas mais vulneráveis da sociedade, deixando de lado a pseudo neutralidade que se apresenta na promoção da ação penal pública e como fiscal da lei. As atribuições do Ministério Público ampliaram-se na defesa da pessoa portadora de deficiência, consumidor, criança em situação de risco, meio ambiente, relações de trabalho, usuários do sistema único de saúde, entre outros

As mudanças de caráter moral e profissional, exigidas dos operadores do direito a partir da década de 1980, tornou necessária a organização da categoria. Entre 20 e 22 junho de 1986, realizou-se no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, o 1º encontro Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça de Associações do Ministério Público, ocasião em que foi elaborado o documento "Carta de Curitiba". Este documento influenciou sobremaneira na definição das funções que foram atribuídas pela Constituição Federal de 1988, como defensor da sociedade.

A denominada Carta de Curitiba é resultado de movimentos de Promotores e Procuradores de Justiça das décadas de 70/80, descontentes com a função que lhes estava sendo atribuída. Mazzili (1996, p. 47-52) refere-se como precedentes desse documento, as teses aprovadas no VI Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em 1985, a pesquisa elaborada, em 1985, pela CONAMP (Confederação Nacional do Ministério Público), redigida na íntegra para todo o Ministério Público do País e publicada posteriormente na Revista JUSTITIA (MINISTÉRIO PÚBLICO DE

SÃO PAULO, 2004), editada pela Associação Paulista do Ministério Público de São Paulo, e o esboço de legislação, elaborada por uma Comissão composta por membros do Ministério Público, designada pela CONAMP e Ministério Público de São Paulo, que serviria para estudos no Congresso de Curitiba.

Embora o trabalho da Comissão tenha sido inovador, alguns pontos cruciais, que confeririam a independência total desta Instituição do poder executivo, não foram aprovados. Entre eles, o da escolha do chefe da Instituição que ficou à arbitrariedade do chefe do executivo e não pela eleição entre membros do Ministério Público, como sempre foi pretendido pela Classe, "[...] porque nesta matéria, infelizmente, pesou a influência conservadora do Procurador-Geral da República da época, presente ao encontro, ele próprio escolhido fora dos quadros da carreira que chefiava". (MAZZILI, 1996, p.61).

O texto aprovado na Carta de Curitiba foi incluído na Constituição Federal, como resultado da elaboração indireta dos membros da Instituição, em todo o Brasil. As referências para a atuação do Ministério Público, transformava-o em uma 'nova instituição', um agente público não partidário, incumbido da defesa do regime democrático e da ordem jurídica, vinculado à ordem jurídica.

A Constituição de 1988 então passa a ser um marco jurídico e também político nas mudanças legislativas, consolidando e legitimando a figura do Promotor de Justiça, como defensor da sociedade, inclusive em direitos que passavam à margem de análise dentro do sistema judiciário.

Diante deste caminho pode-se afirmar que Constituição Federal forneceu "(...) um elevado status constitucional ao Ministério Público, quase o erigindo a um 4º Poder" (MAZZILI, 1996 p. 3), com garantias e prerrogativas próprias, autonomia funcional e administrativa essencial ao exercício das novas funções.

Esse é o novo discurso que se apregoa na Instituição, um dever de integrar a sociedade civil, com participação efusiva no processo democrático, comprometendo-se com a concretização dos direitos do hipossuficiente e judicialização de situações novas que permitam o resgate da cidadania dos excluídos. Arantes (1999, p. 2) explica que setores dentro da instituição têm se dedicado por "[...] sua transformação e, instrumento de luta pela construção da cidadania".

Neste sentido, a função do 'novo' Promotor de Justiça, na inteireza de sua função política, como membro da Instituição, é o de servir para ampliar o acesso à

ordem jurídica, possibilitando ouvir e efetivar as demandas sociais, com prioridade para as demandas coletivas.

Mas, apesar de passados vinte anos de vigência da Constituição Federal a instituição ainda encontra-se em processo de construção, inclusive frente às suas prerrogativas constitucionais.

Para avaliar a situação da instituição, duas pesquisas realizadas junto aos Promotores de Justiça dos Estados no Brasil, datadas de 1996 e 2006 respectivamente, tiveram por objetivo delinear o perfil deste agente político. Tais estudos demonstraram que o agente ministerial possui pouca afinidade com o referido discurso, apresentando uma explícita ambigüidade, quando da comparação dos dados.

A pesquisa realizada, em 1996 (IDESP, 1997), obteve uma participação de aproximadamente 20% dos membros do Ministério Público de sete Estados da federação (Goiás, Sergipe, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul) e 763 entrevistas. Note-se que a pesquisa foi realizada após onze anos da entrada em vigor da Constituição Federal. Ressalte-se, também, que os dados foram coletados há oito anos atrás, e, neste espaço de tempo, muitas mudanças no cenário político e jurídico brasileiro foram consolidadas.

Das respostas obtidas pela aplicação dos questionários aos sujeitos entrevistados, observou-se que os participantes, em sua maioria, acreditam na hipossuficiência da sociedade, ou seja, na incapacidade dos indivíduos e grupos em defender seus interesses e direitos, de forma autônoma. Daí, a necessidade de as instituições de Justiça de promoverem uma atuação afirmativa para protegê-la.

Dos entrevistados, 85%, compreendem que o Ministério Público é a Instituição que deve promover a conscientização e a responsabilidade da sociedade, julgando-se seu defensor, manifestando o desejo de assumir a função que lhe é atribuída constitucionalmente.

A mesma pesquisa constata que os integrantes da instituição acreditam que são os agentes políticos que mais têm contribuído para o alargamento e consolidação de direitos difusos e coletivos.¹⁵

No momento, o que se pode questionar é que ações de caráter assistencialista e de substituição da vontade do contribuinte, não condizem com a

¹⁵ Para uma análise dos resultados ver Arantes, Rogério Bastos (1999).

função primordial do Ministério Público, que é a defesa dos direitos de cidadania e dos princípios do Estado do Direito. Para Habermas (1997, p. 220) “[...] as instituições do Estado de Direito devem garantir um exercício efetivo da autonomia política de cidadãos socialmente autônomos para que o poder comunicativo de uma vontade formada racionalmente possa surgir.”.

Todavia, a necessidade de atuação do Ministério Público com agente defensor da sociedade é uma realidade legislativa e social, pois segundo Arantes (1999) existe uma fragilidade da sociedade civil e a necessidade de um interlocutor para tutelar os direitos fundamentais do cidadão até que ele mesmo, “conscientizado pelo exemplo da ação de seu protetor, desenvolva autonomamente a defesa de seus interesses” .

Outro dado relevante é que 54% dos sujeitos da pesquisa concordaram que a aplicação da lei não beneficia os privilegiados, indicando o quanto se torna difícil garantir a autonomia da sociedade, se boa parte dos componentes da instituição discorda que a lei beneficia os privilegiados.

Do mesmo modo, a pesquisa elaborada pelo Ministério da Justiça, entre 2003 e 2004 e publicada em 2006 (BRASIL; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SECRETARIA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO, 2006), acerca do ‘Sistema de Justiça do Brasil’, demonstra o quanto confuso está o pensamento da Instituição, erigida ao quarto poder pela Constituição Federal.

Neste momento, várias leis regulamentando a atuação do Ministério Público, como por exemplo, Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Orgânica da Saúde, Lei da responsabilidade fiscal, já estavam definitivamente consolidadas, exigindo uma postura definida do Promotor de Justiça diante dos administrados.

A qualidade e a seriedade das informações contidas na referida pesquisa, na nota introdutória dizia “(...) partindo do reconhecimento do significado do Ministério Público, tanto para a ordem democrática como para a proteção dos direitos coletivos e na investigação às infrações às leis tem por objetivo traçar um perfil de quem são os integrantes dessa instituição e como se posicionam em relação a temas importantes”. (BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SECRETARIA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO, 2006, p. 15).

Para elaboração da pesquisa, foram coletados dados, no Ministério Público de todos os Estados, durante os anos de 2003 e 2004, constatando-se que em 2004, o Ministério Público era formado por 8.716 Procuradores e Promotores de

Justiça, e 9.120 servidores, o correspondente a 4,86 membros e 5,09 servidores para cada 100 mil habitantes. (BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SECRETARIA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO, 2006 p. 21).

Foram enviados questionários a todos os integrantes da instituição, objetivando resultados qualitativos e quantitativos, tendo retornado somente 27% dos mesmos, que foram o principal objeto da amostra da referida pesquisa na formação do perfil demográfico e sociológico dos membros da instituição.

De forma bem simplificada, os dados de identificação obtidos, demonstraram que os integrantes do Ministério Público dos Estados, são em sua maioria,

“[...] do gênero masculino, brancos, casados e católicos; não participaram de Organizações Não Governamentais (ONGs); já exerceram atividades profissionais anterior ao ingresso no Ministério Público; fizeram uma clara opção por essa carreira; não possuem parentes nas diversas carreiras jurídicas; obtiveram titulação de especialista e não exercem o magistério.”. (BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO, 2006, p.15).

Quanto ao relacionamento do Ministério Público com a comunidade, os sujeitos pesquisados demonstraram a crença de um bom relacionamento, ou seja, “mostra que o desempenho do Ministério Público é visto de forma bastante positiva”. (2006.p.101). Deve-se ressaltar que, para os entrevistados, o que mais interfere nesse sentimento é a autonomia funcional e a imparcialidade. (BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO, 2006, p. 100).

Cumprir esclarecer que o direito positivo criou canais de comunicação importantes para o Ministério Público junto ao hipossuficiente e à sociedade em geral, que são as audiências públicas. No questionário, a maioria dos sujeitos entrevistados demonstrou que as audiências públicas são necessárias, apesar de apenas 24% dos Promotores realizarem audiências na área cível e 39 % realizarem audiência pública na área dos direitos difusos. É no Nordeste que se realizam o maior número de audiências públicas. (BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO, 2006, p. 93).

Embora a noção dos entrevistados seja de que o Promotor de Justiça possui bom entendimento de suas funções, parece que o dever de assumir um compromisso político, tanto no aspecto do discurso, como nas suas elaborações como mediador na defesa da qualidade de vida daqueles que não atingiram um considerável grau de cidadania, não se tornou evidente.

A análise quantitativa demonstrou que a maioria dos entrevistados (87%) nunca participou de uma ONG, o que pode ser um indicador de que estes ainda se mantêm distantes dos movimentos sociais, o que os impede de uma aproximação com os problemas da classe marginalizada que, usualmente, recorre aos serviços prestados por ONG'S para o reconhecimento de seus direitos, pela ausência do Estado. (BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO, 2006 p.85).

Alguns dados de caráter empírico possibilitam apontar a existência de uma grande controvérsia entre o pensamento do Promotor e o que, de fato, a sociedade pensa de seu papel, pois é quase impossível que a mesma o reconheça enquanto seu defensor - papel instituído pela Constituição -, a contar com a inexistência deste profissional em qualquer atividade de interesse coletivo (movimentos sociais, sindicatos, entre outros) que não seja a defesa dentro dos tribunais.

Uma simples leitura dos resultados obtidos dos questionários é suficiente para perceber o tamanho do distanciamento existente entre aquilo que apregoa a Constituição acerca da Instituição e a visão que esta tem de si própria. O que realmente se constata no texto constitucional é a existência de um ideal de Ministério Público, mas que ainda não conseguiu alcançar efetividade, apesar dos quase 20 anos de vigência do texto.

A tensão entre o idealismo do direito constitucional e o materialismo de ordem jurídica, especialmente de um direito econômico, que simplesmente reflete a distribuição desigual do poder social, encontra o seu eco no desencontro entre as abordagens filosóficas e empíricas do direito. Ou seja, há um discurso filosófico, com aparência de legitimidade, mesmo porque não estão embasados no assentimento dos “cidadãos associados” (HABERMAS, 1997, p. 62).

Não se pode negar, no entanto, a existência de iniciativas importantes em alguns setores do Ministério Público, mas não se pode dizer que seja o pensamento uníssono na Instituição.

3.2. O MINISTÉRIO PÚBLICO NO ESTADO DO PARANÁ: A PROMOTORIA DE DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR (1998-2005) NA CONSTRUÇÃO DE UM SABER EMANCIPATÓRIO

A edição da Constituição da República, em 1891, provocou a necessidade de reorganização do Ministério Público em todos os estados brasileiros. No Paraná, isso só se realizou após a edição das Constituições Paranaenses, que também foram responsáveis pela criação da Instituição no Estado, com o propósito de “[...] representar os interesses da sociedade, da justiça e do Estado, perante todos os juízes e tribunais”. (MACEDO, 1972, p. 21). Para a escolha daquele que seria o responsável pelo serviço, foi realizada uma lista tríplice pelos membros do Ministério Público Estadual, e submetida à análise do Governador do Estado do Paraná.

Entretanto, para assumir a função de Procurador Geral de Justiça, utilizou-se como parâmetro, a Lei nº. 28, de 25 de julho de 1898, que criou a função de Procurador Geral de Justiça, sendo o mesmo nomeado pelo Poder Executivo, entre os cidadãos graduados em direito, ou com ‘notória capacidade’. Desta forma, o primeiro Procurador-Geral de Justiça no Estado, foi um desembargador, e outros que se seguiram foram advogados, como *Hugo Simas*¹⁶.

Decorrente da determinação imposta pela Constituição Federal de 1946 a Constituição Estadual de 1947, determinou no art. 77, que a lei de organização judiciária estabeleceria a composição e a competência do Ministério Público. Então, foi editada a Lei Estadual nº 315, de 19 de dezembro de 1949. Esta lei instituiu uma novidade fundamental para a independência da instituição, qual seja o ingresso do promotor na carreira através do concurso de provas e títulos, derrubando por vez o autoritarismo das nomeações pelo chefe do executivo. Como já se referiu anteriormente, a escolha do Promotor de Justiça nem sempre recaía em um profissional oriundo dos Cursos de Direito.

Somente em 1968, a Instituição ganhou uma Lei para sua organização interna, que foi o Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná; criado pela Lei 5.849, de 25 de setembro de 1968, que vigorou até 1981, quando da edição da

¹⁶ *Hugo Simas* foi advogado, formado pela Universidade de São Paulo. Neste período possuía escritório no Rio de Janeiro, com especialização na área de seguros e direito marítimo. Era consultor do *Lloyde Brasileiro* e exercia, às vezes, as funções de Procurador da República. Especializou-se na área de seguros e direito marítimo, atuando inclusive com consultoria do *Lloyde Brasileiro*. Ficou dez meses no cargo, e tornou-se integrante do Superior Tribunal de Justiça, e em seguida, desembargador, como ficou mais conhecido na história de juristas do Paraná.

Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981. A primeira lei, embora mantivesse o concurso público como a porta de entrada na carreira, submetia a homologação dos aprovados, através de lista tríplice, à escolha do chefe do executivo, o que foi extinto por Lei posterior.

No Estado do Paraná, quando se redigiu a Carta de Curitiba, em 1987, foi delineado o caráter e as atribuições atuais do Ministério Público brasileiro.

No período que antecedeu à Constituição Federal, o Ministério Público do Estado do Paraná atribuiu questões relacionadas aos acidentes de trabalho a dois órgãos. Um deles, de natureza auxiliar da Procuradoria Geral de Justiça, denominado Coordenadoria de Acidente de Trabalho, e que, posteriormente, transformou-se em Centro de Apoio. Outro, de caráter executório, denominado Promotoria de Acidentes de Trabalho, transformou-se posteriormente, em Promotoria da Defesa da Saúde do Trabalhador.

Em 19 de setembro de 1985, antecedendo a nova ordem Constitucional a Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), através da Resolução 803/85 **(ANEXO 1)** regulamentou os serviços especiais do consumidor e serviço especial do meio ambiente, os quais tinham por escopo atuar na defesa dos direitos do consumidor e daqueles relacionados ao meio ambiente, para dar cumprimento à Lei de Ação Civil Pública Nº. 7347/1885. A Resolução 931/88 (PGJ), criou a Coordenadoria de Defesa ao Consumidor, Proteção ao Meio Ambiente e Defesa Social, denominando este órgão de Promotoria de Defesa ao Consumidor, Proteção ao Meio Ambiente e de Defesa Social.

Em 1989, após a vigência da Constituição Federal, houve necessidade de ajustamento das atribuições destes órgãos. A resolução 0048/89-PGJ, modificou o nome deste órgão para Promotoria de Defesa ao Consumidor, Proteção ao Meio Ambiente e de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais. Embora o acidente de trabalho tenha sido uma preocupação por parte dos integrantes da referida Promotoria, somente através da Resolução 126/89 PGJ **(ANEXO 2)**, foi delineada as funções da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais. Também ficou estabelecido institucionalmente o dever de o Promotor de Justiça promover a defesa dos direitos das vítimas de crime, acidentes de trânsito e de acidentes de trabalho. Institucionalmente, o dever do Promotor de Justiça foi o de promover a defesa dos direitos das vítimas de crime, acidentes de trânsito e de acidentes de

trabalho, fiscalizar os concursos públicos, atuar na defesa dos direitos da mulher, direito dos indígenas, entre outros.

A Coordenadoria possuía como integrantes os Promotores de Justiça *Olympio de Sá Sotto Maior Neto*, *Lineu Walter Kirschner* e *Marco Antonio Teixeira*. Estes operadores jurídicos possuíam formação universitária pela Universidade Federal do Paraná e, coincidentemente, a formação de nível secundário pelo Colégio Estadual do Paraná. Essa foi uma referência importante, pois foi neste Colégio que os movimentos estudantis nas décadas de 1969 e 1970 tiveram atuações expressivas no Estado.

Em 1990, a Resolução 807/90-PGJ (**ANEXO 03**) desmembrou da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais e Reparação do Dano Resultante do Crime, a Promotoria de Acidentes de Trânsito, conferindo a esta última, inexplicavelmente, a defesa dos direitos do trabalhador vitimado em acidentes de trabalho.

Logo em seguida, a resolução 846/1990 (**ANEXO 04**) corrigiu o possível equívoco, desmembrando da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais e Reparação do Dano Resultante do Crime, a Promotoria de Acidentes de Trabalho, acrescentando a esta última o dever de acompanhar os inquéritos policiais envolvendo acidentes de trabalho. Neste período, a Promotoria possuía um corpo técnico formado por 2 funcionários de nível médio, sendo que o Coordenador, *Antonio Carlos Ribas Malachini*, permaneceu de 1990 a 1994, sendo substituído pelo atual Coordenador *João Zaions Junior*.

Em 1991, a Resolução 768/91 (PGJ) (**ANEXO 05**) especificou as atribuições da Promotoria de Acidentes de Trabalho, da seguinte maneira: requisitar de todos os órgãos públicos as cópias de documentos relacionados a acidentes de trabalho; celebrar acordos judiciais e extrajudiciais, propor ações acidentárias, propor ações civis públicas, propor ações indenizatórias com base no direito comum, perseguir os ilícitos penais decorrentes de acidentes de trabalho, propor ação civil pública para a proteção do meio ambiente de trabalho, atuar na prevenção dos acidentes de trabalho através de cursos, palestras, visando discutir e divulgar e obter o aperfeiçoamento, a observância das normas e da regulamentação referente à saúde do trabalhador, sendo mantidos até a atualidade.

Pouco depois de criada, em 1991, a Promotoria de Acidentes de Trabalho passou a funcionar nas dependências do Ministério do Trabalho, através de um

convite deste órgão, oficializado por convênio entre as duas Instituições. Este convênio elevou a demanda de ações, pois ao dirigir-se ao Ministério do Trabalho para tomar conhecimento de seus direitos trabalhistas, o trabalhador era encaminhado à Promotoria de Acidentes de Trabalho.

Desde então, a Promotoria mantém um relacionamento interinstitucional com órgãos como o Ministério do Trabalho, Secretaria do Trabalho, Secretarias Municipal e Estadual de Saúde e com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que enviam as cópias de Comunicação de Acidentes de Trabalho, fator ainda incipiente naquele período inicial, mas que ajudava a identificar os acidentes e as empresas. Com tais dados, eram identificados os trabalhadores vitimados e convidados a comparecer na Promotoria, quando então lhes era explicado seus direitos, envolvendo o acidente de trabalho. Assim formou-se a inicial demanda da Promotoria.

O papel do Ministério Público, como fiscal das políticas públicas na área da saúde do trabalhador, foi institucionalizada através da Resolução 736/92 (**ANEXO 6**), com o Centro de Apoio Operacional das Curadorias de Acidentes de Trabalho, que tinha por objetivo articular e controlar as atividades das curadorias de proteção e defesas dos interesses individuais e coletivos dos trabalhadores acidentados.

Em 1993, o Ministério Público passou por mudanças em sua estrutura através da Lei Estadual nº. 8.625/93. As Coordenadorias e Curadorias transformaram-se em Centros de Apoio (órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público). Na resolução e criação do Centro de Apoio de Defesa da Saúde do Trabalhador havia expressamente a função de acompanhar as políticas para a defesa da saúde do trabalhador.

Atualmente, o Centro de Apoio funciona no Município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná e deve auxiliar os Promotores de Justiça do interior do Estado, nas competências afins, contando participação bastante ativa em reuniões para discutir e fiscalizar as políticas de saúde do trabalhador.

A Resolução 1065-PGJ (**ANEXO 7**) traz em suas especificações as competências do Centro de Apoio, como as de “[...] acompanhar as políticas nacional, estadual e municipal fixadas para a defesa da saúde e segurança do trabalhador e de reparação do dano resultante de crime”. Atualmente este Centro de Apoio é composto por um Procurador de Justiça, 5 Assessorias jurídicas, 2

servidores de nível médio, uma médica do trabalho, um engenheiro do trabalho, uma assistente social e 15 estagiários de direito, serviço social e ensino médio.

Cumprе esclarecer que nem todo o profissional que passa no concurso para o ingresso na carreira do Ministério Público está disponível para atuar na área da saúde do trabalhador, ora por convicções pessoais, ora por ausência de conhecimento do direito na área, pois esta matéria não possui caráter obrigatório nos cursos de direito. O mesmo ocorre com os demais funcionários, à exceção da médica e engenheiro do trabalho que têm formação científica na área. Porém, desde que assume a função “O promotor público precisa conhecer, compreender e interpretar todas as realidades, todas as lutas em que se chocam os homens, todos os problemas que se debatem na sociedade, para corresponder aos deveres, na polêmica judicial.” (LYRA, 1989. p 75).

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar iniciativas por parte de Promotores de Justiça, que podem ser vistas como tentativas de se aproximar-se deste ideal.

No Paraná, o Ministério possui vários campos de atuação que realmente tendem a preservação da ordem jurídica. Exemplos pontuais desta atuação é intensiva fiscalização do patrimônio público por parte das Promotorias de Defesa do Patrimônio Público, a efetivação do controle social na área da saúde do trabalhador, saúde pública, criança e adolescente, inclusive, há uma intensa provocação de movimentação do poder judiciário, por parte do Ministério Público através de propositura de ações coletivas na área do meio ambiente, patrimônio público, consumidor, criança e adolescente, saúde do trabalhador, educação entre outras

Não se pode deixar de mencionar a atuação da instituição, de modo inovador através das Promotorias das Comunidades; que foram criadas em 1995, através de ato do então Procurador-Geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

Esta Promotoria tem por objetivo a “aproximação do Ministério Público da Comunidade especialmente no que se refere aos cidadãos que contam com maior dificuldade de acesso à instituição Ministerial”¹⁷

Bueno (1996-1997, p.92) justificando a atuação do Ministério Público junto às comunidades e questionando o papel da instituição na área social reflete que “Não resta dúvida que ao abraçar as questões sociais haverá uma maior

¹⁷ Resolução 701/95-PGJ – institui a Promotoria das comunidades definindo sua estrutura e sua esfera de atuação

conscientização dos direitos de cidadania por parte daquelas pessoas marginalizadas pela sociedade.”.

Os integrantes desta Promotoria deslocam-se para os Bairros do Município, para atender a comunidade, esclarecendo seus direitos e dúvidas jurídicas, realizando encaminhamentos aos órgãos públicos e propondo demandas afetas à sua área de atuação. Uma das atuações mais importantes desta Promotoria são as Audiências Públicas, procedimento este previsto na Constituição Federal e pela Lei 9.784. Para Sotto Maior (in: BOAVA, 2004.p. 66)

(....) a audiência pública é um espaço onde a sociedade civil tem a oportunidade de indicar suas pretensões quanto às propostas e às promessas de cidadania que já estão contidas no ordenamento jurídico e muitas vezes distantes da vida cotidiana destas mesmas pessoas. Um dos principais objetivos das audiências públicas é permitir esse contato direto da população com o administrador público.”.

Se por um lado a Constituição Federal ainda não está aproximada das classes menos favorecidas estas iniciativas são tentativas de se fazer um percurso em direção à cidadania.

Com muito trabalho ainda para ser efetivado, o Ministério Público do Estado do Paraná apresenta iniciativas, ainda que pontuais, na defesa da ordem social impedindo que interesses sociais e políticos fiquem à deriva do que definido na Constituição Federal.

É tamanha a dimensão social que a defesa do hipossuficiente e dos direitos difusos atinge atualmente, tornando-se impossível de ser efetivada por um agente que se mostra caracterizado pela neutralidade. A decisão de acompanhar as políticas públicas para a saúde do trabalhador exige uma decisão de ultrapassar as tensões promovidas pela estrutura da política e da economia, impondo ao Promotor de Justiça o dever de se posicionar politicamente, inclusive abandonando aquela neutralidade que o mesmo julga essencial para o sucesso de sua carreira.

3.3 O PROCESSO COMUNICATIVO DA PROMOTORIA

3.3.1 Atuação extrajudicial da Promotoria

Anterior à determinação legal por parte da Procuradoria Geral de Justiça, em 1992, os integrantes da Promotoria/Centro de Apoio já haviam iniciado às atuações coletivas, dirigidas ao controle social.

Na verdade a Instituição já vinha acenando para esta atuação, conforme manifesto do Procurador-Geral de Justiça, Luiz Chemim Guimarães, em comemoração ao centenário do Ministério Público, publicado no Jornal Gazeta do Povo, em 22 de dezembro de 1991

E é também a partir de tais postulados que o Ministério Público passa a ajustar sua postura, rompendo gradativamente com o posicionamento do órgão de atuação reflexa, quando só agia mediante provocação. Passa a atender àquele anseio de agir sistêmica e positivamente, em posicionamento compatível com o conteúdo e a dimensão social e política de sua função. Para tanto foram estabelecidos esquemas integrados de intercâmbio de informações com órgãos públicos, avantajando-se em relação aos procedimentos viciados e anacrônicos que, ao longo do tempo, têm-se prestado para patrocinar desmandos, ofuscar a administração e desviá-la dos fins para os quais foi estruturada.

A Promotoria, inicialmente, auxiliou na criação do Fórum Interinstitucional de Saúde do Trabalhador, em 1992, formado por Sindicatos dos trabalhadores, SUS, INSS, Universidades, Ministério do Trabalho, instância esta que teve “grande importância na formulação das diretrizes e das políticas para a saúde do trabalhador, a serem incluídas nos Planos Estadual e Municipal de Saúde.” (Ramos Jr *in* Ducci, 2001, pp.157-158). Este foi o primeiro fórum existente no Estado do Paraná para debater a saúde do trabalhador. A própria Secretaria Estadual de Saúde reconheceu a participação da referida instância, ao discutir um modelo de atenção para a saúde do trabalhador, ao descrever que “[...] iniciou aproximação com outras instituições e junto com o Ministério Público, em 1992, deu início ao FIST, junto com empregadores e trabalhadores e diversas instituições.” (SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ – SESA, 2002, p. 6).

A participação da Promotoria não foi imposta pelo seu órgão superior, partiu de uma conduta livre de seus componentes, sem qualquer forma de coerção.

Este fórum reuniu-se durante quatro anos, quando passou a ser denominado Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador (CIST), já vinculado ao Conselho Estadual de Saúde. O objetivo primordial foi o controle social e durante os quatro anos de existência realizou várias atividades que repercutiram nacionalmente, podendo-se apontar a elaboração de uma Cartilha sobre o preenchimento da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT); o projeto de estudos para a criação de um centro de referencia sobre a saúde do trabalhador (CEMAST, criado em

1996) a realização do Seminário sobre o seguro de acidentes do trabalho; discussão sobre a resolução sobre a proibição do jateamento de areia no Estado.

O Centro de Apoio participou de todas as reuniões, influenciando de sobremaneira nas decisões dos fóruns, através de inserções dialógicas compreendidas e aceitas pela comunidade, conforme é indicado por Habermas “[...] o ato de fala só terá êxito se o outro aceitar a oferta nele contida”. (2003.p.165).

Para exemplificar estes atos de fala remete-se às discussões acerca da proibição do jateamento de areia. Tal tema foi debatido entre os membros da Comissão Estadual de Saúde do Trabalhador, sendo levado para debates ao Conselho Estadual de Saúde, instância máxima de controle social das políticas públicas de saúde no Paraná, culminando na edição da Resolução Estadual 1076/1997. Tal legislação proibiu o uso da sílica em atividades de jateamento em todo o estado. Esta Resolução serviu de modelo para que outros estados da federação proibissem o uso da substância tóxica. Entendendo que a validade da norma está diretamente ligada à possibilidade que todos os atingidos têm de dar seu consentimento, a norma acima é válida e legítima.

Outro exemplo peculiar dessa atuação dialógica, na proteção do meio ambiente de trabalho, foi à realização de estudos acerca da “Obrigatoriedade da Notificação Compulsória de acidente de trabalho”¹⁸. Tal estudo foi motivado por debates entre entidades participantes da Comissão Estadual de Saúde do Trabalhador. Dúvidas pairavam acerca da obrigatoriedade de notificação destes agravos à saúde do trabalhador. O estudo foi encaminhado a Comissão Estadual onde foi amplamente debatido, e, posteriormente, ao Conselho Estadual, resultando em Resolução Municipal (**ANEXO 8**) e na Resolução Nacional nº 777, de 28/04/2004, do Ministério da Saúde. (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

A apropriação por parte dos componentes da instituição (agentes e servidores), acerca do direito positivado na área da saúde do trabalhador, permite que estes possam produzir bons argumentos nas relações de diálogo com os trabalhadores, empregadores e poder executivo que compõem estes fóruns. Esta situação dialógica foi efetivada, pois houve o consenso dos componentes do diálogo. O discurso posto em julgamento pelos outros falantes, pode ser aceito ou não.

¹⁸ O estudo realizado em setembro de 2001 foi apresentado nos Congressos Estadual e Nacional do Ministério Público, realizados em 2002, sendo que a Tese foi aprovada por unanimidade pelos participantes de ambos os Eventos.

Entretanto somente o bom argumento será eficiente para resultar num acordo, então normativo entre as partes.

Todas as ações junto ao controle social destinam-se à prevenção dos acidentes de trabalho, e no processo de fiscal das instâncias de controle. Assim, de igual modo, foi agente auxiliar na criação da Comissão Estadual e Municipal da Saúde do Trabalhador, apresentando uma participação ativa até os dias atuais.

O Centro de Apoio também participou da implantação do Comitê de Investigação de Óbitos e Amputações Relacionadas ao Trabalho em 1977, sendo composto por diversas entidades representativas da área de saúde, com o objetivo desenvolver ações de saúde do trabalhador¹⁹. Atualmente a Promotoria exerce a coordenação do referido Comitê, destacando-se que a escolha da Coordenação é realizada por pleito eleitoral, com participação de todos os membros do fórum. Cumpre esclarecer que este Comitê reúne-se mensalmente, e tem por objetivo investigar todos os agravos na área da saúde do trabalhador e propor políticas públicas para prevenção dos acidentes.

É relevante destacar que para a construção de um agir orientado para o entendimento é necessário o consenso dos falantes, com argumentação racional por parte destes. Se as partes não conseguem elaborar um diálogo acerca de seus objetivos, não podem executar planos de ação, sendo a prática comunicativa suspensa. Essa prática comunicativa pode ser suspensa inclusive pela rejeição de um dos falantes (Habermas, 2003, p. 168). Somente os falantes competentes, argumentativos são capazes de concretizar o agir comunicativo. Disto resulta que, se não há uma boa argumentação entre os componentes, não se pode produzir um diálogo capaz de produzir práticas emancipatórias, obstando a construção de novos saberes.

¹⁹ O Comitê Estadual de Investigação de Óbitos e Amputações relacionados ao Trabalho foi implantado no Paraná em 1997, numa iniciativa de diversas instituições com atuação na área de Saúde do Trabalhador, a saber: Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Universidade Federal do Paraná, Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador, Procuradoria do Trabalho, Federação dos trabalhadores na Indústria da Madeira e da Construção - FETRACONSPAR, Central Única dos Trabalhadores - CUT, Delegacia Regional do Trabalho - DRT.

Por outro lado, são várias as atividades pontuais do Comitê²⁰ que não são consideradas expressivas dentro da percepção comunicativa, mas demonstram uma tentativa de aproximação teórica, a contar com as iniciativas de proteção à saúde dos trabalhadores, a exemplo da atuação do Comitê no Município de Imbituva. Em 1992, o Comitê recebeu a denúncia de que naquele Município estavam ocorrendo diversos acidentes no ramo madeireiro. Foi realizada uma ação coletiva foi realizada com todas as entidades que participavam do fórum e instaurados procedimentos contra as empresas para adequação do meio ambiente de trabalho. (SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ. COMITÊ ESTADUAL DE INVESTIGAÇÃO DE ÓBITOS E AMPUTAÇÕES RELACIONADAS AO TRABALHO DO ESTADO DO PARANÁ, CURITIBA, 2003).

Ainda, é de deixa-se registrado que a Promotoria participa do Fórum do Meio Ambiente de Trabalho, além de atuar no Conselho Deliberativo do Hospital do Trabalhador e na Comissão Estadual de Estudos sobre o Benzeno. Em todas estas instâncias, se busca a compreensão do mundo do trabalho e a defesa dos trabalhadores, interligando a teoria e o direito, nas práticas de proteção ao meio ambiente de trabalho.

Na especificação dos atos dialógicos, a Promotoria produziu uma Cartilha denominada “Acidentes de Trabalho: Perguntas e Respostas” (ANEXO 9). A necessidade de elaborar este documento ocorreu em virtude da constatação de que os trabalhadores que procuravam a Promotoria possuíam dúvidas acerca de seus direitos relacionados aos acidentes de trabalho. Assim, pensou-se em elaborar um manual, que tornasse os termos jurídicos mais plausíveis para a compreensão do trabalhador. Uma equipe técnica multidisciplinar elaborou a cartilha, que foi inicialmente levada aos trabalhadores, que apresentaram suas dúvidas quanto ao conteúdo técnico-jurídico e forneceram sugestões para que os demais leitores tivessem uma compreensão do texto, com possibilidade de domínio do conhecimento dos principais direitos relacionados à saúde do trabalhador.

²⁰ Para um maior estudo acerca das origens do Comitê e do seu atual funcionamento ver Ramos Jr, Armenes J. Comitê de Investigação de Óbitos e Amputações Relacionadas ao Trabalho do Estado do Paraná: uma experiência coletiva de produção de conhecimento e estruturação de política de saúde do trabalhador.. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná e Ramos Jr. Armenes J. a Formação de um Intelectual Coletivo:Um Estudo Sobre O Percurso Dos Militantes Na Construção Da Saúde Do Trabalhador No Estado Do Paraná. 2007. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná.

Com efeito, a Cartilha passou a ser um referencial para a prevenção dos acidentes de trabalho, considerando que, foram atualmente está na 6ª edição. A boa receptividade da Cartilha levou a Prefeitura Municipal de Curitiba a solicitar autorização para reproduzi-la em edição própria, bem como outros sindicatos de trabalhadores que também fizeram tiragens separadas do material.

A Cartilha traz esclarecimentos sobre os direitos e deveres do trabalhador e do empregador, no meio ambiente de trabalho, além de informações acerca das entidades responsáveis pela proteção do meio ambiente de trabalho e a defesa do trabalhador acidentado, entre outros, com ilustrações dirigidas ao público alvo. A procura da Cartilha pelo empregador e pelos órgãos públicos, foi significativa em razão da especificação dos artigos da lei tratada, na pergunta/resposta. Este aspecto acrescentou credibilidade ao documento, aliado ao fato de que o esclarecimento estava sendo feito pelo Ministério Público.

Até então, as publicações da Instituição se destinavam aos seus próprios membros e a outros juristas ou técnicos, não havendo publicação nenhuma se destinada aos administrados. O próprio Promotor de justiça na pesquisa citada, revela sua responsabilidade pela proteção do administrado. Afinal se não há iniciativas de se apresentar para o protegido os seus direitos, este não se tornará auto-suficiente e não compreenderá como defender seus direitos, ficando na eterna dependência do protetor.

No entender de Habermas (2004, p.48) a dependência do outro traduz a vulnerabilidade do individuo em relação ao outro, sendo que sua identidade e a defesa de sua integridade ficam expostas e desprotegidas: “A autonomia é, antes, uma conquista precária de existências finitas, que só conseguem ‘se fortalecer’ quando conscientes de sua vulnerabilidade física e de sua dependência social”.

As iniciativas que não priorizem a linguagem como funções mediadoras serão compreendidas como ações destinadas à continuidade e dependência sem preocupação à emancipação do cidadão.

3.3.2 Atuação em procedimentos administrativos e judiciais

Desde sua criação, a Promotoria tem por incumbência a atuação na esfera cível e previdenciária, postulando em juízo indenizações aos trabalhadores que sofrem acidentes de trabalho, acompanhando inquéritos policiais específicos de

acidente de trabalho e instaurando inquéritos civis e ações civis públicas para a proteção do meio ambiente de trabalho. Outro atendimento relevante é a defesa dos direitos previdenciários relacionados ao acidente de trabalho.

Os atendimentos individuais que se constituíram na maior demanda da Promotoria, relacionados à proteção dos direitos individuais, na esfera indenizatória civil e previdenciária.

Atualmente, ao chegar à Promotoria, o trabalhador tem o primeiro contato com o setor jurídico, que avalia o acidente e as condições em que o mesmo ocorreu, momento em que são explicados ao trabalhador os seus direitos. O mesmo é encaminhado ao Serviço Social que realiza o serviço de acolhimento e uma entrevista para verificar quais os interesses junto à Promotoria. O Serviço de Acolhimento ao Trabalhador foi criado em 2002, e é realizado por três estagiárias, com a supervisão de uma assistente social. Neste momento realizam-se esclarecimentos acerca dos serviços da Promotoria e dos direitos básicos do trabalhador frente ao acidente de trabalho. Neste setor são coletados dados de identificação do trabalhador, bem como informações sobre o acidente e a empresa, entre outros, por meio de um formulário próprio **(ANEXO 10)**. Em seguida o trabalhador é encaminhado para a médica do trabalho, que verificará o nexo causal entre acidente ou doença e o fato relatado. A médica também avalia a situação da capacidade laborativa objetivando a verificação da situação previdenciária do trabalhador. O setor de serviço social, então encaminha o trabalhador para outros órgãos públicos, caso seja necessário, e, em seguida, o trabalhador é encaminhado ao setor jurídico, onde se realiza nova entrevista buscando, então coletar dados para instruir o procedimento administrativo **(ANEXO 11)**. Neste setor poderá ser atendido pelos estagiários de direito, assessoras jurídicas, Promotora de Justiça e Procurador de Justiça. Neste momento ocorre uma identificação do trabalhador com a Promotoria, no que diz respeito ao seu direito constitucional de acesso à justiça e de ser defendido por um advogado. O trabalhador identifica o integrante do setor jurídico como seu defensor, aquele que defenderá os seus interesses jurídicos, autorizando a promoção de sua defesa pelo Ministério Público.

Na avaliação da situação do trabalhador atendido pela Promotoria, utilizaram-se fichas de entrevistas realizadas pelo Serviço Social, nos anos de 2004 e 2005, pois neste período as fichas possuíam campos específicos, como por exemplo, origem do encaminhamento, situação trabalhista, entre outros. Nos anos anteriores

e, em 2006, as fichas não apresentaram as informações necessárias para uma correta avaliação.

Inicialmente, no período de 2004 e 2005 472 trabalhadores foram atendidos pela Promotoria, sendo 237, em 2004, e 235, em 2005. Urge esclarecer que destes atendimentos em 2004, foram instaurados 83 procedimentos administrativos e em 2005, instauraram-se outros 142 procedimentos.

A reflexão acerca dos dados obtidos leva a supor que o direito à saúde, embora inserido na Constituição, dentro dos Direitos e Garantias Constitucionais, ainda é visto como um direito relacionado ao contrato de trabalho.

Outra questão é a origem do encaminhamento do trabalhador à Promotoria a buscar seus direitos relacionados ao acidente. O encaminhamento mais expressivo foi realizado pela Delegacia Regional do Trabalho, por colegas que já tiveram acesso aos serviços da Promotoria, Sindicatos, órgãos públicos, outros Promotores de Justiça, e pelo CEMAST, órgão da Secretaria Estadual de Saúde então responsável pela saúde do trabalhador. O alto índice de encaminhamentos não especificado, no gráfico 1, referente ao ano de 2004, justifica-se devido à ausência do item “encaminhado por” na ficha respectiva.

A Delegacia Regional do Trabalho, divisão do Ministério do Trabalho, É identificada pelo trabalhador, como o órgão que irá promover a defesa de seus direitos trabalhistas, sendo inclusive confundido com a própria Justiça do Trabalho.

O Ministério do Trabalho, há mais de oitenta anos, atua nos Estados da federação por intermédio de suas delegacias, que têm por competência

“(...) coordenar, orientar e controlar a execução das atividades relacionadas com a fiscalização do trabalho, a inspeção das condições ambientais de trabalho, a orientação ao trabalhador, o fornecimento de Carteira de Trabalho e Previdência Social, a orientação e o apoio ao trabalhador desempregado, a mediação e a arbitragem em negociação coletiva, a conciliação de conflitos trabalhistas, a assistência na rescisão do contrato de trabalho”. (fonte: www.mtb.gov.br)

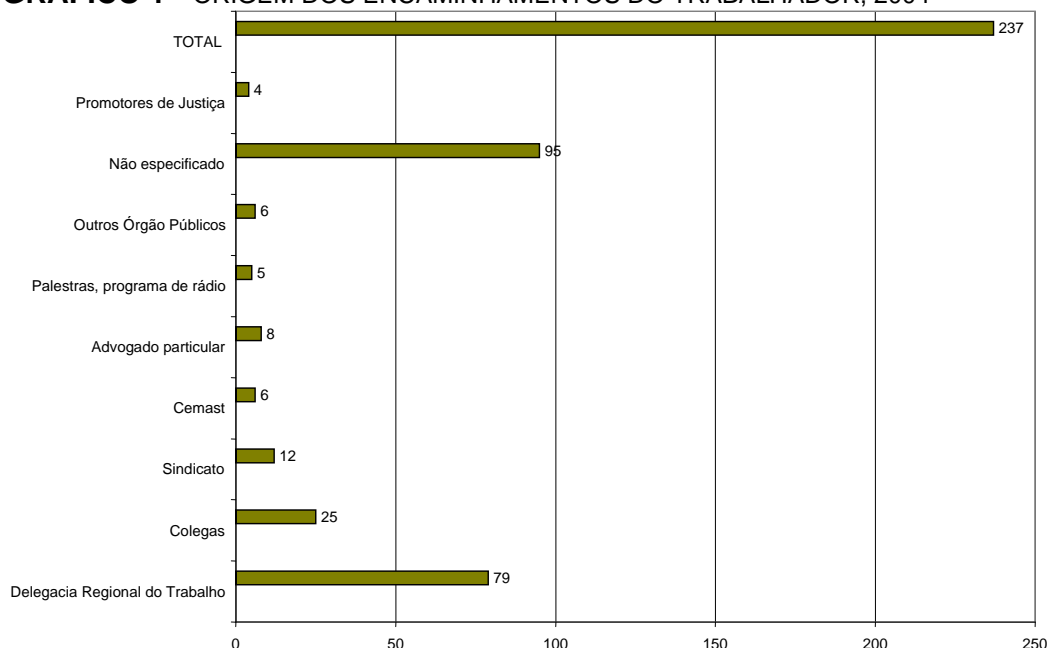
Assim, ao término da relação empregatícia o trabalhador irá questionar acerca do acidente de trabalho sofrido, quando então é encaminhado para a Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador.

Em segundo lugar, o trabalhador é encaminhado por colegas que já receberam os serviços da Promotoria, indicando que o Ministério Público está avançando no diálogo com a comunidade. O trabalhador, de certa forma, vai identificar a Promotoria, como uma Instituição que defende os direitos dos

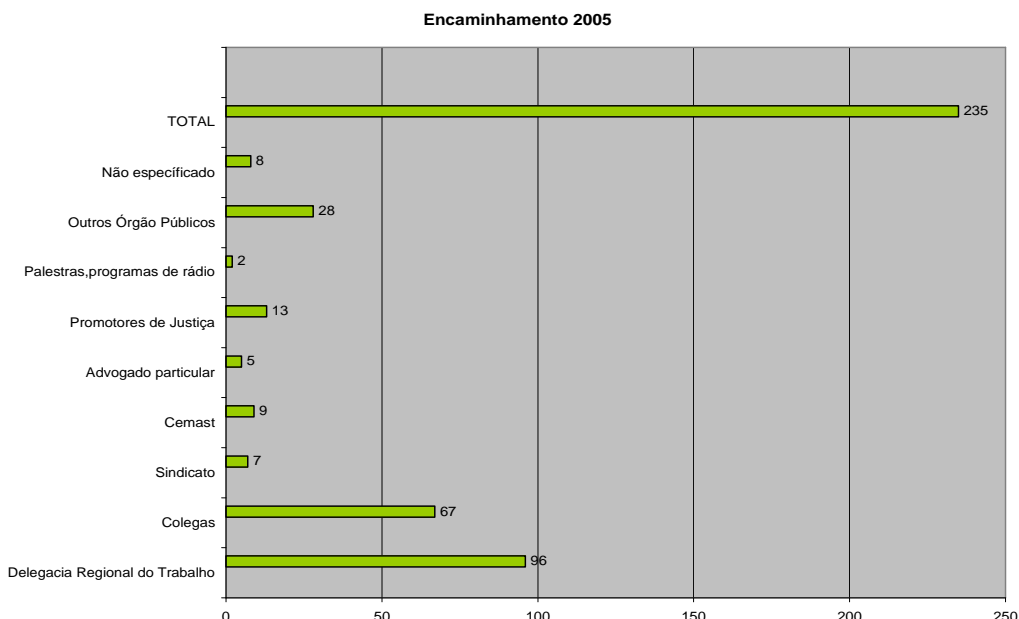
trabalhadores que sofrem acidente de trabalho, indicando a Instituição a outros vitimados.

Dentre outros órgãos que encaminharam o trabalhador à Promotoria, com mais expressividade aparecem o Sindicato, órgão públicos diversos e outros membros do Ministério Público. Nos gráficos 1 e 2, a seguir, é possível verificar a origem dos encaminhamentos e a sua quantidade, nos anos de 2004 e 2005, respectivamente, obtidos através da análise dos formulários preenchidos durante entrevista com os trabalhadores pelo Serviço Social.

GRÁFICO 1 - ORIGEM DOS ENCAMINHAMENTOS DO TRABALHADOR, 2004



FONTE: Dados retirados das fichas de entrevistas realizadas pelo Serviço Social no período compreendido entre 2004/2005, 2007.

GRÁFICO 2 - ORIGEM DE ENCAMINHAMENTO DO TRABALHADOR, 2005

FONTE – Dados retirados das fichas de entrevistas realizadas pelo Serviço Social no período compreendido entre 2004/2005, 2007.

Observa-se que, em todos os casos avaliados, o trabalhador compareceu à Promotoria após ter sofrido o acidente, sendo que em torno de 10 a 12% destes entrevistados ainda permaneciam na empresa, onde ocorreu o acidente, apesar de já ter sido rescindido o contrato de trabalho.

Destes casos, 12 trabalhadores não possuíam registro formal em Carteira de Trabalho, constando-se mais uma vez a violação aos princípios Constitucionais do Trabalho. Evidencia-se que a Lei nº. 8213/91, no artigo 118, inseriu uma garantia ao trabalhador que sofreu acidente de trabalho com vínculo empregatício formal. Quando o trabalhador sofre o acidente de trabalho é encaminhado ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para formalizar o afastamento do trabalho, passando a receber benefício previdenciário temporário. Quando o trabalhador retorna à empresa, com alta médica previdenciária, lhe é assegurado um período de estabilidade no emprego de doze meses. Após este período pode ser demitido. Ao buscar seus direitos trabalhistas, decorrentes da demissão, retoma o interesse pelos direitos inerentes ao acidente de trabalho. No caso do trabalhador informal, este é desligado da empresa de imediato quando ocorre o acidente.

No dizer de Habermas, tem-se então que o Estado Social se caracteriza pela constitucionalização das relações de classe e que exemplos típicos desta juridicização são os direitos trabalhistas e de seguridade social, cujo objetivo é o

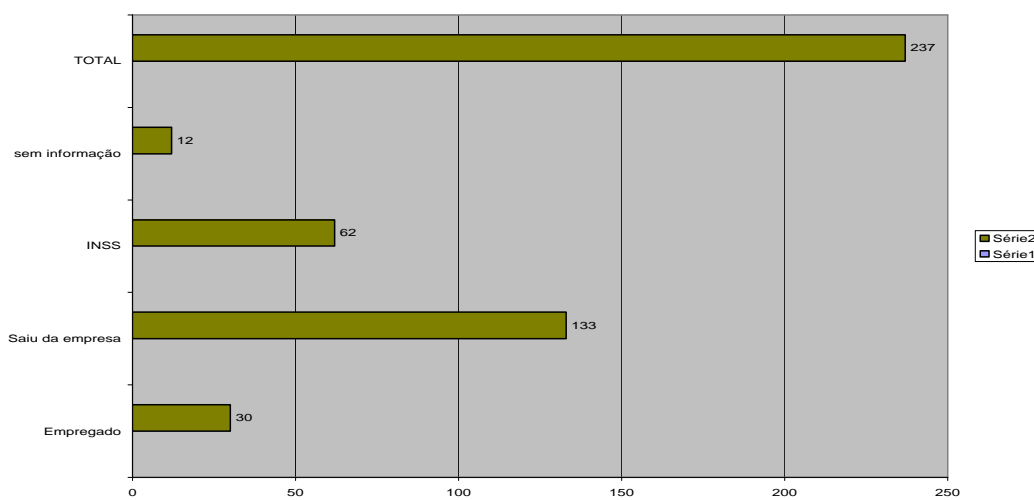
equilíbrio da disputa entre as classes, mantendo os níveis do conflito entre as classes. (MOREIRA. 2004.p. 58).

Na verdade, a legislação social, como bem afirma Habermas (1987, t II, p.512) possui um caráter de dar respostas pontuais a problemas individuais. Assim, temos um corpo legislativo vasto, acerca dos acidentes de trabalho, que apenas produz uma proteção posterior, desprezando a integridade física do sujeito de direito. Constata-se que mais que um direito constitucional pré-estabelecido, o direito à saúde do trabalhador ainda é visto como uma cláusula do contrato de trabalho.

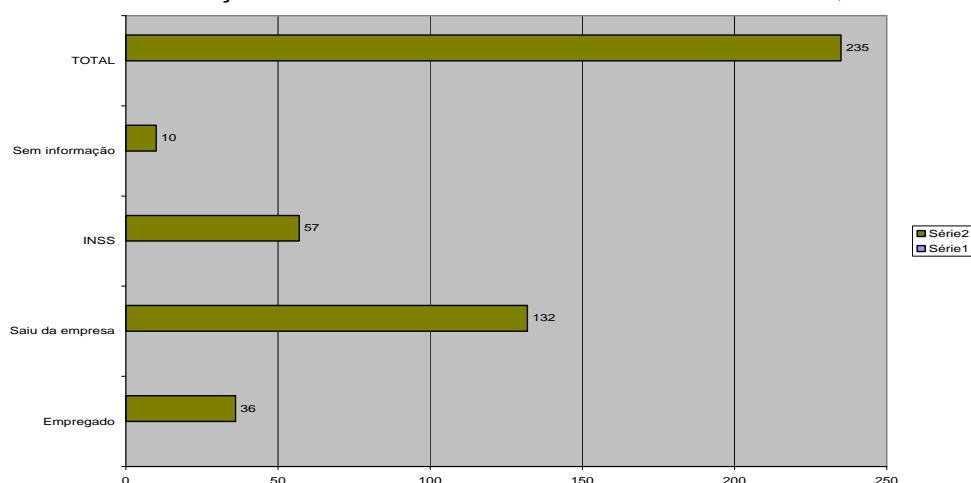
Para exemplificar esta afirmação, tem-se que dos 472 trabalhadores entrevistados, 265 não estão mais na empresa onde sofreram o acidente, 119 estão afastados pela previdência ou no período de estabilidade previdenciária, acima descrito. Somente 66 estão vinculados ao local de trabalho, mas destes, 22 são servidores públicos que não serão demitidos por procurarem seus direitos.

Cumprе destacar que a Promotoria não é vista pelo trabalhador como um órgão que vai promover a prevenção de acidentes no ambiente de trabalho, como pode ser verificado nos gráficos a seguir, onde se constatou que a maior parte dos trabalhadores só procura seus direitos após o término da relação trabalhista. Percebe-se, então, que o trabalhador ainda vê a Promotoria como um órgão que vai promover a ação de reparação do dano. Por outro lado, é expressivo o número de trabalhadores que procuram a Promotoria e está com o contrato de trabalho suspenso por se encontrar afastado pelo INSS, como se observa no gráfico 3 e 4.

GRÁFICO 3 - SITUAÇÃO LABORAL DO TRABALHADOR ENTREVISTADO, 2004



FONTE: Dados retirados das fichas de entrevistas realizadas pelo Serviço Social no período compreendido entre 2004/2005, 2007.

GRÁFICO 4 - SITUAÇÃO LABORAL DO TRABALHADOR ENTREVISTADO, 2005

FONTE: Dados retirados das fichas de entrevistas realizadas pelo Serviço Social no período compreendido entre 2004/2005, 2007.

A análise dos procedimentos administrativos instaurados na Promotoria de 1990 até 2006 foi realizada através da avaliação de todas as pastas de procedimento administrativo existentes na Promotoria. Identificou-se que um grande número de procedimentos foi arquivado por vários motivos, como abandono, desinteresse em dar continuidade no processo administrativo, retorno ao emprego, constituiu advogado particular, compôs com o empregador, conseguiu obter administrativamente seus direitos previdenciários junto ao INSS, obteve esclarecimentos, obteve os seus direitos na área trabalhista, entre outros.

Não cabe responsabilizar apenas o trabalhador pela seu desinteresse na busca de seus direitos, pois muitas vezes os atores sociais envolvidos no agir comunicativo não conseguem desenvolver seu diálogo. Há fatores outros a relevar, que não estão ligados aos atores da Promotoria e nem aos trabalhadores de modo direto. Mas para prosseguir em uma demanda judicial, é necessário que o trabalhador apresente um laudo médico com diagnóstico de sua doença, e também um laudo do Ministério do Trabalho que especifique as condições em que ocorreu o acidente. Em determinados casos, o Sistema Único de Saúde (SUS) responsável pela elaboração do diagnóstico, demorou até dois anos para atender o trabalhador e finalizar um laudo médico. Por outro lado, quando o acidente ocorreu há muitos anos, as provas da ocorrência deixaram de existir, pois o Ministério do Trabalho e a vigilância sanitária não fiscalizam todos os eventos que resultam em acidentes, como é o seu dever legal. Tais motivos levam o trabalhador a perder o interesse

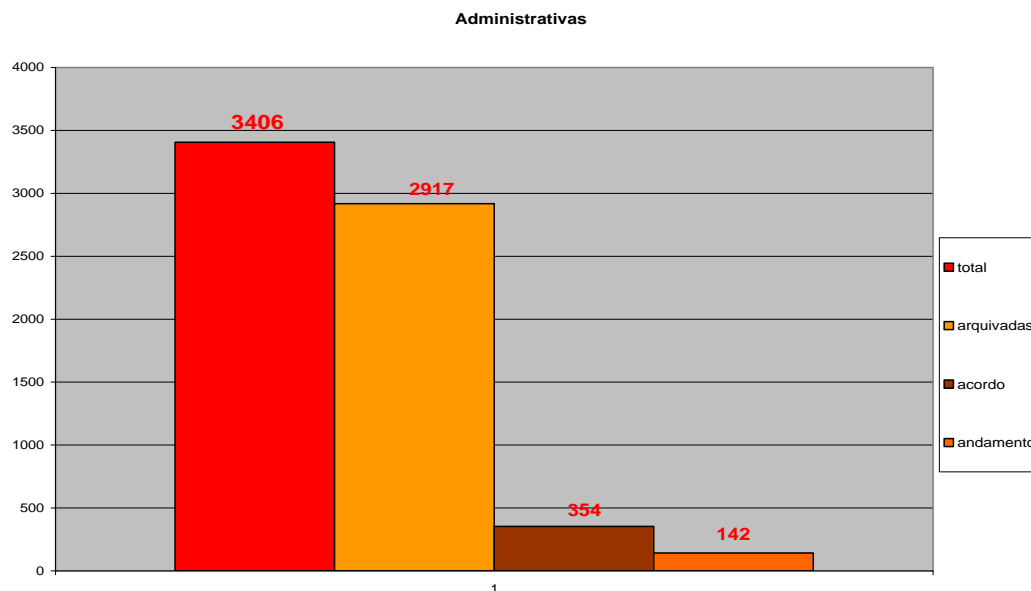
para prosseguir na busca de seus direitos, acreditando-se que uma atuação mais efetiva por parte da Promotoria junto a estes órgãos poderia contribuir para minimizar estas ocorrências. Acentue-se que uma das medidas eficazes para a agilização do procedimento administrativo, foi a contratação de uma médica do trabalho e de um engenheiro do trabalho para fazer parte do corpo técnico da Promotoria. Estes profissionais podem oferecer respostas imediatas relacionadas ao acidente/doença do trabalho como o nexo causal, capacidade laborativa, a possibilidades de regularização do ambiente de trabalho, entre outras.

Desde que o procedimento é direcionado ao Setor Jurídico, cientifica-se ao trabalhador todos os seus direitos acerca do acidente sofrido, buscando auxiliar e resgatar o exercício de sua cidadania, através de esclarecimentos acerca do direito positivado. Explica-se ainda como ocorre o procedimento judicial, buscando uma efetiva prática de resgate da cidadania. Não se considera que estas práticas sejam assistencialistas, pois se busca a participação do trabalhador, como sujeito de seus direitos, em todos os momentos do procedimento jurídico. O trabalhador assina um termo onde se compromete a entrar em contato com o estagiário com frequência, a indicar novo endereço caso venha a se mudar, a comparecer na Promotoria sempre que for chamado, e, mesmo assim, em muitos casos, desiste do procedimento, sendo este arquivado por abandono. Após três tentativas de localização do interessado através de correspondências registradas, o procedimento é arquivado por abandono.

O gráfico 5 apresenta o total de procedimentos instaurados na Promotoria, observando-se que dos 3406 procedimentos instaurados, 2917 foram arquivados. Evidente que nem sempre o arquivamento se deu por abandono do procedimento pelo trabalhador. Outras causas que influíram para o expressivo número de arquivamentos foram a contratação de advogado particular, retorno do empregado á empresa em que trabalhava, acerto particular entre o trabalhador e patrão, e, em especial, avaliação posterior de que as seqüelas relatadas pelo trabalhador não eram de origem laboral. Atualmente, não mais se instaura um procedimento administrativo sem que a médica do trabalho avalie o nexo causal entre a doença/acidente relatado e as condições onde se exerceu o trabalho, diminuindo o número de instaurações de procedimentos.

Na avaliação de todos os procedimentos administrativos instaurados pela Promotoria de Justiça, verificou-se que a maior incidência de acidentes ocorre em amputações e óbitos.

GRÁFICO 5 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA PROMOTORIA ENTRE 1990-2006



FONTE: Dados retirados do sistema informatizado e das pastas de procedimentos administrativos do serviço, 2007.

Conforme pode ser observado no gráfico 6, 556 ações judiciais foram propostas, no período de 1990 a 2006. Examinando estes dados, contata-se que em 129 ações o trabalhador já recebeu seus direitos indenizatórios, considerando acordos e ações terminadas. Entretanto, entre as ações que tiveram acordo e que foram remetidas para a justiça do trabalho por questões de direito processual ou mesmo das que estão em andamento, 438 já obtiveram sentença de primeiro grau positivas e estão em fase recursal ou em fase de execução. Apenas 3 ações foram julgadas improcedentes, ou seja, o autor não teve o seu direito reconhecido.

As ações abaixo propostas são embasadas no direito positivo vigente, que nem sempre assegura sua legitimação através da legalidade. Tal consideração revela que, através da liberdade comunicativa dos cidadãos, estes enunciados podem ter significado de autodeterminação. (HABERMAS, 1997 p.540).

Observe-se que para Habermas, o sucesso do agir orientado para o consenso exige que os atores sociais realizem um jogo de linguagem, que resultará em um

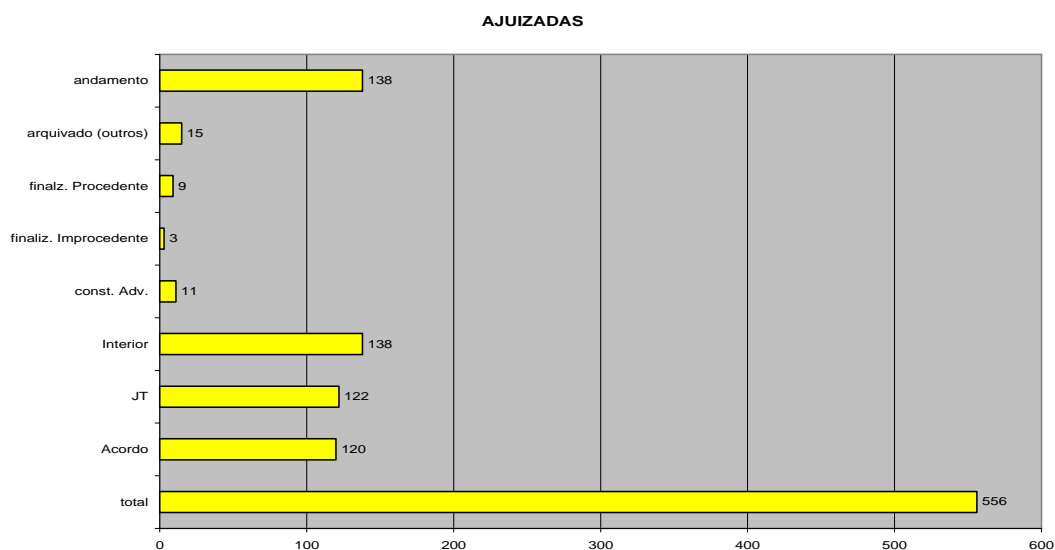
consenso, o qual se constitui no meio para o agir comunicativo. Siebeneichler (1989, p. 89) explica que, para Habermas, o critério para o consenso demanda:

- 1) O verdadeiro consenso somente pode ser obtido através dos atos de fala argumentativos.
- 2) Em última instância, nós somente poderemos distinguir um consenso racional de um consenso enganador ou pseudo-consenso, se o referirmos a uma situação de fala ou discurso idealizado [...].

Se pensarmos que na maioria expressiva dos casos o trabalhador teve seu direito indenizatório assegurado, podemos realmente concluir que os atos de fala da Promotoria, nos processos judiciais foram argumentativos.

Assim, na teoria habermasiana há uma obrigação por parte dos participantes do discurso de examinar normas controversas e, nos casos típicos, como os que ora examinamos foram buscar o assentimento de todos os atingidos trabalhadores que recorreram à Promotoria.

GRÁFICO 6 - PROCEDIMENTOS AJUIZADOS ENTRE 1990 - 2006



FONTE: Dados retirados do sistema informatizado e das pastas de procedimentos administrativos do serviço, 2007

3.3.3 Atuação da Promotoria nas Ações coletivas

A ação civil pública adentrou no corpo legislativo brasileiro em 1985, através da edição da lei nº 7347/85. Neste momento a Lei especificava sua destinação exclusiva para a defesa do meio ambiente, do consumidor, bens de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos.

Posteriormente, a Constituição Federal, no art. 129, III, ampliou as hipóteses para outros direitos difusos e coletivos, além dos especificados pela lei 7347/85, quando delinea a legitimidade do Ministério Público para a propositura da referida ação.

Esta lei trouxe uma inovação no direito brasileiro, especificamente no direito processual civil brasileiro, quando propôs a proteção de interesses coletivos e difusos. Evidencia-se, em especial, o caso dos direitos difusos que não possuem um caráter econômico relevante do interesse individual lesado.

A ação civil pública tem por linha mestra a defesa de interesses coletivos, ou seja, é dirigida para uma sociedade de massa, uma sociedade globalizada onde a solução de conflitos individuais é superada pela solução de conflitos coletivos.

Atualmente, a ação civil pública é utilizada para a defesa dos interesses coletivos conhecidos como transindividuais, de natureza indivisível, relacionados aos integrantes de uma categoria ou grupo de pessoas, e dos interesses difusos, de natureza indivisível, transindividuais, onde não é possível determinar os sujeitos que estão sendo lesados e, por fim, para os interesses individuais homogêneos, que se destacam por ter origem comum.

No caso dos acidentes de trabalho a propositura da ação civil pública destina-se especificamente à defesa de interesses difusos e coletivos.

Antes da propositura da ação a Lei faculta a instauração de um procedimento investigatório preliminar ou do inquérito civil público, ambos com o objetivo de colher provas para propor a ação civil pública e ao mesmo tempo tentar a composição administrativa do litígio. O que difere estes dois procedimentos é que o procedimento investigatório preliminar destina a coleta de informações e o inquérito civil público é mais solene, devendo ser instaurado através de portaria, e seu encerramento depende de aprovação do Conselho Superior do Ministério Público.

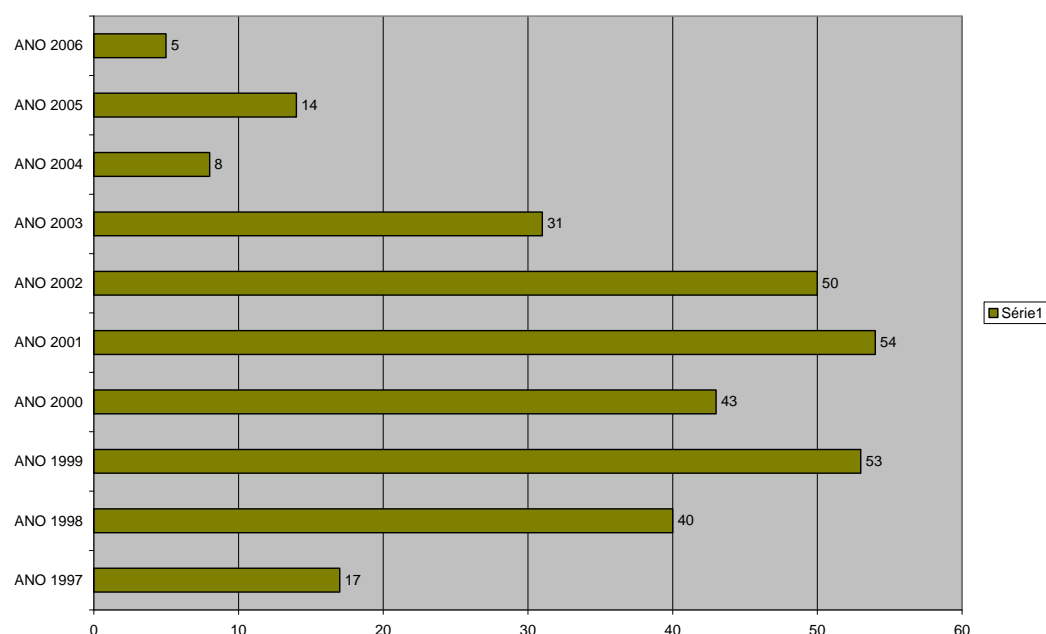
Embora a competência para propor a ação civil pública não seja privativa do Ministério Público, estendendo-se a sindicatos, partidos políticos, Defensoria Pública entre outras, o Ministério Público assumiu a titularidade na maioria das ações que tramitam na justiça brasileira.

Na Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador, as primeiras iniciativas de utilizar esta medida processual coletiva ocorreram, em 1992, através da instauração de pedidos de providências que vieram a se transformar em procedimentos investigatórios preliminares, posteriormente. Só, em 1997, passou-se

a instaurar os inquéritos civis. Até a presente data foram instaurados 315 inquéritos civis. Há de se notar que, em 2001, foram instaurados 54 inquéritos civis e que a tendência deveria ser o aumento destes procedimentos, considerando que o número de acidentes de trabalho não diminuiu no Estado do Paraná. Entretanto o que se verifica, no gráfico 7 é que diminuiu a instauração destes procedimentos.

Uma justificativa para tal diminuição é a de que a Delegacia Regional do Trabalho, principal demandante das ações coletivas, passou a realizar compromissos de ajustes com as empresas que fiscaliza, diminuindo a demanda, que anteriormente era encaminhada de imediato à Promotoria para instauração de inquérito civil. Esta função da Delegacia Regional do Trabalho é conferida pela Consolidação das Leis Trabalhistas, embora somente na atualidade é que vem sendo colocada em prática. Por outro lado, o Ministério Público do Trabalho passou a atuar na área coletiva com mais intensidade, dividindo as atribuições com a Promotoria oficialmente através de termo de cooperação técnica firmado entre estes dois órgãos. Não se tem notícias que algum sindicato tenha proposto ação civil pública para a defesa da saúde de empregados da categoria no Estado do Paraná, embora seja uma entidade que apresenta denúncias no Ministério Público. Provavelmente o sindicato confere esta atribuição ao Ministério Público porque reconhece sua capacidade de diálogo e, mesmo, sua condição de defensor dos direitos dos trabalhadores.

GRÁFICO 7 – INQUÉRITOS CIVIS INSTAURADOS NA PROMOTORIA ENTRE 1997-2006



FONTE: Dados retirados do sistema informatizado e das pastas de inquéritos civis do serviço, 2007

Esta demanda se constitui em um espaço dialógico aberto a atores sociais, envolvidos na área da saúde do trabalhador, propiciando a participação da sociedade civil através de movimentos sociais, de organizações não governamentais e do Ministério Público que possui a função de ator e mediador na resolução dos conflitos.

Isto porque dentro do inquérito civil é possível que as partes envolvidas firmem um acordo através do instituto, denominado termo de ajustamento, previsto no artigo 8º, da Lei nº 7347/85.

Através de uma Portaria (**ANEXO 12**), instaura-se o inquérito civil, momento em que se designa data para audiência, na qual deverão estar presentes o representante do Ministério Público, corpo técnico da Promotoria, Sindicato dos Trabalhadores e Empresarial, representante e advogado da empresa que está, supostamente, descumprindo com a legislação prevencionista, representante da Delegacia Regional Do Trabalho ou da Vigilância Sanitária.

O representante do Ministério Público inicia a audiência explicando as atribuições da Promotoria, o motivo pelo qual a audiência está sendo realizada, apontando as irregularidades encontradas na empresa através de laudo técnico realizado pela Delegacia Regional Do Trabalho, Vigilância Sanitária ou Engenheiro do Trabalho da instituição, sugerindo a formalização do termo de ajustamento. Em seguida, as partes iniciam suas argumentações dirigidas para a possível regularização do meio ambiente do trabalho. Caso exista um consenso, é redigido o Termo de Ajustamento (**ANEXO 13**), estabelecendo-se um prazo para o cumprimento deste, com inclusão de cláusula penal.

Neste Termo de Ajustamento, estipulam-se as medidas preventivas atinentes à proteção do meio ambiente de trabalho, com prazos para que estas sejam cumpridas estipulando-se uma multa diária, para o caso de não cumprimento. Essa multa é fixada atendendo a vários itens, especialmente a capacidade econômica da empresa; sendo considerada como uma pena pecuniária

Este espaço dialógico permite estipulação de acordo sobre a saúde do trabalhador e prevenção de acidentes no meio ambiente de trabalho da empresa signatária. Difere esta atividade da anterior, pois esta atua no coletivo da saúde do trabalhador, poupando a integridade física de vários trabalhadores,

Observa-se que foram instaurados 317 procedimentos coletivos na Promotoria e destes 221, resultaram em acordo, através do termo de ajustamento. Pode-se então dizer que o número de acordos cumpridos é considerado satisfatório, evidenciando a capacidade de articulação entre as partes. Para Habermas a prática comunicativa permite que os atores sociais adentrem em um efetivo processo de argumentação. Para tanto, é preciso que os enunciados de fala sejam claros e verdadeiros, não podendo ser contestados pelos atores. O termo de ajustamento seria o resultado do consenso tão esperado do diálogo. “O discurso visto como argumentação constitui um tipo de fala no qual os participantes tematizam pretensões de validade criticáveis, tentando resgatá-las através de argumentos que contém razões” (SIEBENEICHLER, 1989.p.97).

Para Habermas a racionalidade comunicativa pressupõe um consenso fático, no qual “realizamos jogos de linguagem e trocamos informações e opiniões sobre os três mundos- o objetivo, o social e o subjetivo- pressupondo ingenuamente a validade dos proferimentos”. (SIEBENEICHLER, 1989 p. 98). Assim, levanta-se uma pretensão que no caso do ajustamento é a possibilidade de regularizar o meio ambiente de trabalho. Esta pretensão pode ser defendida ou criticada pelas partes. Na prática, a pretensão é argüida pelo Promotor de Justiça, defendida tanto por este como pelo sindicato ou entidade que defende a categoria dos trabalhadores, envolvida no diálogo, e então questionada pelo empregador. Na maioria dos casos, como mostra o Gráfico 9, a pretensão é questionada e no momento posterior é reconhecida. De acordo com Siebeneichler (1989 p.98) a pretensão “somente será justificada quando puder ser mantida na base de argumentos”.

Para que o consenso oriundo da prática comunicativa seja legítimo é preciso que as partes sejam autônomas. Neste caso, em especial, é possível vislumbrar que o diálogo se desenvolve dentro dos requisitos necessários para tornar-se válido, especialmente pela capacidade das partes na argumentação.

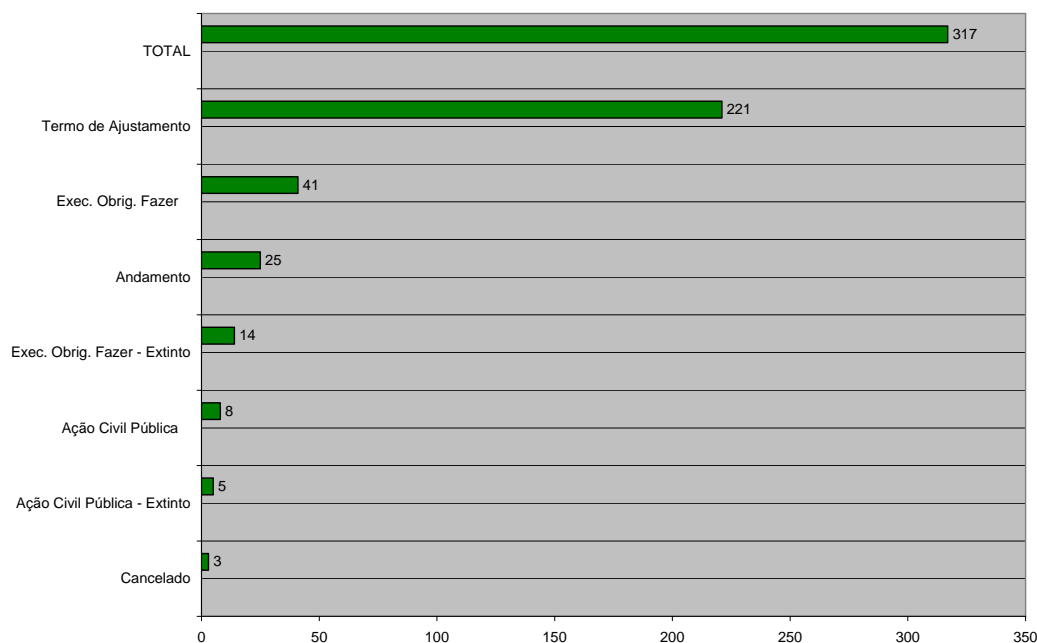
A capacidade de argumentação, no caso das ações coletivas, está ligada a “situação de fala ideal”. Neste caso, atinge-se este ideário, pois todos os atores envolvidos neste diálogo possuem chances iguais de participar do discurso argumentativo e, igualmente, fazer interpretações, explicações e “problematizar pretensões de validade”. Podem igualmente expressar suas idéias e posicionamentos pessoais, bem como fazer o acordo e subscrever o termo de ajuste sem coação.

“Portanto quando procuramos entrar em entendimento uns com os outros estamos nos apoiando realmente em duas idealizações: supomos que os mal entendidos põem ser resolvidos através da mudança do nível da comunicação, ou seja, passando do plano do agir comunicativo ao discurso. A Segunda idealização consiste no seguinte: chegado no nível do discurso, supomos a possibilidade de uma situação ideal de fala, a qual implica sempre a possibilidade de um situação de comunicação voltada ao consenso, da qual está excluída qualquer desfiguração sistemática” (SIEBENEICHLER, 1989 p. 106)

Evidente que em alguns casos não há o consenso e alguns destes Termos não são cumpridos pelo empresário, o que resulta na quebra do acordo. Na perspectiva da racionalidade comunicativa, quando o consenso não foi atingido há uma significação de que um novo diálogo deverá ser proposto e, neste caso, será realizado através da via judicial, por intermédio da ação civil pública ou execução de obrigação de fazer. Tais medidas constituem-se em ações propostas pela Promotoria

No gráfico 8 demonstramos o número de procedimentos coletivos que foram instaurados entre 1997 e 2006, bem como o resultado destas demandas.

GRÁFICO 8 – RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS COLETIVOS INSTAURADOS NA PROMOTORIA ENTRE 1997-2006



FONTE: Dados retirados do sistema informatizado e das pastas de inquéritos civis do serviço, 2007

Realmente esta atuação do Ministério Público é a que atinge maior número de trabalhadores, reflexivamente, embora se constitua em menor demanda da Promotoria.

Vale ressaltar que a Promotoria fundamenta a portaria de instauração do inquérito civil e mesmo a futura ação de obrigação de fazer ou ação civil pública, não apenas na legislação laboral, mas acima de tudo na Constituição Federal, Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90) e Código de Saúde do Estado, o que implica o reconhecimento da saúde do trabalhador, não apenas como um direito inerente ao contrato de trabalho, mas como um interesse de relevância pública constitucionalmente garantido.

3.3.4 – Atos de fala da Promotoria, em demandas judiciais

Neste momento, pretende-se avaliar as demandas judiciais propostas pela Promotoria, objetivando verificar como se efetivaram as argumentações nestas ações em que a Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador atuou como ator dialógico. Escolheram-se as demandas individuais, pois estas representaram a maior atuação da Promotoria desde a sua existência.

A escolha dos casos a seguir apresentados foi realizada separando-se as demandas com sentença confirmada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, com trânsito em julgado.

Destas, distinguiram-se ações indenizatórias das ações acidentárias. Considerando o volume de ações indenizatórias, optou-se pelo sorteio aleatório de oito sentenças com os respectivos acórdãos na área de reparação do dano, repetindo-se o procedimento para a escolha dos acórdãos e sentenças na área previdenciária. Com tal procedimento, busca-se avaliar a relação dialógica da Promotoria e se o resultado produz novos saberes ou apenas reproduz o direito exposto nos manuais jurídicos.

Todos estes diálogos desenvolvem-se cercados por uma esfera legislativa já estabelecida previamente, considerando o estado democrático de direito.

Explica Habermas (1997, p. 215) “As leis formam a base para pretensões jurídicas individuais; estas resultam da aplicação das leis a casos singulares, seja pelo caminho da administração, seja pelo caminho da auto-execução.”

Assim, as pretensões indenizatórias são fundamentadas no direito Civil, em especial Código Civil e Código de Saúde do Estado do Paraná e Constituição Federal, buscando-se reparar danos materiais causados à integridade física e moral do trabalhador que sofre o acidente do trabalho.

Estas ações são propostas tendo o Ministério Público a qualidade de substituto processual do trabalhador acidentado, postulando a indenização por danos materiais e morais. Os danos materiais consistem em uma pensão fixada tendo em vista a diminuição da capacidade laborativa, especificada por perito médico, considerando o salário percebido pela vítima na data do acidente. Em se tratando de lesão corporal a pensão é vitalícia com termo inicial à data do acidente. No caso de óbito, a pensão é fixada em 2/3 do salário da vítima com termo final aproximando-se da data em que a vítima completaria 65 ou 69 anos, que é a expectativa de vida do cidadão brasileiro, conforme dados do IBGE.

Os danos morais devem ser fixados considerando o sofrimento da vítima ou de seus familiares, e quanto isto repercutiu no patrimônio moral destes. É fixado pelo magistrado que julga a demanda, conforme seu posicionamento sobre o tema. São critérios utilizados para estabelecer a indenização por danos morais pelos julgadores, o patrimônio da empresa e o grau de pobreza da vítima, objetivando evitar o enriquecimento ilícito desta última, entre outros.

Nas ações previdenciárias a fundamentação é a Lei 8.213/91 e a Constituição Federal. Objetiva-se que a Previdência Social pague ao trabalhador o benefício que este deveria ter recebido ou regularizar o percentual do benefício, entre outros pedidos.

Assim, de um lado tem-se o princípio da segurança jurídica, que exige decisões tomadas consistentemente dentro de uma ordem jurídica estabelecida, o que não evita que o julgador decida um caso atual, levando em conta horizontes de um futuro presente sem olvidar das regras e princípios jurídicos (Habermas, 1997. p. 246)

Embora seja possível acessar todos estes processos judiciais através de meio eletrônico, junto ao site do Tribunal de Justiça, haja vista que estas ações não correm em segredo de justiça, optou-se por resguardar o nome das partes.

Caso 1

Ministério Público em favor de EAV contra CPN S/A autos nº. 172, 16ª Vara Cível, julgamento 05/02/1996. TJPR ac 942645 j.14/08/1996.

ementa: ‘responsabilidade civil - acidente de trabalho - culpa "in eligendo" da empresa - pensão devida - não se confunde com a da previdência - vitaliciedade - necessidade de constituição de um capital - inteligência do art. 602 do CPC - recurso desprovido’.

Requerente sofreu amputação de quatro dedos da mão esquerda e a metade do dedo polegar. Durante a operação de uma máquina injetora de plásticos; a condenação da empresa consistiu em pensão mensal vitalícia de ½ salário mínimo pois considerou o magistrado “pequena a diminuição da capacidade laborativa” e danos morais na ordem de 50 salários mínimos.

A sentença foi positiva, pois o substituído recebeu as indenizações pleiteadas.

Foi um caso inovador, pois neste período os Tribunais ainda questionavam a possibilidade de se receber o benefício previdenciário e a indenização civil, concomitantemente. O Ministério Público conseguiu argumentar que era possível cumular os benefícios diante da aplicação dos dispositivos legais pertinentes.

Também inovador pela possibilidade de se perceber a pensão de modo vitalício, e pela fixação da *culpa in eligendo* da empresa, ou seja, a empresa elegeu mal o supervisor do trabalhador vitimado, motivo pelo qual foi responsabilizada a indenizar o trabalhador, consagrando a responsabilidade objetiva da empresa, fator este pouco reconhecido em Tribunais, naquela época. Ainda, considerou que o autor estava em desvio de função, pois era novo na empresa e não possuía habilidades técnicas para operar a máquina onde ocorreu o acidente.

No caso dos danos morais, o valor foi fixado apenas ao arbítrio do magistrado, o qual considerou que “a situação do autor não desfavorável no todo (continua sadio e forte, com condições de exercer a atividade laboral digna, embora com certa limitação), e as posses da ré” (autos 172, 16ª VC fls. 143). Observe-se que a empresa requerida é uma grande empresa no ramo de sua atuação e que 50 salários mínimos nada repercutem em seu patrimônio.

Caso 2

Ministério Público em favor de A.C.F contra CCI S/A autos nº 172, 11ª Vara Cível, julgamento 05/02/1996. TJPR ac 942645 j.14/08/1996.

Ementa: requerente sofreu amputação da mão esquerda, enquanto realizava manutenção em máquina com esta em funcionamento; a condenação da empresa consistiu em pensão mensal com termo final na data em que a vítima completaria 65 anos e danos morais na ordem de 300 salários mínimos, com posterior diminuição para 100 salários m ínímos.

Foi um caso inovador, pois o magistrado inverteu o ônus da prova, solicitando à empresa requerida, provas de que não agiu com culpa no acidente de trabalho. Isto foi inovador, pois nestas ações a responsabilidade é subjetiva, cumprindo ao requerente provar a culpa da empresa. Somente agora, com a entrada em vigor do novo Código Civil, em janeiro de 2006, ou seja, dez anos após a comentada decisão, é que se passou a cogitar na responsabilidade objetiva, em acidentes de trabalho. Entretanto, a Promotoria já vinha insistindo nesta possibilidade, através de ações pontuais.

O julgador de primeira instancia, que presidiu as audiências estabeleceu os danos morais em 300 salários considerando a situação econômica da ré. Em segundo grau o juiz relator diminuiu esta quantia para 100 salários mínimos “o que é suficiente para amenizar a dor sofrida”. Mais uma vez é de se dizer que esta quantia não repercute na situação econômica da ré, já que esta pertence a um dos maiores grupos empresariais do País.

Caso 3

Ministério Público em favor de EFR contra CCI S/A e MP Ltda autos nº334/91,16ª Vara Cível, julgamento 25/11/1994. TJPR ac 78301-5 j. 20/08/1996.

Ementa: “acidente de trabalho- culpa grave do empregador sobejamente caracterizada - indenização devida- (...) caracterizada a culpa grave do empregador fica este obrigado a reparar civilmente o dano causado a empregado no exercício do trabalho impondo-se de igual modo a responsabilidade solidária do dono da obra”

Trabalhador sofreu queda de nível enquanto trabalhava nas dependências da empresa contratante, resultando em invalidez permanente.

O caso foi inovador, pois considerou a empresa tomadora de serviços responsável pelo acidente; a empregadora foi considerada responsável tendo em vista que não ofereceu equipamentos de proteção aos seus colaboradores, e a tomadora por permitir que terceiros trabalhassem no seu meio ambiente de trabalho sem proteção.

A empresa foi condenada ao pagamento de pensão mensal vitalícia, despesas de tratamento vitalícias e danos morais na ordem de 100 salários mínimos “considerando que E. não sofreu nenhum aleijão físico visível [...]”. Este valor igualmente não repercute no patrimônio da requerida, multinacional atuando no ramo de supermercados. Observe que o magistrado reconheceu que o trabalhador precisaria de tratamento médico para o resto de seus dias, entretanto não reconheceu a invalidez deste para o trabalho.

Caso 4

Ministério Público em favor de JFS e filhos contra MG Ltda 19^a Vara Cível, julgamento 25/11/1994. TJPR ac 0270372-6 j. 15/03/2005.

Ementa: apelação cível - indenização por ato ilícito - doença pulmonar ocupacional - 'pneumonicose' - morte do empregado - Ministério Público atuando como substituto processual - benefício previdenciário que tem natureza diversa da indenização pleiteada - cumulação permitida - culpa da empregadora reconhecida em primeiro grau - negativa ao pedido de pensionamento à filha e a viúva do '*de cujus*' - possibilidade - pensionamento referente a 2/3 do salário da vítima à época do afastamento do trabalho face a doença -- à filha até completar vinte e cinco anos e a viúva até cessar seu estado de viuvez - danos morais - fixação em quantia irrisória - elevação que se impõe - critério da quantia certa - precedentes do STJ - dano imaterial fixado em R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) - ante a reforma da sentença, a parte recorrida deverá arcar com a totalidade da sucumbência, adequação que se faz *ex officio* - mantendo-se o arbitramento em 10% do valor

da condenação a título de honorários advocatícios -- recurso conhecido e provido.

Trabalhador sofreu doença ocupacional (pneumoconiose) na empresa requerida. Os valores fixados na sentença foram irrisórios, e foi aumentado no Tribunal de Justiça, como especificado na ementa acima. Caso inovador, pois a doença desenvolvida pelo autor é difícil de se caracterizar, mesmo porque demora muitos anos para consolidar-se, dificultando inclusive sua caracterização como doença do trabalho. Embora diversos os trabalhadores sejam expostos à poeira da sílica, poucos são os que reclamam ao poder judiciário. Poucos são os casos levados ao judiciário no país.

Para a fixação dos danos morais a relatora levou em conta “a privação da vida de um ser humano [...] face a ausência de cuidados com a saúde de seus trabalhadores [...] a potencialidade econômica do ofensor, posição social do ofendido, extensão do prejuízo causado” e a “função pedagógica profilática, inibitória de futuros desvios”.

Caso 5

Ministério Público em favor de ICs contra BCO Ltda 19^a Vara Cível, julgamento 25/11/1994. TJPR ac 0192467-2 j. 22/06/2004

Ementa: apelação cível. ação de indenização por ato ilícito. acidente de trabalho. culpa, nexos causal e danos demonstrados. negligência da empresa. não observância das normas de segurança. morte do trabalhador. pensão mensal e danos morais devidos. danos morais fixados com base no princípio da razoabilidade. recurso.

Caso em que a vítima dirigia trator sem a qualificação adequada. O juiz no primeiro grau julgou a ação improcedente, considerando que o óbito do trabalhador ocorreu por fatalidade. No segundo grau, o Tribunal mudou a sentença reconhecendo que a empresa não respeitou a legislação prevencionista e, por isso, foi negligente. A inovação do caso justamente se dá ao conseguir-se o reconhecimento de que o treinamento é essencial para a prevenção dos acidentes de trabalho. Há então uma iniciativa de abolir-se o pensamento de que só os

equipamentos de proteção individuais previnem acidentes. Eleva-se um posicionamento que a prevenção coletiva, como o caso do treinamento, é fator decisivo para que acidentes de trabalho ocorram.

Caso 6

Ministério Público em favor de MZCP contra Cia BD 17ª Vara Cível, julgamento TJPR ac 131966-8 j. 11/10/2000.

Ementa “ação de indenização por ato ilícito - tenossinovite - doença profissional adquirida por operadora de caixa registradora - lesão por esforço repetitivo - procedência da ação - preliminar de extinção do processo por inépcia da inicial - matéria não argüida na contestação, tampouco apreciada pela sentença - não conhecimento - danos morais e materiais - ocorrência - redução da capacidade de trabalho - deformidade permanente - responsabilidade civil comum - culpa subjetiva da empregadora - devidamente comprovada - apelação parcialmente conhecida e improvida - pensão na forma vitalícia - constituição de capital - garantia das prestações futuras - majoração da condenação a título de danos morais - apelação improvida - recurso adesivo parcialmente provido”

A trabalhadora exercia a função de caixa de supermercado, quando adquiriu a doença denominada tenossinovite. Foi ação inovadora pois, na época, em que foi proposta, ainda o tema era desconhecido, sendo esta a primeira ação indenizatória sobre este tipo de seqüela.

A ação foi procedente condenando a requerida ao pagamento de pensão mensal vitalícia na ordem de 2/3 do salário da vítima, 220 salários mínimo de danos morais, que foram fixados levando em conta “ A redução da capacidade de trabalho, pelo desconforto que causa ao empregado [...]”

Caso 7

Ministério Público em favor de EG contra RB Ltda autos 935/92 16ª Vara Cível, julgamento 05/10/1995. TJPR ac 131966-8 j. 11/10/2000.

Ementa: responsabilidade civil - acidente de trabalho - indenização pelo direito comum - culpa - ausência de prova - desprovemento do recurso. embora a ocorrência do dano, em acidente de trabalho, sem a prova da ocorrência de culpa da empregadora, em qualquer grau, não se há de cogitar do dever de indenizar, por força da incidência das normas que regulam responsabilidade civil extracontratual. apelação desprovida.

Trabalhador sofreu acidente de trabalho em máquina lavadora de peças desprovida de segurança, perdeu a mobilidade de quatro dedos da mão. O julgador considerou que o requerente foi culpado pelo evento, pois não deveria realizar o seu labor em máquinas que sabia defeituosa.

A ação foi julgada improcedente e o trabalhador foi considerado culpado pelo acidente

Caso 8

**Ministério Público em favor de ORF contra TB-DA Ltda, 16ª Vara Cível, TJPR
Apelação Cível nº 174.326-8, julgamento 05/10/1995. ac 131966-8 j. 22/05/2002.**

Ementa: “indenizatória, arts. 159 e 1521, III, CCB reportando longa exposição de empregado a ambiente ruidoso, implicando lesão auditiva. sentença acolhitiva. apelos recíprocos.primeiro: comprovação do nexos causal entre prestação do trabalho e sobrevinda parcial deficiência auditiva decorrente à conjugação dos elementos técnico-periciais levantados não elididos. teoria clássica da culpa. relação de trabalho que não confere indenidade física, responsabilidade assim contratual no asseguramento a condições de medicina e segurança do trabalho. quanto ao devido controle não desincumbida. exames periódicos audiométricos e demissional descuidados. excertos jurisprudenciais.segundo: dano moral. angústia pessoal do atingido em sua individualidade. estabelecimento judicial ajustado a perda parcial, sem implicar invalidez física. majoração inoportuna. responsabilização honorária devida. recolhimento contudo ao fundo especial do ministério público (arts. 20, § 3º, CPC c/c 118, II, a', carta estadual e 3º, xv, lei estadual nº 12.241/98. provimento parcial, unicamente à honorária.’

Trabalhador pertencente à categoria de metalúrgico e sofreu perda auditiva durante o período de 17 anos que trabalhou para a empresa requerida em ambiente ruidoso.

No primeiro grau, foi reconhecido o direito à indenização condenando a empresa ao pagamento de danos materiais e danos morais correspondentes a 20 salários mínimos considerando o julgador “importância que não se afigura nem tão grande a ponto de converter em enriquecimento ilícito sem causa nem tão pequena que se torne inexpressiva”. A sentença foi confirmada em segundo grau de jurisdição.

Caso 9

Ministério Público assistindo de JTF representado por sua mãe CSF contra INSS. VRPAT, TJPR ac 0192467-2 j. 05/12/2006

Ementa: “reexame necessário - acidente de trabalho - auxílio-doença e auxílio-acidente - possibilidade do autor, que à época contava com 14 anos, receber os benefícios - prova pericial conclusiva quanto a redução da capacidade para o trabalho - benefício devido - lei n.º 8.213/91 - decisão mantida. as normas constitucionais e do estatuto da criança e do adolescente tem por objetivo a proteção dos menores, impedindo que estes estabeleçam relação de trabalho, com a finalidade de proporcionar a eles um desenvolvimento sadio e integral. uma vez violado esta garantia, devido ao exercício de atividade laborativa, ao menor é assegurado com todas as prerrogativas legais, inclusive as previdenciárias, pois, seria inaceitável que esta situação prejudicasse ainda mais as crianças e os adolescentes. porque o autor se encontra incapacitado para o exercício de suas ocupações habituais, inclusive a que desenvolvia por ocasião do acidente, justifica-se o seu direito ao recebimento do auxílio acidente, previsto no artigo 86 da lei nº. 8.213/91.”

Trata-se de um caso inovador, pois o menor JT, sofreu acidente de trabalho, enquanto laborava em uma empresa do ramo da madeira. Considerando sua idade e a ausência de registro em Carteira de Trabalho, o INSS não concedeu o benefício de auxílio-doença. Através desta ação foi reconhecido ao autor o direito ao benefício, fato este havia sido reconhecido no Tribunal deste Estado, com exceção

de outro caso, anteriormente proposto pela Promotoria, mas, neste último, o trabalhador era maior de idade.

Ressalte-se que a demanda foi resolvida de modo rápido, inclusive com concessão de tutela antecipatória, permitindo que em duas semanas, após proposta a ação, o adolescente já estivesse recebendo o benefício devido.

Caso 10

Ministério Público assistindo de MLM contra INSS. Autos 10/1993 VRPAT, julgamento 04/05/1995. TJPR ac 082864-6-2 j. 05/12/2006

Ementa: “acidente do trabalho - tenossinovite - doença ocupacional - auxílio acidente devido - recurso desprovido. faz jus ao benefício acidentário o trabalhador que, em decorrência do exercício da profissão de digitador, contraiu a doença denominada tenossinovite, que lhe causou redução da capacidade funcional”.

Trabalhadora sofreu doença profissional, denominada tenossinovite. Buscou-se provar que requerente estava acometida da doença decorrente de esforços repetitivos desenvolvidos na função de digitadora. A ação foi julgada procedente e confirmada pelo antigo Tribunal de Alçada, com a condenação ao pagamento do benefício de auxílio-acidente.

Foi uma ação inovadora, pois dela surgiu a primeira decisão no Estado para o reconhecimento de lesões por esforços repetitivos. A sentença é datada de 1995, momento ainda que muito pouco se discutia sobre este tema, representando esta decisão um marco nas demais que vieram a ser propostas.

Observa-se que na maioria dos casos trazidos para o exame, o trabalhador recebeu a tutela jurisdicional, de modo positivo se considerar apenas a procedência das ações.

Ao considerar as inovações propostas como forma de produção de novos saberes verificamos que, com exceção dos casos 7 e 8, todos representaram para a área da saúde do trabalhador um avanço considerável, consistindo em casos novos que provocaram as decisões e manifestações por parte do Poder Judiciário. Tais decisões serviram de aporte para outros operadores jurídicos que atuam na defesa da saúde dos trabalhadores, para demandas futuras.

A jurisprudência como defende Habermas não pode estar voltada para o passado e sim partir para o futuro,

[...] orientada por normas fundamentais a jurisprudência precisa voltar seu olhar, normalmente dirigido para uma história institucional da ordem jurídica, paraa problemas do presente e do futuro" (Habermas 1997 p. 306)

Dessume-se então que todas as decisões acima expostas, com exceção do caso 7, serviram para avaliar problemas do presente norteando casos futuros na área da saúde do trabalhador.

O esforço atribuído aos argumentadores é positivo, mas a aplicação do direito é levada ao extremo. Releva-se que nos dois últimos casos as ações propostas não possuíam adequação direta ao direito positivado. Entretanto frente a argumentação das partes reconheceu-se a necessidade de se implantar um direito à parte prejudicada.

A fixação dos danos morais é resultado do arbítrio do julgador que pode ou não se sensibilizar com os argumentos das partes, traduzindo talvez até um posicionamento pré-estabelecido pelas condições pessoais vividas por este agente social. Por outro lado os na teoria do agir comunicativo, os argumento melhores são mais convincentes. Aprecie-se que no caso 8 ambas as partes recorreram. O autor recorreu para aumentar os danos morais, e a requerida pretendia a reforma do total. O Tribunal, entretanto considerou que ‘ [...] Caso Realmente, parcial e unilateral a hipoacusia, embora irreversível, mas não implicando o desconforto física incapacidade, não se recomenda sugerida elevação a dez mil reais, sugerida "capaz de diminuir o sofrimento do requerente e punir a empresa causadora" (fls. 521), mantida portanto a quantificação sentencial, aliás eficientemente defendida, à contrariedade, pela T [...].

Evidente que quando estes direitos individuais são postos em julgamentos transformam-se em bens e valores. E, quando não há possibilidade de se medir racionalmente o valor do bem violado, como é caso dos danos morais, “(...) a avaliação realiza-se de modo arbitrário ou irrefletido, seguindo ordens de preferência e padrões consuetudinário”. (Habermas. 1997. p. 321). Tal efeito é evidentemente constatado nos casos acima elencados. Veja-se especialmente o caso 1 onde a vítima perdeu quase cinco dedos da mão, ou seja, perdeu a função total da mão, bem imprescindível e primordial para um trabalhador braçal, cuja indenização por danos materiais foi mínima, com o argumento de que o trabalhador “ainda

permanece sadio' com mínima perda da capacidade laborativa. Mesmo no caso 7, onde foi imputada a culpa ao trabalhador há uma disparidade, pois nenhuma empresa poderia expor seus funcionários a uma máquina perigosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filósofo Jürgen Habermas nos apresenta em suas obras um referencial teórico sobre o projeto da percepção da modernidade, lançando um novo paradigma para construir uma nova teoria sobre a sociedade e analisar as relações sociais, em específico no presente, as relações jurídicas.

O novo paradigma lançado por Habermas tem como principal elemento a linguagem, vista sob suas abordagens, a instrumental e a comunicativa.

Na racionalidade instrumental encontramos os atores sociais destinados a reproduzir técnicas, objetivando apenas o sucesso em suas ações. Na racionalidade comunicativa os atores sociais dirigem suas pretensões para o consenso visando a um entendimento sobre algo. Habermas, através da teoria da ação comunicativa, elege o direito como o instrumento ideal para que ocorra essa mediação.

No mundo do direito nem sempre as práticas sociais podem ser legitimadas através da legislação existente, debate este exposto na sua obra “Direito e democracia entre facticidade e a validade”, principal referencial para este estudo.

Quando os atores põem em dúvida as pretensões de validade imbuídas nos atos de fala, tal ato pode e deve surtir efeito nas relações jurídicas. Assim, o diálogo surge como a principal fonte da racionalidade comunicativa. Na prática os interlocutores devem dentro deste processo convencer o outro, sendo que para que o diálogo seja legítimo, as pretensões devem ser verdadeiras e os atores devem possuir autonomia para realizar seus argumentos.

Assim, para a validade das normas estas devem ser compreendidas e aceitas pelos participantes do diálogo. Na esfera social a comunidade deve aceitar e aderir às normas para que estas tenham sua validade efetivada.

Para o autor não há ainda uma sociedade com ordem social implementada, sendo o direito a categoria que aproxima esta possível legitimidade, pois exerce função integradora, podendo inclusive limitar os arbítrios do poder.

A partir da compreensão dos princípios deste novo paradigma foi possível a compreensão de um novo modo de produção do direito, evidenciando à sociedade para que ela possua uma segurança jurídica, dentro do estado democrático de direito. O autor oferece um rol mínimo de direitos, dentro dos quais as relações

dialógicas desenvolveriam. Ressalte-se que Habermas não pretende jamais abolir o direito das relações sociais, elegendo este como um estandarte da segurança jurídica.

No direito brasileiro, este rol de direitos elencados por Habermas está quase integralmente, inserido dentro da Constituição Federal.

Entretanto, há que se especificar que no Brasil poucos são os casos em que é dada aos sujeitos a possibilidade de dialogar diretamente na persecução de seus direitos dentro dos Tribunais. Caso típico desta ação pode ser encontrada nos tribunais de pequenas causas, onde os atores sociais se inter-relacionam, produzindo dentro de uma situação de igualdade seus verdadeiros argumentos, resultando em uma composição que se torna legítima. Na maioria dos casos, em sua prática, o advogado ocupa o papel de agente do diálogo, cumprindo ao cidadão contato com o julgador, quando o procedimento prevê audiência ou depoimento pessoal.

No presente estudo verifica-se, que o Ministério Público exerce a função de ator dialógico em dois momentos: ora representando o trabalhador em ações individuais, ora atuando em nome da população, defendendo o interesse coletivo desta.

Esses atores que realizam o diálogo nos Tribunais possuíram uma formação bastante complexa, desde o surgimento das primeiras faculdades de direito até os dias atuais.

No segundo capítulo não se pretendeu tecer descrições sobre uma história linear, tampouco pormenorizar os debates sobre a criação dos Cursos Jurídicos no Congresso Nacional, apesar de necessários para a análise sobre a formação destes cursos no Brasil, sugerindo um estudo em apartado, devido sua complexidade.

Nesta tarefa, observou-se que os cursos jurídicos foram criados em primeiro plano, por necessidade de preencher cargos públicos estabelecidos/criados com a consolidação do Estado Nacional. Todavia, tomaram uma amplitude maior, na medida em que os profissionais passaram a ocupar os cargos da Justiça, do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Em outro aspecto, observou-se que os profissionais jurídicos apresentaram papel de destaque no cenário político-administrativo brasileiro com a criação de um aparato legislativo, a contar com as habilidades para a ocupação dos

cargos jurídicos e para o trato com a elaboração e interpretação das leis, exigidas para os cargos da administração pública. E, ainda, que as Faculdades de Direito formaram os políticos diante dos debates liberais.

Deve-se considerar que o bacharel tornou-se o principal personagem da intelectualidade brasileira, principalmente com a apropriação do ideal liberal, absorvido pelos dois cursos de direito criados no país. O último procedimento que demonstra tal afirmativa é que a escolha dos locais da criação dos cursos foi justamente onde a elite tinha maior influência.

Ao que tudo indica os bacharéis não se prestaram sequer à transmissão de conhecimentos à população, mas à reprodução da ideologia da elite dominante, a política do clientelismo e da cooptação, mesmo porque em muitos casos a prática jurídica era outorgada a profissionais que não possuíam a formação nas ciências jurídicas.

O operador jurídico, na atualidade, ainda reproduz muitas práticas de cooptação ou mesmo de atendimento a elite dominante, com supremacia pelo direito privado, desprezando o direito das minorias ou os direitos coletivos.

Dentro dos parâmetros da racionalidade comunicativa procurou-se perceber qual a função da Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador, como verdadeiro ator do diálogo.

Observamos que ao produzir o consenso, os atores estão desenvolvendo bases para a construção de um conhecimento realizado na força de argumentação que se estabelece a partir das vivências dos atores.

Se é necessário que o ator participante possua autonomia para exercer suas pretensões, a Promotoria surge como um verdadeiro ator, pois possui uma estrutura funcional hábil, profissionais habilitados para a realização do diálogo dentro e fora dos Tribunais, havendo um equilíbrio nas relações dialógicas em que a Promotoria participa.

Embora existam inúmeras dificuldades que decorrem da formação dos operadores jurídicos no Brasil, é possível fazer uma análise do processo comunicativo da Promotoria junto aos trabalhadores, a partir do conceito de agir estratégico e agir comunicativo, considerando a existência de atos de fala significativos.

Na sua atuação extrajudicial a Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador participou de todos os fóruns que se formaram para discutir a saúde do

trabalhador no Município de Curitiba, destacando-se a participação na criação das Comissões Estadual e Municipal de saúde do trabalhador e na fundação do Comitê de Investigação de Óbitos e Amputações Relacionadas ao Trabalho do Estado do Paraná. A produção da Cartilha “Acidentes de Trabalho: Perguntas e Repostas” apresenta-se como uma iniciativa de construção de conhecimentos fundamentados na razão dialógica.

Diversas foram as formas de abordagens utilizadas pela Promotoria, com significativo reconhecimento por parte da sociedade na participação em fóruns e tentando consolidar seu papel no controle social, atividades estas que ainda estão em construção e não atingiram sua efetividade.

A Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador embora tenha se dedicado intensivamente às ações pontuais, nestes seus anos de existência, logrou êxito produzindo nas relações dialógicas, argumentos que possibilitaram ao trabalhador ter seu direito à reparação do dano sofrido, no meio ambiente de trabalho. O conhecimento produzido como resultado do agir comunicativo dentro das práticas jurídicas nos tribunais revelou-se voltado para o futuro, abrindo espaço para novas demandas na área da reparação de danos, causados aos trabalhadores lesionados, no meio ambiente do trabalho

Por outro lado ao promover as ações individuais, a Promotoria oferece ao cidadão vítima de acidente de trabalho a possibilidade de ter garantido seu acesso ao judiciário, na medida em que o Estado do Paraná ainda não possui uma Defensoria Pública, como determina a Constituição Federal (arts. 5º, LXXIV e 134). Desta forma, atua de certa forma como guardião da Constituição Federal, possibilitando que as classes menos abastadas tenham garantidos o livre acesso ao judiciário e direito de ser defendido por um advogado.

O processo comunicativo do Ministério Público com a sociedade ainda não está consolidado, mas reconhecemos que o avanço da instituição para assumir suas funções como defensor da sociedade foi significativo.

Dentro da racionalidade comunicativa da produção de um conhecimento, em especial nas demandas jurídicas dentro dos Tribunais, a Promotoria revelou-se agente argumentador que possibilitou ao trabalhador o reconhecimento de seus direitos indenizatórios, conforme os dados que foram apurados.

Nas ações coletivas evidenciou-se o papel do Ministério Público como ator social da relação dialógica, com êxito em todas as demandas já extintas

judicialmente e nos termos de ajustamento, que se consideram verdadeiros canais de debates comunicativos.

Há um longo caminho e um processo lento e gradual para se compreender o meio ambiente de trabalho e a saúde do trabalhador, não apenas como um apêndice de um contrato do trabalho, mas como um bem de relevância pública, uma garantia constitucional que deve ser assegurada a todos os trabalhadores.

Só então poderemos compreender uma ordem social implementada, dentro da área da saúde do trabalhador, baseada dentro dos princípios discursivos e racionais, que atendam aos critérios democráticos, que possam efetivamente tornar o direito relacionado à saúde do trabalhador a uma norma legítima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sergio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARANTES, Rogério Bastos **Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.14 n.39 São Paulo Feb. 1999

BASTOS, Aurélio Wander. **O ensino jurídico no Brasil**. Lúmen Júris, 1998.

BITTAR, Eduardo C. B. *Direito e ensino jurídico: legislação educacional*. São Paulo: Atlas, 2001

BOAVA, Samira de Araújo **Audiência pública com um espaço participação soico-política: uma análise do serivço social na defesa da cidadania**. Trabalho de conclusão de curso. Pontificia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Atlas, São Paulo, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diário Oficial da União**. Portaria nº. 777 DE 28 DE ABRIL DE 2004: dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede serviços-sentinelas específica no SUS. Brasília, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. **Revista Justitia**. Associação Paulista do Ministério Público, setembro de 1985.

BUENO, Luiz Eduardo de Azevedo Canto (org.).**Promotoria de Justiça das Comunidades: atividades desenvolvidas**. Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba, 1996-1997

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo.**Todas as Constituições do Brasil**. São Paulo : Atlas, 1999.

CHEMIM GUIMARAES , Luiz . **Centenário do Ministério Público do Paraná**. Artigo publicado no periódico Gazeta do Povo. Curitiba, Paraná, 22.11.1991

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COSTA MACHADO, Antônio Cláudio. **A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil**. São Paulo : Saraiva, 1989.

CUNHA, Luis Antonio. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.

CURY, Vera De Arruda Rozo. O Ensino Do Direito: Raízes Histórico -Ideológicas E Novas Diretrizes. Dissertação de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

DUCCI, Luciano *et al.* (Organizadores) **Curitiba: A Saúde de Braços Abertos.** Rio de Janeiro : CEBES, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder.** São Paulo:Globo, 1991.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos.** São Paulo, Cortez, 1982 pp.123-134

FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro : Editora Guanabara, 1987.

FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis; SALES OLIVEIRA, Maria Rita N. **Trabalho, formação e currículo** : para onde vai a escola? São Paulo : Xamã, 1999.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica: ontem e hoje.** São Paulo : Brasiliense, 2004.

FREITAG, Bárbara. Dialogando com Habermas, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo.** Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Direito e democracia:** entre a facticidade e validade vol. I. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **O Futuro da Natureza Humana.** São Paulo : Martins Fontes, 2004.

-----Teoria de La Accion Comunicativa: crítica de la razón tencionalista.Version Castelana de Manuel Jiménez Redondo.madrid:taurus Ediciones,1987, v. 2

IDESP. O Ministério Público e a Justiça no Brasil. Relatório de Pesquisa, 1997.

KANT, Imanuel. **Crítica à Razão Prática.** Porto Alegre : Ed. Martin Claret, 2004.

_____. **Crítica à Razão Pura.** Porto Alegre : Ed. Martin Claret, 2003.

LACOMBE, Américo Jacobina. A cultura Jurídica. *In:* BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. org. **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo II v. 3. **O Brasil Monárquico: reações e transações.** São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1969.

MAZZILI, Hugo Nigro. **Ministério Público.** São Paulo : Ed. Damásio de Jesus, 2006.

_____. **Regime Jurídico do Ministério Publico.** São Paulo : Saraiva , 1996.

MACEDO, Francisco R. de Azevedo. **Apontamentos sobre o Ministério Público do Paraná.** Texto escrito em 1955, e publicado em 1972, como "Homenagem do

Ministério Público do Paraná ao ensejo do centenário do nascimento do insigne mestre”.

MARTINEZ, Sergio Rodrigues. A Evolução do Ensino Jurídico no Brasil. Portal do Ensino Jurídico. www.ensinojuridico.com.br. Acesso em 20 de março de 2007. 17h32min.

MATOS, Olgária C. F. **Escola de Frankfurt**. Luzes e sombras do iluminismo. São Paulo : Ed. Moderna, 1993

MINAYO, Maria Cecília (org.) *et all.* **Pesquisa Social :Teoria e Método**. Petrópolis, RJ : Vozes 1988.

MOREIRA, Luis. **Fundamentação do Direito em Habermas**. Belo Horizonte : mandamentos, 2004, p. 37.

MOREIRA, Luis. Com **Habermas e contra Habermas** Direito, Discurso e Democracia. São Paulo: Landy editores , 2004

NEDER, Gyslène. Coimbra e os juristas brasileiros. Artigo vinculado ao projeto de pesquisa intitulado “Poder, família e controle social”, financiado pelo CNPQ, desde 1992. disponível em http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/neder.coimbra.pdf. Acesso em 14/02/2007.

NEPOMUCENO, Mônica M. P. (org.) *et all.* **Promotores Públicos: o cotidiano da defesa da legalidade: transcrição de documentos manuscritos (1832-1843)**. v.1 Recife: Procuradoria Geral da Justiça; Arquivo Público Estadual,1999.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Conselho Federal. Ensino Jurídico OAB: 170 anos de cursos jurídicos no Brasil. Brasília, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **O que é liberdade?** São Paulo : Brasiliense, 1995.

RAMOS JR, Armenes J. **Comitê de Investigação de Óbitos e Amputações Relacionadas ao Trabalho do Estado do Paraná: uma experiência coletiva de produção de conhecimento e estruturação de política de saúde do trabalhador**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001

_____. **A Formação de um Intelectual Coletivo: Um Estudo Sobre O Percorso Dos Militantes Na Construção Da Saúde Do Trabalhador No Estado Do Paraná**. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira: A Organização Escolar. Campinas, SP : Autores Associados, 2001.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ – SESA. **Plano Estadual de Saúde do Trabalhador**. 2002.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ. Comitê Estadual de Investigação de Óbitos e Amputações do Paraná – Curitiba. **Investigação : Boletim nº. 3**, setembro de 2003.

SIEBENEICHLER, Flavio Beno. **Jürgen Habermas, razão comunicativa e emancipação**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989.

SILVA, Maria Eunice P. **Memória do Ministério Público. Ministério Público do Estado do Paraná**, 2001, inédito.

SILVA, Octacílio de Paula. **Ministério Público: Estudo Pragmático da Instituição**. Curitiba: Sugestões literárias, 1981.

SILVA, Wilton C. L. . **O anel e as palavras: a retórica dos bacharéis na República Velha..** In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz., 2005, Londrina - PR. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz (Anais Suplementar), 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo : Atlas, 1987

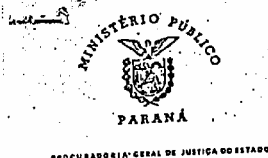
VENANCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro : Forense, 2005.

_____ **Pluralismo Jurídico**. Rio de Janeiro : Alfa-ômega, 1996.

ANEXOS

ANEXO -1



89

RESOLUÇÃO N.º 803

Institui e regulamenta o "Serviço Especial de Defesa ao Consumidor SEDC" e "Serviço Especial de Defesa ao Meio Ambiente - SEDMA".

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído na Coordenadoria das Promotorias, os Serviços Especiais de Defesa ao Consumidor - SEDC e de Defesa ao Meio Ambiente - SEDMA.

Art. 2º O Serviço Especial de Defesa ao Consumidor - SEDC, integra a Coordenadoria das Promotorias, e tem a finalidade de exercer no Estado do Paraná os atos administrativos e judiciais necessários à defesa do consumidor.

Art. 3º O Serviço Especial de Defesa ao Meio Ambiente - SEDMA, integra a Coordenadoria das Promotorias, e tem a finalidade de exercer no Estado do Paraná os atos administrativos e judiciais para proteção e reparação dos danos causados ao meio ambiente.

(ANEXO - 1)



RESOLUÇÃO N.º 803

Art. 4º O Serviço Especial de Defesa ao Consumidor - SEDC e o Serviço Especial de Defesa ao Meio Ambiente - SEDMA serão executados por membros do Ministério Público designados por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo Único. Os encarregados do Serviço Especial de Defesa ao Consumidor - SEDC e Serviço Especial de Defesa ao Meio Ambiente - SEDMA, através a Coordenadoria das Promotorias, poderão propor a designação de estagiários do 4º e 5º ano das Faculdades de Direito para apoio aos trabalhos do Ministério Público.

Art. 5º A organização estrutural dos serviços ora instituídos será supervisionada pelo Coordenador das Promotorias que poderá propor ao Procurador-Geral de Justiça medidas que visem o seu aprimoramento.

Art. 6º O membro do Ministério Público designado para o Serviço Especial de Defesa ao Consumidor - SEDC, e Serviço Especial de Defesa ao Meio Ambiente - SEDMA, dará cumprimento, na sua área de atribuição, aos termos da Lei 7347, de 24/7/85.

Art. 7º Incumbê aos membros do Ministério Público designados para o Serviço Especial de Defesa ao Consumidor - SEDC e Serviço Especial de Defesa ao Meio Ambiente - SEDMA o uso e a guarda do livro criado pela Resolução nº

Art. 8º De toda atividade exercida no Serviço Especial de Defesa ao Consumidor - SEDC e Serviço Especial de Defesa ao Meio Ambiente - SEDMA será encaminhado cópia à Coordenadoria das Promotorias para o respectivo controle.

(ANEXO - 1)



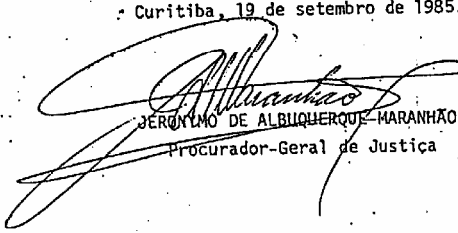
RESOLUÇÃO N.º 803

Art. 9º Cabe à Corregedoria-Geral do Ministério Público exercer atividade correcional, visando o aperfeiçoamento e regularidade dos trabalhos afetos ao Serviço Especial de Defesa ao Consumidor - SEDC e Serviço Especial de Defesa ao Meio Ambiente - SEDMA, propondo o que julgar necessário para a melhoria dos mesmos.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 11 A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de setembro de 1985.


JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO - 2



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

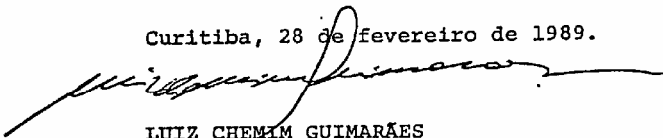
RESOLUÇÃO N.º 0126

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve

A T R I B U I R

à Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais (v. Resoluções nº 931/88 e 48/89) as funções de atendimento e de defesa das vítimas de acidentes de trabalho (cf. Leis nº 5.316/67, 6.195/74 e 6.367/76), assim como, se pobres e para o fim de reparação do dano na via administrativa (v. Lei nº 7.244/84) ou cível, das vítimas de ato ilícito penal (cf. art. 68, do Código de Processo Penal), passando a mesma, de consequência, a denominar-se Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, de Acidentes do Trabalho e de Reparação do Dano Resultante de Crime.

Curitiba, 28 de fevereiro de 1989.


LUIZ CHEMIM GUIMARÃES
Procurador-Geral de Justiça

GRMS

Publ. no DI nº ____
de ____/____/19__

ANEXO - 3



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

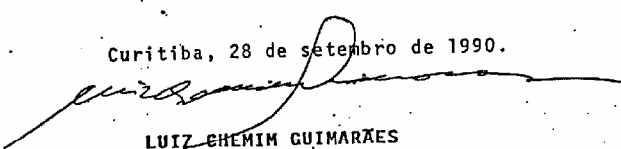
RESOLUÇÃO N.º 0807

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve

D E S M E M B R A R

da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais e Reparação do Dano Resultante de Crime (v. Resoluções n.ºs 931/88, 48/89 e 126/89) a Promotoria de Acidentes do Trânsito, mantidas a estas as atribuições de atendimento e defesa das vítimas de acidentes do trabalho (via judicial ou extrajudicial) e acrescidas da incumbência de perseguir os ilícitos penais na respectiva área, até, em sendo o caso, oferecimento da denúncia.

Curitiba, 28 de setembro de 1990.


LUIZ CHELIM GUIMARÃES
Procurador Geral de Justiça

ANEXO - 4



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N.º 0846

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve

D E S M E M B R A R

da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais e Reparação do Dano Resultante de Crime (v. Resoluções nºs 931/88, 48/89 e 126/89) a PROMOTORIA DE ACIDENTES DO TRABALHO, mantidas a esta as atribuições de atendimento de defesa das vítimas de acidentes do trabalho (via judicial ou extrajudicial) e acrescidas da incumbência de perseguir os ilícitos penais na respectiva área, até, em sendo o caso o oferecimento da denúncia, ficando, em consequência, revogada a Resolução nº 807/90.

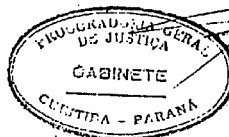
Curitiba, 12 de outubro de 1990.

Luiz Chelim Guimarães
LUIZ CHELIM GUIMARÃES

Procurador-Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

CURITIBA: 26/10/90



Luiz Chelim Guimarães
Luiz Chelim Guimarães
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO - 5

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N.º 0768

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E

ATRIBUIR às Promotorias de Acidentes do Trabalho a prestação de assistência jurídica ao trabalhador acidentado carente, tanto no meio urbano quanto no meio rural, cabendo-lhe:

- a) requisitar do Instituto Nacional de Seguro Social cópias das comunicações de acidente do trabalho (CATE), bem como demais documentos pertinentes ao acidente, inclusive de outros órgãos públicos;
- b) celebrar acordos extrajudiciais, lavrando-se o respectivo termo;
- c) propor ações acidentárias, nos termos da Lei 6.367/76;
- d) propor ações indenizatórias com base no direito comum;
- e) perseguir os ilícitos penais decorrentes de acidentes do trabalho e inobservância das normas de segurança e medicina do trabalho, prosseguindo até o oferecimento da denúncia, se for o caso;
- f) propor ação civil pública, com fundamento nos artigos 129, III e 200, VIII da Constituição Federal, para proteção do ambiente de trabalho;
- g) atuar na prevenção de acidentes do trabalho, através de promoção de cursos, palestras e outros eventos visando discutir, divulgar e obter o aperfeiçoamento, a observância das normas e regulamentos de medicina e segurança no trabalho.

Curitiba, 23 de julho de 1991.


LUIZ CHEMIN GUIMARÃES

Procurador-Geral de Justiça

ANEXO - 6

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

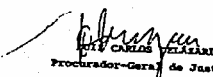
RESOLUÇÃO N.º 0736

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

INSTITUIR o Centro de Apoio Operacional das Curadorias de Acidentes do Trabalho, com o objetivo de articular e controlar as atividades das Curadorias de Proteção e Defesa dos interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos dos trabalhadores acidentados, tanto no meio urbano quanto rural, no Estado do Paraná.

Curitiba, 25 de novembro de 1992.


CARLOS VELAZQUEZ
Procurador-Geral de Justiça

* republicado por incorreção.

RESOLUÇÃO N.º 001

**ESTRUTURA A COORDENADORIA DAS CURADORIAS
DE ACIDENTE DO TRABALHO**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

I - Considerando a magnitude e relevância das atividades conferidas ao Ministério Público pela Constituição Federal em seu artigo 129 e 129, inciso III;

II - Considerando a necessidade de conferir aos Promotores de Justiça as atribuições da Curadoria de Acidentes de Trabalho;

III - Considerando a necessidade de desenvolver uma ação integrada das Promotorias de Justiça encarregadas das Curadorias especializadas de defesa do trabalhador acidentado;

RESOLVE:

Art. 1º - A Coordenadoria das Curadorias do Acidente do Trabalho tem por objetivo articular e controlar as atividades das Curadorias de proteção e defesa dos interesses difusos e coletivos dos trabalhadores acidentados.

§ 1º - A Coordenadoria das Curadorias do Acidente do Trabalho será exercida por um Representante do Ministério Público designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º - O Procurador-Geral de Justiça, por indicação do Coordenador, designará Promotores de Justiça de entrada final para prestar assessoramento na Coordenadoria das Curadorias do Acidente do Trabalho.

§ 3º - Por resolução do Procurador-Geral de Justiça, poderão ser designados Promotores de Justiça para compor equipe especializadas destinadas

(ANEXO - 6)

Pág. 6

U17:1110

das e exercer as atividades relativas à proteção dos interesses dos trabalhadores acidentados.

§ 40 - Em cada Comarca do Estado será designado um Promotor de Justiça a quem incumbirá as atribuições da Curadoria do Acidente do Trabalho.

Art. 29 - Compete à Coordenadoria:

I - Organizar sistemas de arquivo e catálogos de legislação, jurisprudência e doutrina.

II - Armazenar, analisar e difundir informações técnicas e legislativas de interesse da Coordenadoria.

III - Manter intercâmbio com órgãos e entidades responsáveis pela prevenção e proteção dos acidentes do trabalho no país, com o fim de incrementar os recursos informáticos necessários à Coordenadoria, visando, inclusive, a realização de convênios.

IV - Proceder e manter atualizada a coleção de periódicos especializados na problemática da infortunística.

V - Organizar hemeroteca para conhecimento de fatos relativos à infortunística e adoção de providências, bem como para verificação da atividade das Curadorias.

VI - Providenciar a elaboração do Manual da Curadoria do Acidente do Trabalho, a elaboração de Boletins informativos periódicos e publicação de matérias afetas à Coordenadoria; para tanto, mantendo contato com outras Procuradorias de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, Universidades e organismos responsáveis pela prevenção e proteção do acidente do trabalho.

VII - Promover periodicamente, com integração da Procuradoria-Geral de Justiça e a Associação Paranaense do Ministério Público, encontros regionais visando à orientação e conscientização dos Curadores do Acidente do Trabalho.

VIII - Promover o levantamento das áreas possíveis de atuação das Curadorias do Acidente de Trabalho, estabelecendo prioridades e visando uma ação efetiva e integrada a nível estadual.

IX - Orientar as Curadorias do Acidente do Trabalho com o fim de uniformizar a atuação na sociedade, pré-processual e processual.

X - Promover e atualizar o cadastramento no Estado de organismos, entidades e profissionais especializados em assuntos relativos à infortunística.

XI - Providenciar, através da assessoria de imprensa da Procuradoria-Geral de Justiça, a publicidade das atividades das Curadorias do Acidente do Trabalho, principalmente na imprensa privada.

XII - Prestar aos Curadores do Acidente do Trabalho, quando solicitado, apoio intelectual e material, bem como intervir junto a pessoa física ou jurídica, pública ou particular, no sentido de viabilizar a realização de perícias pré-processuais e indicação de assistentes técnicos nos perícios judiciais.

XIII - Acompanhar as políticas nacional e estadual de apoio, assistência, defesa e proteção do Acidente do Trabalho, realizando estudos e oferecendo sugestões.

XIV - Colaborar junto aos Poderes Públicos e organismos privados em campanhas educacionais de conscientização, apoio, assistência, defesa e proteção do Acidente do Trabalho.

XV - Desenvolver gestões junto aos sindicatos de trabalhadores do Estado, estabelecendo um fluxo de informações que instrumentalizem o Ministério Público na consecução dos objetivos tutelares das legislações federal, estadual e municipal.

XVI - Viabilizar a atuação da Coordenadoria tendo em vista

(ANEXO - 6)

uma política de sua gradual transformação, em conjunto com as demais Coordenadorias, em Centro de Apoio Operacional.

XVII - Participar de organismo Estadual de prevenção de Acidente do Trabalho.

Art. 39 - São atribuições do Coordenador:

I - Acompanhar, em grau de recurso, nos processo de ação pública, coletiva ou individual, em que se discutam interesses relacionados a acidente do trabalho.

II - Sugerir à Procuradoria-Geral, ao Conselho Superior e à Corregedoria a edição de avisos, circulares e resoluções para o aperfeiçoamento das atividades da Coordenadoria.

III - Propor medidas judiciais cabíveis, civis ou criminais, principais, acessórias ou cautelares, para as quais o Ministério Público tenha legitimidade processual.

IV - Requisitar funcionários especializados, a fim de auxiliá-lo em qualquer diligência de caráter técnico, ou prestar-lhe esclarecimentos indispensáveis à Coordenadoria.

V - Promover diligências e requisitar documentos, certidões e informações de qualquer repartição pública ou órgão federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, ressalvadas as hipóteses de sigilo e de segurança nacional, podendo dirigir-se diretamente a qualquer autoridade.

VI - Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência.

VII - Acompanhar atos investigatórios junto a organismos policiais ou administrativos, quando assim considerar conveniente à apuração de infrações penais de interesse da Coordenadoria.

VIII - Requisitar informações, resguardando o direito de sigilo.

IX - Requisitar inquérito policial.

Art. 40 - O Coordenador apresentará ao Procurador-Geral de Justiça relatório anual das atividades da Coordenadoria.

Art. 50 - O Centro de Aperfeiçoamento Cultural e Profissional do Ministério Público prestará apoio à Coordenadoria das Curadorias de Acidente do Trabalho, visando ação integrada no incentivo de trabalhos intelectuais e de reciclagem de estudos jurídicos aos Curadores de Acidente do Trabalho.

Art. 60 - O Diretor Secretário da Procuradoria-Geral de Justiça, providenciará o apoio necessário à efetiva implantação operacional da Coordenadoria, principalmente quanto às instalações, mobiliários e transporte.

Art. 70 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Curitiba, 02 de fevereiro de 1993.


LUIZ CARLOS DELAZARI
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 0050

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E

Art. 1º A distribuição do serviço afeto ao Ministério Público na comarca de CIANORTE, na seguinte forma:
PRIMEIRA PROMOTORIA:

ANEXO – 7**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**
PROMOTORIA DE DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO Nº 1065

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base no art. 35, da Lei nº 8.635/93, resolve

C R I A R

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR E DE REPARAÇÃO DO DANO RESULTANTE DE CRIME, definindo-lhe a estrutura e a esfera de atuação.

Art.1º. Fica criado, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça, o CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR E DE REPARAÇÃO DO DANO RESULTANTE DE CRIME.

Art. 2º. Compete ao Centro de Apoio Operacional, dentro da área que lhe é afeta, a seguinte atuação:

I - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça sugestões visando estabelecer política institucional para o funcionamento das Promotorias de Justiça que atuam na área de defesa da saúde do trabalhador e de reparação do dano resultante de crime, inclusive no que concerne a programas específicos;

II-responder pela execução de planos e programas institucionais, em conformidade com as diretrizes fixadas;

III-acompanhar as políticas nacional, estadual e municipal fixadas para a defesa da saúde e segurança do trabalhador e de reparação do dano resultante de crime;

IV-propor alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas nas áreas que lhe dizem respeito;

V-manter permanente contato com o Poder Legislativo, federal, estadual e municipal, compreendendo o acompanhamento do trabalho das comissões técnicas encarregadas do exame de projetos de lei referentes à matéria correspondente;

VI-representar o Ministério Público, por designação do Procurador-Geral de Justiça, nos órgãos perante os quais tenha assento;

VII-manter permanente contato e intercâmbio com entidades públicas e privadas que, direta ou indiretamente, dediquem-se ao estudo ou à proteção dos interesses que lhe incumbe defender;

VIII-prestar atendimento e orientação às entidades com atuação nas suas áreas;

IX-sugerir a realização de convênios e zelar pelo cumprimento das obrigações deles decorrentes;

X-divulgar as atividades e trabalhos do Ministério Público nas áreas respectivas;

XI-sugerir edições de atos e instruções tendentes à melhoria dos serviços do Ministério Público;

ANEXO – 7**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**
PROMOTORIA DE DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

XII-efetuar a articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas e privadas com atuação nas suas áreas;

XIII-promover a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução, abrangendo a atuação conjunta ou simultânea, quando cabível;

XIV-propor, em conjunto com órgãos locais de execução, por solicitação destes e quando entender conveniente, as medidas judiciais pertinentes e, para tanto, requisitar laudos, certidões, informações, exames e quaisquer documentos, diretamente dos órgãos públicos ou privados;

XV-prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou no desenvolvimento de medidas processuais;

XVI-expedir notificações nos procedimentos de sua atribuição e, quando for o caso, requisitar a condução coercitiva;

XVII-receber representações ou expedientes reclamatórios e encaminhá-los aos órgãos de execução para as medidas adequadas;

XVIII-desenvolver estudos e pesquisas, criando ou sugerindo a criação de grupos e comissões de trabalho;

XIX-promover ou sugerir a realização de cursos, palestras e outros eventos;

XX-remeter informações técnico-jurídicas aos órgãos ligados à sua atividade;

XXI-apresentar ao Procurador-Geral de Justiça relatório anual das atividades do Ministério Público nas áreas de defesa da saúde do trabalhador e de reparação do dano resultante de crime;

Art. 3º. O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde do Trabalhador e de Reparação do Dano Resultante de Crime será dirigido por membro do Ministério Público, exercendo suas atribuições em todo o Estado.

Art. 4º. Em cada comarca do Estado haverá pelo menos um Promotor de Justiça incumbido da defesa à saúde do trabalhador e de reparação do dano resultante de crime.

Art. 5º. Poderão ser designados Promotores de Justiça para prestar serviço junto ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde do Trabalhador e de Reparação do Dano Resultante de Crime.

Parágrafo único: Estagiários do Ministério Público poderão atuar junto ao referido Centro de Apoio.

Art. 6º. A Secretaria Geral do Ministério Público providenciará o suporte administrativo necessário à efetiva implementação do Centro de Apoio em tela.

Art. 7º. Este ato entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de junho de 2004.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

**ANEXO - 8**

Avenida Sete de Setembro, 3497 - 10º andar - sala 103 - CEP 80230-010 - Curitiba - PR
 Fone: (41) 322-4222 - Ramais 9349/9365 - Fone/Fax: (41) 350-9365
 e-mail: cms@ams.curitiba.pr.gov.br

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBA

RESOLUÇÃO N.º 04/2002, de maio de 2002.

PUBLICADO NO D.O.M.

de 37 de 14/05/02

Dispõe sobre a Normatização da Notificação
 Obrigatória de Acidentes de Trabalho e Doenças
 Ocupacionais no município de Curitiba.

O Conselho Municipal de Saúde de Curitiba em sua 161ª Reunião Ordinária, de 08 de maio de 2002 e no uso de suas competências e atribuições referidas pelas Leis Municipais n.º 7631 de 17 de abril de 1991 e n.º 10.179 de 5 de junho de 2001, tendo em vista o disposto no artigo 269 do Código Penal Brasileiro e artigo 169, da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, e o parecer do Centro de Apoio das Promotorias de Defesa da Saúde do Trabalhador do Ministério Público do Estado do Paraná e considerando:

- Que o número de doenças e acidentes relacionados ao trabalho, registrados através da CAT - Comunicação de Acidentes de Trabalho, de grande impacto social e econômico, não condizem com a realidade dos agravos ocorridos no país, por corresponderem apenas à população segurada;
- A necessidade de efetivação de medidas legais que contribuam para a prevenção de doenças e acidentes relacionados ao trabalho, dentre estas, a notificação compulsória de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais;
- A necessidade da adoção de políticas públicas eficientes para as ações de prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais;

RESOLVE:

Art. 1º - Que os Hospitais Gerais Públicos e Privados, Prontos Socorros Públicos e Privados, Clínicas de Ortopedia, Centros de Referências Especializadas, Unidades de Saúde do Município de Curitiba e Estabelecimentos ou Unidades de Saúde Congêneres, que atendam situações de acidentes de trabalho e casos de suspeita ou manifestação de doenças ocupacionais, quando se tratar de primeiro atendimento, devam notificá-los à Secretaria Municipal da Saúde, conforme normas e fluxos por ela estabelecidos, e de acordo com a legislação vigente que rege a matéria;

104

SECRETARIA MUNICIPAL DE

SAÚDE
CURITIBA

(ANEXO - 8)

Avenida Sete de Setembro, 3497 - 10º andar - sala 303 - CEP 80230-010 - Curitiba - PR

Fone: (41) 322-4222 - Ramais 9349/9365 - Fone/Fax: (41) 350-9365


e-mail: cms@sms.curitiba.pr.gov.br

101

Art. 2º - A não observância dos termos da presente resolução ensejará as sanções previstas na Lei Municipal 9.000/96, além de outras cabíveis;

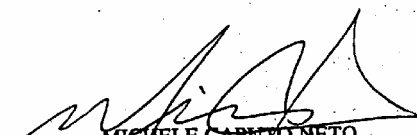
Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de maio de 2002.



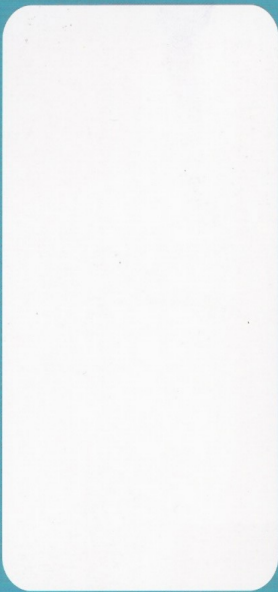
MICHELE CAPUTO NETO
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Curitiba

Homologo a Resolução n.º 04 / 2002 - CMS - nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1999.



MICHELE CAPUTO NETO
Secretário Municipal da Saúde

SE VOCÊ NÃO MORA EM CURITIBA,
PROCURE O PROMOTOR DE JUSTIÇA
DA SUA CIDADE, NO FÓRUM LOCAL.



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS
PROMOTORIAS DE DEFESA
DA SAÚDE DO TRABALHADOR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DO PARANÁ

RANCIANO
design



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

(ANEXO – 9)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS
DE DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR****COORDENADOR**
JOÃO ZAIONS JÚNIOR**Elaboração:****ARMENES RAMOS Jr.** - Engenheiro Civil
JOÃO ZAIONS Jr. - Promotor de Justiça
MARCO ANTÔNIO CORRÊA DE SÁ - Promotor de Justiça
ROSANA MARRA BRITES - Assessora Jurídica**DESIGN GRÁFICO / ILUSTRAÇÃO**
Sérgio Ranciaro
(Enter Comunicação e Design)**PARANÁ**, Ministério Público do Estado,
Acidentes de Trabalho: Perguntas e Respostas.
Curitiba/Setembro/2001.

Calibragem

03

(ANEXO - 9)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS
DE DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR**

COORDENADOR
JOÃO ZAIONS JÚNIOR

Elaboração:

ARMENES RAMOS Jr. - Engenheiro Civil
JOÃO ZAIONS Jr. - Promotor de Justiça
MARCO ANTÔNIO CORRÊA DE SÁ - Promotor de Justiça
ROSANA MARA BRITES - Assessora Jurídica

DESIGN GRÁFICO / ILUSTRAÇÃO
Sérgio Ranciano
(Enter Comunicação e Design)

PARANÁ, Ministério Público do Estado.
Acidentes de Trabalho: Perguntas e Respostas.
Curitiba/setembro/2001.

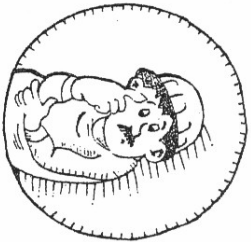
Catálogo

Sumário

1. Introdução
2. Acidentes de trabalho
 - 2.1 Aspectos gerais
 - 2.2 Doença ocupacional e relacionada ao trabalho são consideradas como acidente de trabalho?
 - 2.3 São os acidentes ocorridos durante o horário de trabalho e no local do trabalho, serão considerados acidentes de trabalho..?
 - 2.4 A empresa pode pedir que eu faça exames médicos?
3. Equipamentos de proteção coletiva (EPC)
 - 3.1 Quando começo a trabalhar, a empresa é obrigada a oferecer treinamento?
 - 3.2 O que são ordens de serviço?
 - 3.3 O que é CIPA? e o que faz?
 - 3.4 Toda empresa deve constituir CIPA?
4. Equipamento de proteção individual (EPI)
 - 4.1 O que é EPI e quando devo usá-lo?
 - 4.2 E se eu não usar o EPI?
 - 4.3 E se a empresa não fornecer o EPI?
 - 4.4 Se recebo o adicional de insalubridade ou periculosidade, não preciso usar o EPI?
5. Direitos previdenciários
 - 5.1 O que é comunicação de acidentes de trabalho (CAT)?
 - 5.2 Quem deve preencher a CAT?
 - 5.3 Quem tem direito aos benefícios de acidentes de trabalho?
 - 5.4 O que é benefício de auxílio-doença acidentário?
 - 5.5 O que é auxílio acidentário?
 - 5.6 O que é pericia médica?
 - 5.7 O que é aposentadoria por invalidez?
 - 5.8 Quando o médico da pericia acha que eu devo voltar ao trabalho, o patrão pode me demitir?
6. Promoção da defesa da saúde do trabalhador
 - 6.1 Qual a função da promoção da defesa da saúde do trabalhador?
 - 6.2 Todo trabalhador vítima de acidentes de trabalho tem direito a receber indenização?
- 6.3 Associação sindical
7. Instituições que atuam na área de saúde do trabalhador
8. Lista de siglas

1. INTRODUÇÃO:

A iniciativa desta cartilha deve-se à necessidade de esclarecer os direitos e deveres dos trabalhadores e empregadores diante da ocorrência de acidentes de trabalho. O acidente de trabalho é, na maioria das vezes, evitável com a adoção de medidas de proteção coletiva e atenuável com a utilização das medidas de prevenção individual. No estado do Paraná são registrados pelo INSS cerca de 300 óbitos e 300 amputações por ano, causados por acidentes de trabalho.



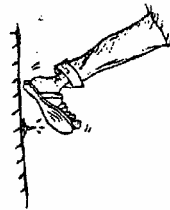
A Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba estima que o número de óbitos pode ser o triplo dos dados do INSS, pois grande parte dos acidentes ocorrem com trabalhadores que não possuem registro em carteira ou ainda, o acidente não é comunicado às autoridades competentes. No Paraná, excetuando-se acidentes de trânsito e homicídios dolosos, as principais causas de óbitos ocorridos no trabalho estão relacionadas à queda de nível e choque elétrico. As amputações têm como causas imediatas a falta de proteção eficiente e a manutenção de máquinas em movimento, principalmente nas madeireiras, metalúrgicas e indústrias alimentícias. Esses acidentes que atingem homens e mulheres, seus familiares e a sociedade em geral, poderiam ser evitados, poupando sofrimento, custos sociais e econômicos.

(ANEXO - 9)

ACIDENTES DE TRABALHO: ASPECTOS GERAIS

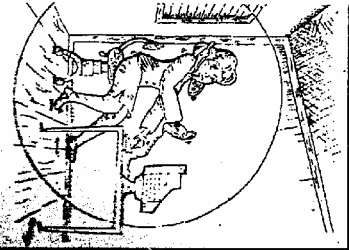
1. O que é Acidente de Trabalho?

Acidente de trabalho é aquele que acontece no exercício do trabalho, a qualquer tempo e lugar, e que causa lesão corporal ou perturbação funcional, que resulte em morte ou diminuição da capacidade de trabalho. Esta perda ou diminuição pode ser permanente (para toda a vida) ou temporária (por determinado tempo).



(Lei 8.213, de 24.07.91, art. 19.)

2. Doença profissional e doença de trabalho são consideradas como acidente de trabalho?



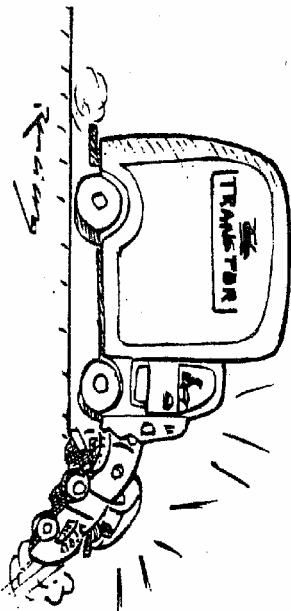
Sim. Também são consideradas como acidente de trabalho a doença profissional e a doença de trabalho. A doença profissional é aquela que se apresenta em decorrência de determinada atividade. A doença de trabalho é aquela adquirida ou desencadeada por causas das condições especiais em que o trabalho é realizado e que gera relação direta com ele.

(Lei 8.213, de 24.07.91, Artigo 20)

2.3. Só os acidentes ocorridos durante o horário de trabalho e no local de trabalho serão considerados acidentes de trabalho?

Não. Também são considerados como acidentes de trabalho aqueles sofridos pelo segurado, mesmo que fora do local e horário de trabalho, quando este estiver executando ordem ou realizando serviço sob o comando do empregador; quando o trabalhador, mesmo que não tenha recebido ordem direta, busca evitar prejuízo ou trazer vantagem para a empresa; quando o trabalhador estiver em viagem a serviço da empresa, inclusive utilizando-se de veículo próprio; e, no trajeto entre a casa e o trabalho ou do trabalho para a casa, quer se utilize de carro da empresa ou de veículo próprio.

(Lei 8.213, de 24.07.91, Artigo 21).



1.4. A empresa pode pedir que eu faça exames médicos?

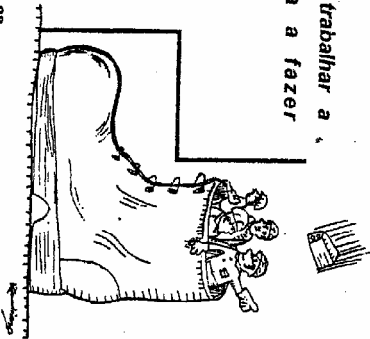
Sim. A empresa é obrigada a solicitar aos empregados exames médicos admissionais, periódicos e demissionais. Os exames demissionais são aqueles realizados quando o empregado é contratado; os demissionais são os realizados quando o empregado é desligado da empresa e os periódicos são realizados a cada seis meses para os empregados que trabalham em condições insalubres; a cada ano, ou dois anos nas outras atividades. De acordo com a legislação, que o empregado deve exercer, podem ser necessários exames médicos complementares para indicar as condições físicas e mentais do trabalhador. Estes exames médicos devem ser pagos pela empresa.

art. 168 da CLT, NR 07, com redação dada pelas Portarias 24, de 19.12.1994 e 8, de 8.5.1996.)

1. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA

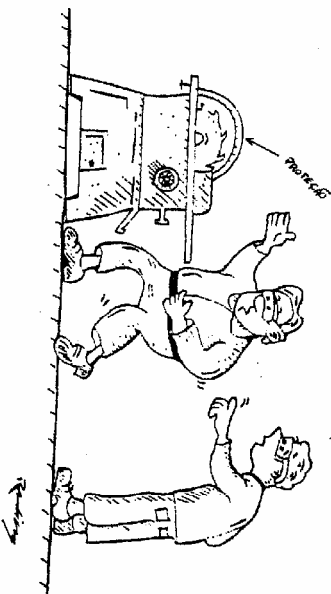
1.1 Quando começo a trabalhar a empresa é obrigada a fazer treinamento?

Sim. Toda vez que você inicia uma atividade, é necessário que você aprenda a usá-la.



Assim, o empregador é obrigado a designar uma pessoa qualificada para treiná-lo no serviço que você vai prestar à empresa, por exemplo, na operação da máquina que você vai utilizar, ou mesmo como utilizar suas ferramentas de trabalho.

(NR 1, NR 6, NR 18, NR 10, etc.)



3.2 O que são Ordens de Serviço?

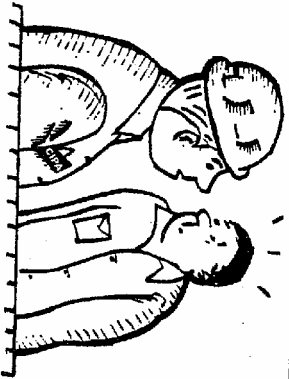
São instruções por escrito, que a empresa deve fornecer ao empregado sobre os cuidados que devem ser tomados, no exercício de suas funções, no sentido de evitar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

(art. 157, II, CLT, NR 1, 1.7, "b", Portaria 6 SSMT, de 9.3.83)

3.3 O que é CIPA?, e o que faz?

A CIPA é a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. É formada por representantes da empresa e representantes eleitos dos empregados. Ela tem como finalidade o estímulo à prevenção dos acidentes através de sugestões, orientações e fiscalização das medidas para proteger os trabalhadores. Realiza também palestras e cursos para capacitar o empregado na identificação de riscos de acidentes de trabalho na empresa. Cabe à CIPA, também, discutir os acidentes ocorridos e solicitar medidas para que acidentes iguais não aconteçam, encaminhando os resultados das reuniões ao empregador e ao Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT). Todos os empregados, mesmo os que não integram a CIPA, podem participar das reuniões indicando as situações de risco e apresentando sugestões para melhorar as condições de trabalho.

Artigo 163 da CLT e NR 05, Portaria SSMT nº 33, de 27.10.83.



3.4 Toda empresa deve constituir CIPA?

A constituição da CIPA depende do grau de risco da atividade desenvolvida na empresa e o número de empregados no estabelecimento. Assim, quanto maior o grau de risco apresentado, menor o número de empregados necessários na empresa para constituir a CIPA. Por exemplo, a empresa que tem atividade com grau de risco 3 (construção civil) deve constituir a CIPA se tiver mais de 20 empregados. Sempre que houver dúvidas quanto à CIPA, é importante que os empregados procurem o Sindicato ou a Delegacia Regional do Trabalho.

Artigo 163 CLT e NR 05, Portaria SSMT nº 33, de 27.10.83, anexo III, quadro I.

4. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

4.1. O que é Equipamento de Proteção Individual (EPI) e quando devo usá-lo?

Equipamento de Proteção Individual (EPI) é todo aparelho de uso individual utilizado para proteger o corpo (integridade física) do trabalhador. Por exemplo: capacetes, luvas, óculos de segurança, protetores auditivos, etc. O EPI deve ser utilizado enquanto o EPC é providenciado, quando

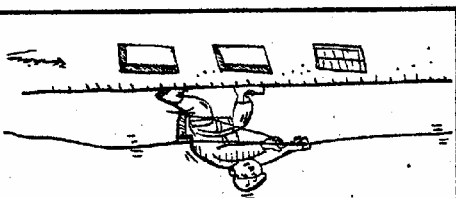


(ANEXO - 9)

já foram tomadas medidas administrativas para afastar os trabalhadores do risco e, em último caso, quando a função desempenhada exige uso de EPI (por exemplo: capacete, para pedreiro, luva para enfermeiro). Os equipamentos devem ser fornecidos gratuitamente pela empresa e devem ser adequados à função exercida pelo empregado. Além disso, a empresa deve fornecer equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento sempre que existam riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. A empresa é obrigada, portanto, a fornecer EPI adequado à atividade e aprovado pelo Ministério do Trabalho; treinar o empregado para utilizar corretamente o EPI; tornar o uso obrigatório;

substituir o EPI quando estiver danificado ou perdido (extraviado), mantendo-o limpo e adequado para o uso. O empregado, por sua vez, é obrigado a utilizar corretamente o EPI; responsabilizar-se por sua guarda e conservação; e avisar ao empregador sobre problemas com o EPI.

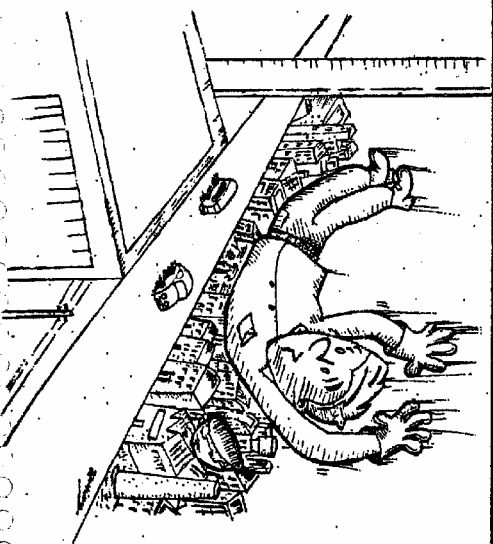
(Artigo 166, CLT; NR 06, Portaria SSMT nº 06, de 09.03.83 E 26, DE 9.12.1994.)



4.2. E se eu não usar o EPI?

O empregado não pode recusar-se a utilizar o EPI, a não ser que exista motivo justo. Se o EPI fornecido é de boa qualidade, está licenciado pelo Ministério do Trabalho e é adequado para evitar os riscos a que o empregado está exposto, ele é obrigado a utilizá-lo. Se o empregado recusar-se a usar o EPI, pode ser demitido por justa causa.

(Artigos 158, § único, 1º e 482, 'a', da CLT e NR 06.7, Portaria nº 683e 24/94.)



3. E se a empresa não fornecer o EPI?

Como já dissemos, a empresa é obrigada a fornecer os equipamentos de proteção aos empregados gratuitamente. Se a empresa não fornece os EPIs, está sujeita à multa aplicada pelo Ministério do Trabalho, ou pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Quando a empresa deixa de fornecer o EPI, é importante que o empregado comunique à CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) ou ao SESMT (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho), que são os órgãos competentes para indicar ao empregador os EPIs adequados. e ainda assim a empresa persistir no não fornecimento dos EPIs, o empregado deve comunicar o SSST (Setor de Segurança Saúde do Trabalhador) no Ministério do Trabalho ou o SUS (Sistema Único de Saúde), que são os órgãos competentes para aplicar as penalidades à empresa que não cumpre a legislação. a obrigação da empresa, mesmo que forneça os EPIs, buscar a diminuição dos riscos e da nocividade da atividade, inclusive exigindo o efetivo uso do EPI pelo empregado.

Artigo 166 da CLT, Enunciado 289 do TST e NR 6, Portaria nº 6/83

4.4 Se recebo o adicional de insalubridade ou periculosidade não preciso usar o EPI?

O uso do EPI é sempre obrigatório quando se trata de atividade que implique em algum risco para o trabalhador. O recebimento do adicional de insalubridade ou periculosidade, não substitui o uso do EPI. Pelo contrário, o empregador deve fornecer o EPI para que você possa diminuir os riscos relacionados com sua atividade perigosa.

(Enunciado 289, do TST)

5. DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

5.1 O que é Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)?

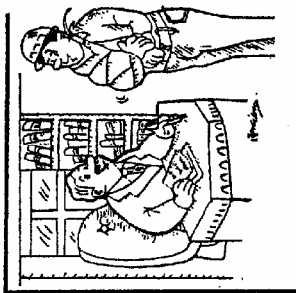
É um formulário que deve ser preenchido quando ocorre qualquer tipo de acidente de trabalho (mesmo nos casos de doença profissional, acidentes de trajeto e nos casos em que não há afastamento do trabalho).

(Lei 8.213, art. 22, decreto 3.048, de 6.5.1999, art. 336 e Portaria 5.051/99, MPAS)

5.2 Quem deve preencher a CAT?

Quem preenche a CAT é o departamento pessoal da empresa. Se a empresa não preencher a CAT o próprio trabalhador ou seus dependentes, o médico que o atendeu, o sindicato, ou qualquer autoridade pública pode preencher o formulário.

(Lei 8.213/91, art. 22)



5.3 Quem tem direito aos benefícios de acidente de trabalho?

Todos os trabalhadores que contribuem para a previdência social, exceto os empregados domésticos, autônomos e empregador.

5.4 O que é o benefício de auxílio-doença acidentário?

É o benefício oferecido pela Previdência Social para o segurado que a perícia médica considerar incapaz por mais de 15 dias consecutivos para exercer suas funções. Nestes primeiros 15 dias quem paga o salário é o patrão, após, o benefício será pago pelo INSS.

(Lei 8.213/91 arts. 18, I e 59, e seguintes Decreto 3048/99, art. 71).

5.5 O que é auxílio-acidente?

É um direito concedido ao trabalhador que sofre acidente de trabalho, que após o encerramento do auxílio-doença por alta médica, apresente sequelas que reduzam a sua capacidade de trabalho para as funções que habitualmente exercia. O auxílio-acidente é pago mensalmente até que o trabalhador se aposente.

(Lei 8.213/91, art. 86, Decreto 3048/99, art. 104 e segs.)

5.6 O que é perícia médica?

Perícia médica é o exame realizado pelos médicos do INSS no segurado a fim de verificar se ele se encontra incapacitado para o trabalho. Os médicos também avaliam quanto tempo o trabalhador necessita para se restabelecer ou se vai ficar incapacitado para exercer suas funções, devendo se aposentar.

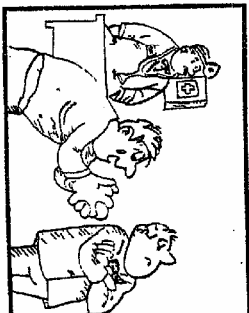
5.7 O que é aposentadoria por invalidez?

É o benefício a que tem direito o trabalhador quando a perícia médica considerar que ele está incapaz para exercer atividades que garantam sua subsistência. Assim, se o médico da perícia constatar que você não pode mais trabalhar, você pode aposentar-se. Caso você volte a trabalhar sua aposentadoria será cancelada.

5.8 Quando o médico da perícia achar que eu devo voltar a trabalhar, o patrão pode me demitir?

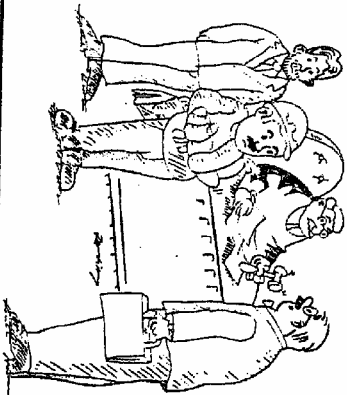
O trabalhador que recebe o auxílio-doença é considerado como licenciado da empresa e no momento em que a perícia considere que ele pode voltar a exercer suas funções, ele poderá voltar a trabalhar na mesma empresa, não podendo ser demitido por um período mínimo de 12 meses.

(Lei 8.213/91, art. 118 e Decreto 3.048/97, art. 346)



(ANEXO - 9)

PROMOTORIA DE DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR



1. Qual a função da Promotoria de Defesa da Saúde do trabalhador?

O Ministério Público, através da Promotoria de Defesa da Saúde do trabalhador, atua na defesa dos direitos relacionados à saúde do trabalhador tanto na prevenção, quanto na ocorrência de acidentes e trabalho. O Promotor de Justiça atua como defensor do povo, defendendo seus direitos e garantias estabelecidos na Constituição da República. Em cada comarca do Estado do Paraná há um promotor de Justiça incumbido de prestar atendimento direto aos trabalhadores acidentados ou familiares, porpondo se for o caso ações indenizatórias, acidentárias, civil pública e ainda perseguindo os ilícitos penais decorrentes do não cumprimento das normas de medicina e segurança do trabalho.

(arts. 127 e seguintes, da Constituição Federal)

6.2 Todo o trabalhador vítima de acidente de trabalho tem direito a receber indenização?

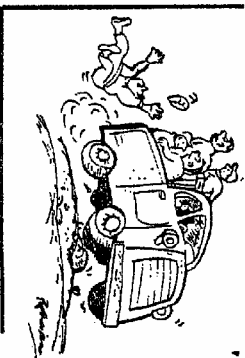
Sim, desde que após o acidente apresente sequelas (defeitos permanentes no organismo) decorrentes de acidente de trabalho e desde que possa ser comprovada a culpa do empregador (por exemplo: serras circulares sem proteção, falta de treinamento, não fornecimento de equipamentos de proteção, etc.). Essa indenização é paga pela empresa e não se confunde com os benefícios concedidos pela previdência (auxílio doença e pensão por morte).

6.3 Aspectos criminais

O causador do acidente de trabalho será responsabilizado tanto civil (indenização), como criminalmente, podendo vir a ser condenado pela prática dos crimes de lesão corporal e homicídio, ambos na modalidade culposa. Poderá

também o causador do acidente ser condenado pela prática dos crimes acima mencionados, desta vez em sua modalidade dolosa, quando comprovado que mesmo ciente da sua obrigação de cuidado, assumiu o risco na produção dos resultados. Poderão ainda os responsáveis pela segurança no trabalho ser condenados criminalmente, quando ficar provado que expuseram a vida de alguém a perigo direto e iminente (por exemplo: transporte de boia-frias, de forma irregular).

(arts. 132, 129, 129, par. 6º, 121, 121, par. 3º, todos do Código Penal)



(ANEXO - 9)

médico que tomar ciência do acidente de trabalho ou doença ocupacional deverá notificá-los à Secretaria Municipal de Saúde. Caso o médico assim não proceda, poderá responder pelo delito de omissão de notificação de doença, descrito no artigo 269, do Código Penal.

Art. 269, do Código Penal, 169, da CLT e artºXX. Da Lei 8.080)

INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NA ÁREA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

1 INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

responsável pelo pagamento de benefícios (auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria, etc) e pela reabilitação profissional e assistência médica, incluindo estabelecimentos de nexo causal através de verificação dos agravos à saúde nos ambientes de trabalho.

2 SUS- SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE- (Compete ao SUS):

verificar a existência de riscos à saúde do trabalhador, tomar medidas para que a empresa elimine estes riscos, investigar empresas em que acontecem acidentes de trabalho graves e doenças de trabalho, informar os trabalhadores sobre os riscos existentes nos ambientes de trabalho, e sobre seus direitos, atender denúncias, atender todo trabalhador acidentado ou com suspeita de doença de trabalho.

2.1 SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE- SESA -PR

Rua Engenheiro Rebouças, 1707, Curitiba/PR. Tel.: (41) 330-4477
e-mail: sesa@pr.gov.br

7.2.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBA

Serviço de Saúde do Trabalhador (SST)
Av. Sete de Setembro, 3497. Curitiba/PR
Tel.: (41) 350-9380 Fax: (41) 224-0184
E-mail: st@sms.curitiba.pr.gov.br

7.2.3 CEMAST- CENTRO METROPOLITANO DE APOIO À SAÚDE DO TRABALHADOR

Rua Barão do Rio Branco, 465 Curitiba/PR, Tel: (41) 322-2299
Fax: (41) 232-5071 E-mail: cemast1@pr.gov.br

7.3 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ: PROMOTORIA DE DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Avenida Iguazu, 420, 4º andar. Bairro Rebouças Curitiba/PR
Tel: (41) 222-8877 / (41) 222-8154 / (41) 222-8042
E-mail: caopdano@pr.gov.br

7.4 DRT - DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO : é o órgão do

Ministério do Trabalho responsável pela emissão da Carteira Profissional, pela fiscalização das relações de trabalho e por inspeção no ambiente de trabalho, impondo multas em caso de descumprimento das Normas Regulamentadoras, visando a segurança e higiene do trabalho.

Rua José Loureiro, 574, Centro Curitiba/PR. Tel. 219-7700

7.5 MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO- Tel.: 322-6313

Travessa Jaime Reis, 331, Curitiba/PR E-mail: tr19@prt9.mpt.gov.br-

(ANEXO - 9)

(ANEXO - 9)

8. LISTA DE SIGLAS

AIDS- Síndrome de Doença Imunológica Adquirida
CAT- Comunicação de Acidentes de Trabalho
CIPA- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT- Consolidação de Leis do Trabalho
DRT- Delegacia Regional do Trabalho
EPC- Equipamento de Proteção Coletiva
EPI- Equipamento de Proteção Individual
INSS- Instituto Nacional do Seguro Social
LER- Lesão por Esforços Repetitivos
MTb- Ministério do Trabalho e Emprego
MP- Ministério Público
NR- Normas Regulamentadoras
SESMT- Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho
SSST- Setor de Segurança e Saúde do Trabalho
SUS- Sistema Único de Saúde
TST- Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO – 10

Retorno do trabalhador:

Data: / / :

[illegible]

ANEXO – 11

PA N.º ____/____	DATA ____/____/____
Entrevistador: _____	

ENTREVISTA INICIAL

<input type="checkbox"/> Indenizatória	<input type="checkbox"/> Acidentária	<input type="checkbox"/> Reparação Dano	<input type="checkbox"/> Termo Circ.
--	--------------------------------------	---	--------------------------------------

1) ASSISTIDO:

Vítima:		
Nascimento:	RG:	CPF:
Admissão:	Demissão:	
Endereço:		
Município:	CEP:	
Telefone:	Recado com:	
Beneficiário Responsável:		
Nascimento:	RG:	CPF:
Endereço:		
Município:	CEP:	
Telefone:	Recado com:	
Grau de Parentesco:		
Encaminhado por:		

2) COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Estado civil:	
Quantidade de filhos:	Maior de idade: Menor de idade:
N.º de pessoas que moram na residência:	

3) SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA:

Renda mensal:
Renda familiar:
Bens que possui:

ANEXO – 11

4) AGENTE CAUSADOR:

Nome:	
Endereço:	
Município:	CEP:
RG:	CNPJ/CPF:
Telefones:	
No caso de empresa terceirizada, anotar dados da empresa onde ocorreu o acidente:	
Razão Social:	
Endereço:	
Município:	CNPJ:
Telefones:	

5) OCORRÊNCIA:

ACIDENTE	
Data:	Horário:
CAT emitida?	
Situação Previdenciária:	
Local do acidente:	
Consequência do acidente:	
DOENÇA PROFISSIONAL	
Data do Diagnóstico:	
CAT emitida?	
Situação Previdenciária:	
Atividade que exercia:	
Consequência:	

6) TESTEMUNHAS

Nome:		
Endereço:		
Telefone:	RG:	CPF:
Nome:		
Endereço:		
Telefone:	RG:	CPF:
Nome:		
Endereço:		
Telefone:	RG:	CPF:

ANEXO – 12**PORTARIA IC N° xxx**

Tendo chegado ao nosso conhecimento, através do relatório de fiscalização elaborado pelo Serviço de Segurança e Saúde do Trabalhador SSST/DRT/PR, que na empresa **XXXX**, estabelecida na Rua xxxxx, existem possíveis danos ao ambiente de trabalho, com conseqüente exposição de seus trabalhadores a risco à saúde e integridade corporal, determinamos a instauração de **Inquérito Civil** (Portaria IC n° xxx), com base nos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, combinados com o artigo 1º, inciso IV, e o artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 7.347, de 14 de julho de 1.985 (Lei da Ação Civil Pública), o artigo 26 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1.993 (Lei Orgânica do Ministério Público), o artigo 2º, inciso IV, alínea *a*, o artigo 57, inciso IV, alínea *b* e o artigo 58, da Lei Estadual Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1.999 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná), e artigos 34 e 35 da Lei 13.331, de 23 de novembro de 2.001 (Código de Saúde do Estado do Paraná), para completa elucidação dos fatos e apuração de responsabilidade, com a final tomada de medidas judiciais e/ou extrajudiciais cabíveis.

Determinamos, por ora, as seguintes providências:

- 1) Registre-se e autue-se a presente Portaria;
- 2) Designe-se **audiência para o dia xxx de xxxx de xxx, às xxx horas**, para os fins do disposto no artigo 5º parágrafo 6º da Lei nº 7347/85;

ANEXO – 12

3) Oficie-se ao órgão local da Delegacia Regional do Trabalho – DRT/PR, requisitando as informações existentes acerca de fiscalizações na empresa, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

4) Notifique-se o representante legal da empresa a comparecer na audiência, nos termos no artigo 26, I, da Lei 8625/93. Remeta-se a empresa cópia desta portaria;

5) Oficie-se o Centro Estadual de Saúde do Trabalhador, na pessoa do Dr. xxxx, solicitando a remessa, dentro de 30 (trinta) dias, das CATs dos 2 (dois) últimos anos relativo à empresa investigada, bem como informações sobre atendimentos clínicos feitos à trabalhadores dessa empresa;

6) Notifique-se o Sindicato dos Trabalhadores da categoria interessada de todo o conteúdo da presente portaria, solicitando informação sobre a empresa investigada, bem como convidando seu representante a comparecer à audiência designada;

7) Notifique-se o Serviço de Segurança e Saúde do Trabalhador - SSST/DRT/PR, na pessoa das Auditoras Fiscais do Trabalho, xxxx e xxxx, para comparecerem à audiência referida;

8) Junte-se cópia do relatório de Fiscalização, expedido pelo SSST/DRT/PR;

9) Informe-se a eventual existência de ação ordinária de indenização por ato ilícito movida em face de acidente de trabalho, ocorrido na empresa investigada, juntando-se cópia da petição inicial se for afirmativa a pesquisa, bem como junte-se cópia dos laudos/relatórios expedidos pela DRT/PR, acerca da empresa investigada;

ANEXO – 12

10) Designe-se desde já o xxxx, RG xxxx, brasileiro, para atuar em todos os atos de escrivania nestes autos.

Curitiba, xx de xxxx de xxxx.

XXXXXXXXX

Promotora de Justiça

ANEXO – 13**TERMO DE AJUSTAMENTO****IC nº xxx**

Aos dias xx de xxx de xxxx, às xxx horas na Promotoria de Defesa da Saúde do Trabalhador da Capital, presente a Promotora de Justiça, Dra. xxxxxx, compareceu a empresa **XXXX**, representada pela Advogada Dra. xxxxx OAB/PR xxxx, e pelo supervisor de R.H. Sr. xxxxx, pelo Médico do Trabalho, Dr. xxxx e pelo Engenheiro de Segurança Sr. xxxxx. Presente os representantes do Sindicato, Sr. xxxxx.

Inicialmente foi esclarecido pela Promotora de Justiça os objetivos gerais do Ministério Público na área de prevenção e de doenças e acidentes do trabalho e os desta audiência, que seriam o de tomar da empresa eventual compromisso preliminar de ajustamento nos termos do artigo 5º, parágrafo 6º da Lei 7.347/85, com referência aos danos no ambiente de trabalho da empresa situada na Rua xxxxxx, levantados no laudo realizado pela Delegacia Regional do Trabalho.

Quanto ao primeiro objetivo, depois de discussão técnica entre o representante da empresa, este órgão ministerial e o sindicato, foi possível o seguinte ajuste: **1º Bloco**: no prazo de xx (xxxx) meses a empresa investigada providenciará: **1)** Elaborar e fornecer Ordens de Serviço específicos para cada função, conforme NR 01, e artigo 133, inciso VI, do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná);

ANEXO – 13

2) Dimensionar o SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) de acordo com a NR 04, item 4.2, e artigo 121, “a” e artigo 133, inciso II, do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº 13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná); **3)** Fornecer equipamentos de proteção individual, nos termos da NR 06, “a”, e artigos 120 e 121 do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº 13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná); **4)** Constar no Atestado de Saúde Ocupacional o nome do médico coordenador com CRM; constar ainda no Atestado de Saúde Ocupacional os riscos Ocupacionais e arquivar a primeira via do Atestado de Saúde Ocupacional no local trabalho; conforme NR 07 itens 7.4.4.1 e 7.4.4.3, “b” e “d”, e artigos 133, inciso IX e artigo 147 do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº 13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná); **5)** Adotar medidas de eliminação ou controle dos riscos ambientais; realizar avaliação quantitativa no PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) para comprovar o controle da exposição aos riscos e contemplar, na etapa de reconhecimento do PPRA, a identificação dos riscos ambientais, conforme NR 09, itens 9.3.3, “a”, 9.3.5.1, “a”, e artigo 116 do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº 13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná); **6)** Realizar reparos, limpeza, ajustes e inspeções somente com as máquinas paradas, salvo se o movimento for indispensável para a realização, bem como referida manutenção e inspeção somente podem ser executados por pessoas devidamente credenciadas pela empresa, conforme NR 12; **7)** Instalação de Proteção Coletiva onde houver riscos de queda de trabalhadores, as aberturas no piso devem ter fechamento provisório resistente, e ainda colocar tapumes ou barreiras sempre que se executarem atividades da indústria da construção, de forma a impedir o acesso de pessoas estranhas aos serviços e o canteiro de obras deve ser sinalizado com o objetivo de advertir quanto ao risco de queda, conforme NR 18 item 18.27, e artigos 126 e 133, inciso II, do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº 13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná); **8)** Providenciar chuveiros aos empregados da cozinha, conforme NR 24, item 24.1.12, e artigo 135 do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº 13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná).

ANEXO – 13

2º Bloco: No que se refere as sugestões apresentadas pelo Sindicato xxxxx, a empresa investigada providenciará no prazo de xx (xxxx) meses: **1)** Apresentará um Programa de Conservação Auditiva – PCA para todos os trabalhadores do setor de produção, conforme NR 15, e artigo 133, inciso II e III, e artigo 135 do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná); **2)** Buscará no mercado, com a orientação dos técnicos do Sindicato, alternativas quanto a adequação dos equipamentos de proteção individual utilizados pelos trabalhadores nos setores de escória, vazamento e retirada da borra, conforme NR15, e artigo 133, inciso I e II do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná); **3)** Apresentar ao Sindicato, no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, a avaliação ergonômica solicitada pela empresa e já efetivada, no mês de fevereiro do corrente ano, em vários setores da área de produção, dentre eles o setor de quebra de canal e acabamento, acatando eventuais sugestões por parte dos representantes do Sindicato, que efetivamente objetivem buscar alternativas que melhorem as condições de saúde dos trabalhadores, conforme NR 17, e artigo 133 inciso II e IV do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná); **4)** Providenciar treinamento para os trabalhadores em suas funções, conforme NR 1, e artigo 133, inciso VI, do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná); **5)** A empresa compromete-se a estender a todos os trabalhadores com contrato de trabalho temporário os direitos pertinentes à Saúde e Segurança no Trabalho, previstos na legislação prevencionista, em especial na Lei nº 6514 de 1977, Portaria 3214 de 1978 e artigo 100 do Decreto nº 5.711 de 2002 que regula a Lei nº13.331/01 (Código de Saúde do Estado do Paraná).

Estipulações cominatórias. Fica estipulada a multa diária cominatória, equivalente a R\$ xxxx (xxxxx) Reais, caso sejam descumpridos, por culpa da empresa, o prazo e as obrigações estipuladas neste compromisso.

ANEXO – 13

A incidência dessas multas cominatórias, simplesmente, não desobriga a empresa investigada do cumprimento das obrigações de fazer já especificadas. Estabeleceu-se que, vencido o prazo de xx (xxx) meses, ora estipulado, os Auditores Fiscais da Delegacia Regional do Trabalho comparecerão na empresa referida para verificar o cumprimento efetivo dos itens acima elencados, comparecimento este, que será facultado ao Sindicato seu acompanhamento, ressalvando o sigilo médico.

Em seguida, passou-se à segunda parte da audiência, prestando-se ao representante da empresa a seguinte relação de documentos e informações, que deverão ser providenciadas pela empresa e juntados aos autos, sob as penas do artigo 10 da Lei nº 7.347/85: a) cópia do seu contrato social; b) cópia do cartão de inscrição no CNPJ/MF; c) cópia das páginas dos Livros de Inspeção do Trabalho contendo registro de fiscalizações de higiene e segurança do trabalho nos últimos 5 (cinco) anos; d) cópia das CATs dos últimos 4 (quatro) anos; e) carta de preposição com poderes para firmar Termo de Ajuste em nome dos funcionários Sr. xxxx, Dr. xxxx e Sr. xxxx, bem como o respectivo instrumento de procuração da advogada da empresa investigada. A procuradora da empresa providenciará a juntada aos autos, no prazo de 30 (trinta) dias, os documentos acima relacionados.

Pela Promotora de Justiça foi deliberado: com fundamento no artigo 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85, homologo o presente compromisso de ajustamento preliminar, que tem valor de título executivo extrajudicial; 2) Observo, ainda, que a prova técnica neste procedimento deverá ter normal prosseguimento; 3) Com fundamento no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, que disciplina a Ação Civil Pública, posteriormente remetam-se os autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público para os devidos fins; 4) Aguardem-se os prazos concedidos, fazendo-se nova promoção, logo depois de seu decurso.

ANEXO – 13

Nada mais havendo, eu, xxxxx, RG xxxxx, xxxx, secretariando os trabalhos, lavrei este termo que segue assinado pelos participantes dessa audiência.

XXXXXX
PROMOTORA DE JUSTIÇA

XXXXXXX
ADVOGADA DA EMPRESA/ OAB –PR XXX

XXXXXX
SUPERVISOR DE RECURSOS HUMANOS

XXXXX
MÉDICO DO TRABALHO

XXXXX
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA

XXXXXX
REPRESENTANTE DO SINDICATO

XXXXXX
REPRESENTANTE DO SINDICATO

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.